

Rita Emanuel Pereira de Sousa

**Desenvolvimento de competências de vida e os processos de
autonomização em Lares de Infância e Juventude**

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo,
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de
Economia sob orientação da Professora Doutora Clara Cruz Santos

Coimbra
2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Urgentemente

É urgente o amor
É urgente um barco no mar

É urgente destruir certas palavras,
ódio, solidão e crueldade,
alguns lamentos, muitas espadas.

É urgente inventar alegria,
multiplicar os beijos, as searas,
é urgente descobrir rosas e rios
e manhãs claras.

Cai o silêncio nos ombros e a luz
impura, até doer.
É urgente o amor, é urgente
permanecer.

Eugénio de Andrade, in "Até Amanhã"

AGRADECIMENTOS

Todo este percurso de trabalho foi complementado com o apoio de inúmeras pessoas que direta e indiretamente estiveram presentes. Sinto-me grata por ter concretizado mais uma etapa na minha vida pessoal e profissional, que não seria possível sem os meus pilares, os meus pais, obrigado por me oferecerem esta oportunidade. Ciente que as palavras não chegam para demonstrar todo o meu carinho e agradecimento, fica uma especial consideração,

Ao meu namorado, Geovanne Bulla, pelo amor incondicional, pela amizade, pela força e paciência constante, pela sua preocupação incansável, um muito obrigado.

À minha família e aos meus amigos, eles sabem quem são, pela compreensão quando eu dizia que *“hoje não posso ir, estou a trabalhar na tese”* e mesmo assim senti o apoio e força da vossa parte;

À minha orientadora, Professora Doutora Clara Cruz Santos, que esteve sempre comigo com a sua amizade, carinho, apoio, dedicação e persistência;

Em especial à minha amiga Mariana, que tanto me apoiou nesta fase final, foi incansável a tua amizade, o teu carinho e obrigado pelas tuas críticas construtivas que me ajudaram;

Não posso esquecer que este estudo só foi possível devido à participação dos jovens e técnicos de três Lares de Infância e Juventude, aos quais fico muito agradecida por me *“deixarem entrar no vosso Mundo”*.

RESUMO

Em Portugal, o acolhimento institucional é a medida de colocação mais solicitada no âmbito das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo. A institucionalização de crianças e jovens tem-se verificado como uma área de investigação recorrente no campo científico, no que refere aos fatores e efeitos subjacentes à sua prática. Distintamente, este estudo incidiu na vertente da autonomização e no desenvolvimento de competências de vida, tomando, como objeto de análise, a averiguação das competências de vida consolidadas pelos jovens em situação de acolhimento. No seguimento, estudos anteriores referem que a institucionalização está associada a um défice de competências nos jovens. Foi objetivo deste estudo, identificar e analisar as competências de vida consolidadas nos jovens institucionalizados, com idade igual ou superior a 15 anos, que vivem em Lares de Infância e Juventude, bem como conhecer as perceções dos técnicos relativamente ao processo de autonomia e desenvolvimento de competências em instituições de acolhimento. Foi privilegiada uma abordagem mista, através da aplicação do “Questionário sobre competências de vida”, do Programa Umbrella, aos jovens e da realização de entrevistas a técnicos de instituições de acolhimento. Verificámos que os jovens auto percecionam-se com fracas competências de gestão financeira, escolares e profissionais, enquanto que valorizam as suas competências pessoais e sociais. Em confronto com as narrativas dos técnicos que foram recolhidas, realçam-se as baixas competências para a autonomia dos jovens institucionalizados, bem como a dificuldade das instituições em desenvolverem um trabalho integrado nesta área.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional, Competências de Vida, Autonomia, Integração Social.

ABSTRACT

In Portugal the institutional foster is the most requested measure of placement in the context of measures to promote and protect children and young people in danger. The institutionalization of children and youth has been found as a recurring area of research in the scientific field as far as the underlying factors and effects of its practice is concerned. Clearly this study focused on the aspect of autonomy and development of life skills, taking as object of analysis the investigation of the life skills that young people in foster situation have as consolidated. Pursuing, previous studies refer that institutionalization is associated with a deficit of skills in young people. The purpose of this study was to identify and analyse the consolidated life skills of institutionalized young people with 15 years old or more living in Children's and Youth's home as well as knowing the technicians' perceptions concerning the autonomy and development skills in foster institutions. A mixed approach was privileged through the application of the "Questionnaire about life skills" from the Umbrella Programme to young people and the conducting of interviews with technicians from foster institutions. We found that young people perceive themselves with weak financial management skills and academic and professional skills and have a positive perception in terms of their personal and social skills. Confronting with the narratives obtained by technicians, the low skills for autonomy of institutionalized youth are emphasized, as well as the difficulty of institutions in developing an integrated work in this area.

Keywords: Foster institution, Life Skills, Autonomy, and Social Integration.

RESUME

Au Portugal, l'accueil institutionnel est la mesure de placement la plus utilisée en tant que moyen de promotion et protection des enfants et jeunes en danger. L'institutionnalisation d'enfants et jeunes est considérée un domaine de recherche requérant du champ scientifique, en ce qui concerne les facteurs et les effets sous-jacents à sa pratique. Distinctement, cette étude s'est concentrée sur des aspects de l'autonomisation et du développement de compétences nécessaires à la vie pratique, ayant comme objet d'étude, une enquête à propos des ces mêmes compétences pratiques que les jeunes, en situation d'accueil, ont déjà consolidées. Par la suite, on observe que des études précédentes indiquent que le placement en institution est associé à un déficit de compétences de ces jeunes. L'objectif de cette étude a été d'identifier et d'analyser les compétences nécessaires à la vie pratique acquises par les jeunes institutionnalisés, âgés de 15 ans ou plus, habitant dans des Foyers pour enfants et jeunes, ainsi que connaître les avis des professionnelles concernant le processus d'autonomisation et de développement de compétences dans les établissements d'accueil. Pour cet effet, nous avons utilisé une approche mixte, comprise par la mise en place du "*Questionnaire sur les compétences de la vie.*", du Programme Umbrella, aux jeunes et aussi par la réalisation de entretiens avec le personnel des institutions d'accueil. Ainsi, nous avons conclu que les jeunes se perçoivent, à eux-mêmes, ayant faibles compétences de gestion financière, scolaires et professionnelles et, d'autre part, ayant bonnes compétences personnelles et sociales. D'après les témoins des professionnels qui ont été recueillis, nous soulignons les compétences insuffisantes pour l'autonomie des jeunes institutionnalisés, autant que les difficultés des institutions pour développer un travail d'intervention dans ce domaine.

Mots-Clés : Accueil institutionnel, Compétences nécessaires à la vie pratique, Autonomie, Intégration sociale

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

E1 – Entrevistado 1

E2 – Entrevistado 2

E3 – Entrevistado 3

E4 – Entrevistado 4

E5 – Entrevistado 5

E6 – Entrevistado 6

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

OTM - Organização Tutelar de Menores

PDA - Projeto Desafio de Autonomia

PGA - Plano Gradual de Autonomia

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

TCA - Treino de Competências para a Autonomia

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Sexo e Idade da amostra	54
Tabela n.º 2 - Grau de escolaridade da amostra	55
Tabela n.º 3 - Tempo de permanência em LIJ	55
Tabela n.º 4 - Caracterização da amostra de entrevistados	62

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Operacionalização do conceito “Competências de Vida”	46
Quadro n.º 2 - Operacionalização do conceito “Promoção da Autonomia”	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Histograma da dimensão apoio social	57
Gráfico n.º 2 – Histograma da dimensão estudos/ trabalho	58
Gráfico n.º 3 – Histograma da dimensão dinheiro	59
Gráfico n.º 4 – Histograma da dimensão sobre mim mesmo	60
Gráfico n.º 5 – Histograma da dimensão casa	61

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	4
Capítulo 1 - O Acolhimento Institucional em Portugal	4
1.1. Dimensão da institucionalização como problemática	4
1.2. Reflexões em torno da Institucionalização de crianças e jovens	10
1.3. Modelos de intervenção do acolhimento institucional	12
1.3.1. Pensamentos em torno do “Modelo Institucional”	19
1.3.2. Pensamentos em torno “Modelo familiar”	21
1.3.3. Pensamentos em torno “Modelo terapêutico”	22
Capítulo 2 - Promoção e desenvolvimento da autonomia em contexto institucional	25
2.1. Conceptualização da autonomia e suas dimensões	25
2.2. Abordagens teórico-práticas do desenvolvimento da autonomia	28
2.3. A intervenção na transição para a vida adulta nas instituições de acolhimento	31
2.4. Desenvolvimento de competências para a vida adulta	35
PARTE II - ENQUADRAMENTO EMPÍRICO E METODOLÓGICO	43
Capítulo 3 - Apresentação do tema e do objeto de estudo	43
3.1. Objeto de estudo e questões da investigação	43
3.2. Objetivos da investigação e modelo de análise	45
Capítulo 4 - Métodos e Procedimentos de Investigação	50
4.1. Instrumentos de recolha de dados	50
4.2. Constituição da Amostra	52
4.3. Procedimentos inerentes ao tratamento de dados	52
PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	54
Capítulo 5 - Apresentação e análise dos resultados	54
5.1. Caraterização da amostra em estudo (quantitativa)	54
5.2. Caraterização das dimensões de análise (questionários)	56
5.2.1. Dimensão “Apoio Social”	56
5.2.2. Dimensão “Estudos/Trabalho”	57
5.2.3. Dimensão “Dinheiro”	58

5.2.4. Dimensão “Sobre mim mesmo” -----	59
5.2.5. Dimensão “Casa” -----	60
5.2.6. Síntese executiva da análise quantitativa -----	61
5.3. Caracterização da amostra em estudo (qualitativa)-----	62
5.4. Caracterização dos eixos de análise (entrevistas)-----	62
5.4.1. Desenvolvimento de competências de vida nas instituições de acolhimento ---	63
5.4.2. Papel da Equipa Técnica e Educativa na promoção da autonomia -----	64
5.4.3. Atividades nos LIJ’s para o desenvolvimento de competências de vida-----	66
5.4.4. Principais necessidades dos jovens ao nível de competências de vida-----	69
5.4.5. Processo de transição para a vida adulta com e/ou sem competências de vida -	70
5.4.6. Limitações/obstáculos no desenvolvimento de competências de vida -----	73
5.4.7. Síntese executiva da análise qualitativa -----	74
Capítulo 6 - Discussão dos resultados-----	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	88

INTRODUÇÃO

Em Portugal, o acolhimento institucional é reconhecido como a última medida promoção e proteção a ser aplicada na criança e no jovem. É uma medida legitimada para situações de perigo e para situações em que a intervenção das outras medidas não demonstraram ser exequíveis, nomeadamente, o apoio junto dos pais e/ou outro familiar, a adoção e o acolhimento familiar.

O acolhimento institucional, em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e Lares de Infância e Juventude (LIJ), assume um peso significativo de 88% face às outras medidas, particularmente ao acolhimento familiar, que tem um peso de 4,5% equivalente a 341 crianças e jovens integradas em famílias de acolhimento. O cenário atual “resulta de um acentuado desequilíbrio entre os elevados números de medidas de acolhimento em Instituição e os baixos números das medidas de acolhimento familiar” (CASA, 2014,p.26).

Contrariamente, em alguns países europeus como Inglaterra, França, Itália e Espanha, tem se verificado uma perspectiva distinta da de Portugal, dando preferência à aplicação da medida de acolhimento familiar. Esta, ressalva que “os interesses das crianças e jovens devem ser providos por uma família e não por uma instituição” (Costa & Ferreira, 2009, p.113). Em Portugal, no ano de 2014, a rede de famílias de acolhimento era constituída por 275 famílias, ou seja, um reduzido envolvimento da população portuguesa para uma cultura de acolhimento.

Com a inviabilidade da medida de acolhimento familiar, e outras, a grande parte das crianças e jovens sinalizados em situação de perigo são encaminhados para instituições de acolhimento. Desde o momento da entrada da criança e do jovem na instituição o objetivo primordial é estruturar o seu projeto de vida, tendo em conta que o acolhimento institucional será uma medida provisória. Acontece que na prática, a maioria das vezes a institucionalização concretiza-se como permanente, mantendo o jovem em situação de acolhimento até à sua maioridade ou até à idade de 21 anos.

Em torno da problemática, institucionalização de crianças e jovens, erguem-se outros aspetos que estão coligados, como é o caso da promoção da autonomia e o

desenvolvimento de competências de vida, numa ótica de integração social e profissional no futuro.

As competências de vida e a autonomia são dois conceitos que estão interligados no seu desenvolvimento, pressupondo que a concretização da autonomia implica uma aprendizagem efetiva das competências de vida. A autonomia, um conceito pouco linear, contempla um “caráter polissémico que origina diferentes olhares, perspetivas e significados (...) inerentes às condições do desenvolvimento” (Tomás, Malheiro, Costa, Rodrigues, Luís, & Gonçalves, 2014, p.22). O processo de autonomia e o desenvolvimento de competências, quando não promovidos, podem conduzir a graves contornos na vida do jovem, nomeadamente a situações de maior fragilidade, de decadência socioeconómica e até mesmo de exclusão social (Calheiros, Graça, Morais, Mendes, Garrido, 2013).

Face ao supracitado, observa-se que a autonomia das crianças e jovens nas instituições de acolhimento tem vindo a ganhar relevância social, política e até mesmo académica, através de diversos estudos sobre o acolhimento institucional (Alves, 2010; Santos, 2010; Silva, 2011, entre outros). Estes, têm explorado os impactos da institucionalização, os percursos de vida de jovens adultos institucionalizados, o desenvolvimento de competências sociais associadas à saúde mental, entre outros, nos quais se verifica uma escassez de estudos ao nível do desenvolvimento de competências de vida e do processo de autonomia durante o acolhimento da criança e jovem.

Dada a pertinência da temática, o objeto de estudo desta investigação centra-se na averiguação de competências de vida que os jovens, com idade igual ou superior a 15 anos, percecionam como consolidadas. Em conformidade com o objeto de estudo, o enquadramento teórico, exposto na primeira parte, abrange uma breve caracterização do acolhimento institucional em Portugal, dos modelos de intervenção sucedidos até ao momento, das diferentes perspetivas e significados dos conceitos desenvolvimento de competências de vida e de autonomia, bem como a importância da aquisição de competências e promoção da autonomia para a transição na vida independente.

Na segunda parte, designada por enquadramento empírico e metodológico, é realizada a operacionalização dos conceitos, promoção de autonomia e desenvolvimento de competências de vida, através de uma perspetiva holística e integradora do objeto e objetivos das investigação. Ainda nesta parte são apresentados os métodos e procedimentos

utilizados para a recolha de dados, com destaque a uma investigação de carácter mista e descritiva.

A terceira e última parte, diz respeito à apresentação e discussão dos resultados, recorrendo a métodos de análise estatística e de análise de conteúdo. A discussão dos resultados foi efetuada de acordo com os objetivos e as questões de investigação.

A presente dissertação termina com as considerações finais, no qual se efetua uma interpretação crítica dos resultados face aos objetivos traçado e às reflexões teóricas expostas na primeira parte.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

CAPÍTULO 1

O Acolhimento Institucional em Portugal

1.1. Dimensão da institucionalização como problemática

“Os jovens não são o fracasso do sistema a precisar de proteção, mas sim indivíduos que podem ter sucesso se encontrarem estratégias que lhes permitam lidar com a sua vulnerabilidade” (Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000, p.18)

No espetro dos problemas sociais complexos que se apresentam na sociedade atual, aqueles que se relacionam com os contextos de risco que afetam o bem-estar familiar e infantojuvenil são acutilantes, onde a exposição de crianças e jovens a situações de maus tratos, de negligência e ausência de cuidados básicos, por parte dos seus progenitores, são alguns dos seus traços.

Neste sentido, a necessidade de intervir no âmbito da proteção de crianças e jovens, nomeadamente as que se encontram expostas a situações de grande vulnerabilidade, revela-se da maior importância, no sentido de promover a sua integridade física e psicológica. As medidas públicas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo tentam reduzir e, se possível, erradicar os danos sociais, psicológicos e de saúde patentes nesta população.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) cumpre esta aspiração ao tentar implementar as medidas previstas no art.º34, alíneas a), b) e c) da lei 147/99 de 1 de setembro, nomeadamente: “a) afastar o perigo em que estes se encontram; b) proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; e c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso”. De acordo com a lei supracitada, LPCJP, segundo art.º49, o acolhimento institucional apresenta-se como uma medida de promoção e proteção que “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade (...) que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

O Sistema Nacional de Acolhimento e Acompanhamento de crianças e jovens em situações de perigo tem como resposta um acolhimento institucional de carácter temporário e prolongado. Segundo o art.º 50 da LPCJP o acolhimento de carácter temporário ou de curta duração está designado para situações onde ainda é possível o retorno da criança e do jovem à sua família biológica. Assim, este acolhimento não pressupõe uma duração superior a 6 meses, salvo quando se verificam situações de perigo, ao colocar de novo a criança e o jovem na sua família. Em Portugal, o acolhimento de curta duração é realizado maioritariamente por Centros de Acolhimento Temporário (CAT).

Por sua vez, o acolhimento institucional de carácter prolongado é legitimado para situações de perigo complexas que colocam em causa a total integridade da criança e do jovem, sendo previsto um acolhimento de longa duração, inclusive até o jovem perfazer a maioridade. Os Lares de Infância e Juventude (LIJ) são as instituições que abrangem este tipo de acolhimento, proporcionando às crianças e jovens estruturas de vida que garantam a satisfação das suas necessidades básicas, bem como a promoção do seu desenvolvimento pessoal e social, com vista à integração na família e/ou na sociedade.

Na perspetiva da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR, 2000, p.16), o acolhimento em LIJ é uma medida de protecção entendida como uma “resposta de fim de linha”, significa que os jovens são encaminhados para esta resposta quando as possibilidades de intervenção social com a sua família de origem ou outras medidas de promoção se tornam inviáveis.

O acolhimento institucional sendo, uma medida de colocação e aplicada em última instância, “tem sido a medida de promoção e protecção que maior expressão tem alcançado em Portugal” (Carvalho & Manita, 2010, p.3326). A compreensão dos factos, facilmente, recai nos fatores de risco social e familiar que afetam as crianças e jovens portugueses, sendo estes de carácter complexo e/ou de difícil resolução. Simultaneamente, tem sido visível o uso excessivo de respostas de fim de linha, como o caso da institucionalização, uma vez que o acompanhamento sistemático das famílias de origem exige um espaço público, técnico e político não compatível com a organização institucional atual.

Acresce o facto da população, que atualmente tem sido acolhida, parecer justificar a expressividade do acolhimento prolongado, pois são maioritariamente jovens em fase de adolescência. Segundo o relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

(CASA, 2014, p.8) de crianças e jovens, “verifica-se que o escalão etário dos 15 aos 17 anos é o que apresenta uma maior proporção com 137 jovens a entrarem com procedimento de urgência”, com a agravante de, por vezes, terem problemas de comportamentos e permanecerem nas instituições até a maioridade.

Examinando, quantitativamente, a institucionalização de crianças e jovens, o Relatório CASA de 2014 aponta para uma diminuição da proporção do acolhimento institucional. Em 2006 encontravam-se em situação de acolhimento 12.245 crianças e jovens; dados mais recentes (2014) indicam que estão em situação de acolhimento 8.470 crianças e jovens. Regista-se uma redução de 3.775 crianças e jovens neste período de tempo. Este decréscimo deveu-se a várias transformações ocorridas ao nível do sistema de acolhimento institucional que serão abordadas posteriormente neste capítulo.

De acordo com o universo português, no ano de 2014, encontravam-se acolhidos 8.470 crianças e jovens, sendo 2.969 (35%) correspondente a jovens com idades entre os 15 e os 17 anos e 1.055 (12,5%) correspondente a jovens com idades entre os 18 e os 20 anos. Em 2013, a adolescência apresentava-se como a faixa etária predominante na população acolhida em LIJ, pois 80% eram jovens adolescentes com idades entre os 12 e os 20 anos. Em 2014, o cenário manteve-se com a predominância de adolescentes acolhidos e com o acolhimento prolongado em LIJ, sendo que num total de 8.470 crianças e jovens institucionalizados, 5.388 (63.6%) estavam em LIJ.

No que respeita às características particulares das crianças e jovens acolhidos, estas poderão estar relacionadas com o seu contexto familiar e social, sendo que se analisarmos os motivos pelos quais estas crianças e jovens estão institucionalizados, provavelmente identificamos as suas características, não sendo genérico. Os principais motivos que têm levado à medida de colocação numa instituição recaem sobre a ausência de supervisão familiar, a exposição a modelos parentais desviantes - potenciando a criança e jovem a esses padrões (furtos, consumos, entre outros) e a negligência na educação e na saúde (CASA, 2014). Consequentemente, as crianças e jovens, que estão em situação de acolhimento, estão propícias a replicar estes padrões comportamentais, sendo sinalizadas com características particulares de toxicod dependência (consumo), problemas de saúde mental, dificuldades na adaptação/integração social e acima de tudo com problemas de comportamento de diversas índoles (CASA, 2014).

Segundo relatório CASA de 2013, os problemas de comportamento têm sido uma das características que tem vindo a aumentar (aumento cerca de 13% comparativamente ao ano de 2012) devido “à entrada de mais adolescentes na faixa etária dos 15 a 17 anos, mas também de crianças entre os 6 e os 9 anos” (CASA, 2013, p.21). No ano de 2014, este cenário manteve-se com a identificação de 2.164 crianças e jovens com problemas de comportamentos com “uma predominância na faixa etária dos 15-17 anos, identificando-se 1.160 jovens com comportamentos perturbadores” (CASA, 2014, p.16).

Com base na análise efetuada pelo relatório CASA 2014, os problemas de comportamento organizam-se em três graus, consoante a sua gravidade, podendo ser ligeiros, médios ou graves, “os problemas de comportamento de tipo ligeiro são claramente predominantes, estando identificados em 73% das crianças e jovens, de forma mais evidente na faixa dos 15-17 anos. Já os comportamentos com uma gravidade média representam 24% do total, e os graves 3%” (CASA, 2014, p.17). Importa clarificar a definição de cada um dos graus relativos aos problemas de comportamento, de forma a poder compreender os dados acima referidos.

Neste sentido, os comportamentos ligeiros (73%) enquadram problemas como pequenas fugas, intimidações a terceiros, incumprimento de regras/responsabilidades, uso da mentira para aquisição de interesses pessoais e agressões verbais. Os comportamentos médios (24%) pioram com furtos, destruição parcial de propriedades/bens de terceiros e agressões físicas. Por último, os comportamentos graves (3%) para além de todas as situações já mencionadas, agravam com furtos graves (confrontação da vítima), utilização e posse de armas brancas e a destruição total de propriedades de terceiros.

De certo que os problemas de comportamento são um dos principais motivos que caracteriza os jovens em acolhimento, conhecido também pela expressão delinquência juvenil. Este fenómeno é definindo como “uma forma extrema de comportamento antissocial e como um padrão de comportamento ilegal cometido por um menor” (Shaw, 1983 cit. in Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000, p.122). Com base nesta definição, o fenómeno de delinquência juvenil encontra-se não só associado aos jovens em geral, mas também aos jovens que se encontram institucionalizados, como acima referido. Outros autores descrevem que a existência de jovens com comportamentos delinquentes deve-se não só às suas características psicológicas, como também ao *background* familiar que

vivenciaram (Born, Chevalier & Humblet, 1997 cit. in Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000, p.123).

Face aos motivos que levaram à institucionalização, verificamos que a família tem um peso relevante na vida e no desenvolvimento da criança e do jovem, acabando por haver uma interiorização destes comportamentos como a norma a seguir, sendo difícil para estes jovens a adaptação a novas regras, bem como a aceitação das mesmas.

Em consonância com as atuais características das crianças e jovens acolhidos, as instituições devem, elas próprias, prepararem-se para receber e acolher jovens de faixas etárias mais elevadas com características pessoais e sociais complexas. É importante não deixar de reforçar o papel das instituições no apoio à formação da identidade dos jovens que se apresentam com necessidades diferentes.

Questionamo-nos se as instituições de acolhimento estarão preparadas para receber estes jovens e para prepará-los para a vida adulta, tendo em conta as necessidades e características dos jovens que estão atualmente acolhidos em LIJ. Esta assunção relaciona-se com a observação baseada nas estatísticas atuais e nos relatórios públicos, de que os jovens que entram hoje em acolhimento institucional possuem uma bagagem identitária marcada por relações familiares desestruturadas e percursos de vida pautados, muitas vezes, por situações de conflito e de rutura das normas sociais.

Certamente, que será pertinente repensar os atuais modelos de intervenção nas instituições de acolhimento, que deverão ser sustentados em respostas reparadoras com vista ao ajustamento e integração psicossocial das crianças e jovens acolhidos. As necessidades, que hoje em dia as crianças e jovens apresentam, parecem ser distintas das necessidades que há uns anos eram observáveis nas crianças e jovens institucionalizados, e neste sentido torna-se relevante elucidar alguns aspetos importantes que foram-se alterando no acolhimento institucional.

O acolhimento institucional iniciou-se com a criação de grandes instituições, fundamentadas na caridade e no paternalismo (obediência aos mais velhos), onde as crianças eram inseridas por tempo indeterminado, sem qualquer distinção, com objetivo único de satisfação das necessidades básicas e da introdução de valores de disciplina e obediência. Segundo Cansado (2008) esta perspetiva de proteção de menores centrava-se na

retirada das crianças e jovens desprotegidos, órfãs e/ou mendigas da sociedade, com intuito destas não perturbarem o seu funcionamento.

Em contraste com a realidade que hoje se observa, diferente das características supracitadas, as famílias não se caracterizam apenas por ausência de condições económicas, mas sim por situações de negligência parental, problemas relacionados com consumos, maus tratos, registo de delitos/crimes, entre outros, que colocam em causa o bem-estar integral da criança e jovem.

Em virtude dos factos apresentados, para além das necessidades afetivas e emocionais, as crianças e jovens carecem de competências pessoais, sociais que se tornam difíceis de promover, devido à desmotivação, ao desinteresse e à despreocupação que se caracterizam como aspetos implícitos na maioria dos jovens institucionalizados.

Segundo Gomes & Marques (2013, p.4) “a prevenção de situações de risco psicossociais (...) entre jovens, tem sido uma preocupação relevante para os sistemas de saúde e educação”. Naturalmente, que todas as crianças e jovens que estão em situação desfavorável são, cada vez mais, motivo de preocupação pelas entidades e instituições ligadas à infância e juventude. Esta preocupação acentua quando o número de situações de perigo aumenta, sendo importante indagar as medidas mais adequadas para prevenção de situações de risco.

Mediante o exposto, reflete-se e questiona-se sobre os modelos de intervenção nas instituições de acolhimento, quais as respostas e medidas mais adequadas para responder a estas necessidades? Será a institucionalização? A intervenção com a família de origem? Famílias de acolhimento? Acompanhamento e intervenção personalizada? Estas são hipóteses que devem ser discutidas e ponderadas, visto ser urgente criar mecanismos de prevenção e proteção para comportamentos de risco.

1.2. Reflexões em torno da Institucionalização de crianças e jovens

A institucionalização de crianças e jovens é vista como um conceito ambivalente. Por um lado é uma medida de proteção que visa afastar a criança e jovem de um contexto de risco. Por outro lado, pode tornar-se numa medida de exposição a outros riscos sociais, acarretando consequências desfavoráveis ao desenvolvimento das crianças e jovens que a vivenciam, tais como a ausência de sentimentos de pertença, a dificuldade em estabelecer relações de proximidade e de afetividade profunda, a perda de uma estrutura e identidade familiar e uma maior probabilidade de gerar problemas sociais (exclusão social, pobreza, desemprego, entre outros).

A ambivalência da institucionalização é referida por vários autores, nomeadamente, Gabatz, Padoin, Neves, & Terra (2010) que ressaltam o papel das instituições de acolhimento como fundamental na satisfação das necessidades básicas e materiais, no entanto a separação das crianças com as suas famílias, o sentimento de abandono, a quebra dos laços afetivos eleva a outras necessidades que a instituição tem dificuldade em dar resposta, tais como a nível afetivo, emocional e de desenvolvimento de competências.

Em concordância com o supracitado, a entrada da criança e do jovem para uma instituição de acolhimento é, normalmente, retratada por sentimentos de insegurança, medo, isolamento, e/ou com alguma resistência na relação e aproximação com os técnicos, cuidadores e até mesmo com as outras crianças, pois trata-se de um espaço “desconhecido”, sem qualquer ligação para a criança e o jovem.

Contrariamente, Carvalho & Manita (2010, p.3333) reforçam que “as instituições de acolhimento podem não ser melhores do que uma boa família, mas muitas delas são preferíveis a uma vida familiar disfuncional, de rua ou outro qualquer registo de vida inadequado para a criança”. Deste modo, as instituições de acolhimento tornam-se um lugar central na vida das crianças e jovens sobretudo a nível de proteção e componente emocional, a partir do momento que a criança e jovem estão predispostos a construir relações, seja com os pares, com os técnicos e/ou cuidadores.

A componente emocional e relacional constitui-se como um “apoio essencial na formação da identidade, pelo que é fundamental que os cuidadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos, além de

símbolos de segurança e proteção” (Gaspar, 2014, p. 92). Isto significa que apesar da dimensão de risco que a institucionalização, pode em alguns casos demonstrar, existem elementos protetores que, ao serem promovidos e/ou acentuados, podem apoiar o desenvolvimento favorável da criança e jovem.

Vários autores referem que ambientes caracterizados pelo afeto, pela segurança de aceitação e suporte emocional são determinantes para o desenvolvimento saudável da autonomia dos adolescentes (Calheiros et al., 2013). As relações afetivas que se estabelecem nas instituições de acolhimento têm um impacto positivo no desenvolvimento da criança e jovem, quando efetivamente são de proximidade e saudáveis, pois beneficiam “o desenvolvimento de competências e de carácter, podendo influenciar a trajetória de vida dos indivíduos, de forma a inibir ou incentivar a expressão de competências cognitivas, sociais e emocionais” (Gaspar, 2014, p.109).

Porém, várias são as lacunas mencionadas quando se refere a medida de acolhimento institucional, nomeadamente,

a falta de preparação prática para a vida autónoma adquirida nestes contextos, identificando-se vários fatores que condicionam a adaptação futura à vida independente, como a falta de envolvimento, de participação e de poder dos adolescentes na tomada de decisão relativa a aspetos da sua própria vida, a falta de relações de qualidade com um adulto e a falta de acompanhamento pós-institucionalização (Freundlich & Avery, 2006, cit. in Calheiros, et al., 2013, p.242).

Em consonância com o supracitado e num sentido crítico, o acolhimento institucional apresenta algumas falhas quanto ao seu modelo de intervenção, nomeadamente durante o processo de acolhimento e no processo pós-institucionalização. Subsistem lacunas durante o período de acolhimento que deverão ser ultrapassadas para que o jovem se sinta capaz e seguro aquando da sua saída, tais como a preparação para autonomia, centrada na consolidação de exercícios/tarefas de componente prática, que através do seu treino são possíveis de fortalecer, de acordo com o perfil de cada jovem.

Associado a este exercício de preparação estão aliados inúmeros fatores que, por vezes, condicionam este percurso, tornando-o complexo e exaustivo, tanto para os técnicos que utilizam várias estratégias e os resultados são reduzidos ou mesmo nenhuns, como também para os jovens que não se sentem motivados, interessados em desenvolver competências pessoais, sociais, não reconhecendo a sua importância para a vida futura.

Face ao desinteresse e desmotivação do jovem torna-se pertinente ouvi-lo, compreender quais os seus interesses, os seus desejos enquanto vida futura, valorizando os seus aspetos positivos e inclusive integrá-lo na construção do seu projeto de vida.

A preparação da desinstitucionalização e o acompanhamento pós-institucionalização são dois aspetos que ficam aquém das necessidades no modelo de intervenção do acolhimento institucional, na medida em que não está previsto legalmente nenhum tipo de acompanhamento após a saída do jovem. No que respeita à preparação da desinstitucionalização, em alguns casos, as instituições complementam esta resposta com um apartamento de pré-autonomia e/ou autonomia, conforme as condições disponíveis. Todavia, como será exposto posteriormente, esta resposta é escassa, não sendo possível o seu acesso a todos os jovens institucionalizados.

Com o propósito de melhor compreender o presente modelo de intervenção, importa analisar a sua evolução, as características sociais e políticas de outros modelos, que antecederam e concomitantemente deram origem ao atual modelo.

1.3. Modelos de intervenção do acolhimento institucional

“O constante aumento de adolescentes, verificado nos últimos anos, exige cada vez mais, uma intervenção diferenciada por parte das respostas de acolhimento, baseada em modelos de intervenção terapêuticos e contentores, capazes de fazerem toda a diferença na vida destes jovens, prestando especial atenção às suas fragilidades emocionais e invertendo, assim, o ciclo de desproteção que muitas vezes lhes é oferecido” (CASA, 2014, p.13).

A intervenção na área da proteção da infância e juventude já decorre de largos anos com um percurso caracterizado por várias transformações, quer no seu paradigma conceptual, quer no campo de intervenção, tendo como suporte a componente histórica, política e social da época vivenciada. A intervenção junto das crianças e jovens acolhidos é realizada de forma heterogénea a partir de um carácter histórico e individual, pautado pelas características, recursos e paradigmas técnico-operativos que cada instituição desenvolve.

Martins (2005) recorre a um novo paradigma da institucionalização, que valoriza e assegura a necessidade da proteção social das crianças e dos jovens, bem como apela à autonomização segura e à integração social. O autor reforça este novo paradigma

salientando que “a proteção social de crianças e jovens não deve ser um setor desvalorizado e deprimido, um sistema de fim de linha” (Martins, 2005, p. 8), mas sim um sistema que zele pelo sucesso dos percursos de vida daquelas crianças e jovens que cresceram na inexistência de contexto familiar estruturado.

Numa lógica de evolução e de reconhecimento das mudanças sucedidas nos modelos de intervenção, serão analisados os vários papéis do Estado e da Sociedade no âmbito da proteção de crianças e jovens, numa ótica de trajetória até a atualidade. Nos primórdios do séc. XV e XVI, o acolhimento institucional foi marcado pela criação das primeiras instituições, designadas de misericórdias, de cariz religiosa e assistencialista, com a missão de acolhimento de pessoas vulneráveis e socialmente desfavorecidas, incluindo crianças, jovens, mendigos e idosos.

Durante este período, o acolhimento de pessoas vulneráveis teve como objetivo a sua proteção social, mas também, foi uma forma de desviar da sociedade este retalho de pessoas “crianças órfãs, desvalidas, abandonadas, mendigas que assim, intencionalmente segregadas da sociedade, deixavam de incomodar as consciências” (Cansado, 2008, p.3). Ou seja, por um lado houve a necessidade de proteger e acolher estas pessoas sendo-lhes assegurado a satisfação das necessidades básicas, mas por outro lado, eram consideradas um incómodo, havendo a necessidade de impedir a sua presença na mesma sociedade que as pessoas de classe média/alta.

Em 1780, foi criada a Casa Pia de Lisboa destinada a acolher crianças e jovens que viviam na rua, abandonadas e com comportamentos delinquentes, e ainda prostitutas e mendigos, embora em setores diferenciados. Em 1793, a Casa Pia de Lisboa ganhou o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), acolhendo um maior número de crianças e jovens.

Na ótica de Martins (2006), entre o séc. XVIII e o séc. XX, foram concebidas 4 perceções sobre a infância, que em parte estiveram relacionadas com o aparecimento das medidas de proteção de menores. A primeira perceção, designada pelo autor de “revolução sentimental”, caracterizou-se pelo “isolamento da criança dos contactos precoces com os adultos e com a vida social ativa” (Martins, 2006, p.102). Este isolamento decorreu de uma imposição tutelar com intuito de prevenir situações que comprometiam o desenvolvimento da criança, bem como a proteção da criança e jovem à exposição de trabalho infantil.

Em 1911, surge a primeira Lei de Proteção à Infância, considerada um marco muito importante para a sociedade onde foi feita a distinção clara entre a criança e o adulto. Simultaneamente, surgem os primeiros tribunais de menores – Tutorias de Infância. Segundo a lei de proteção à infância (1911) as tutorias de infância surgiram com o objetivo explícito de prevenir e curar, mais do que propriamente, o de castigar. Nesta perspectiva "reforça-se a imagem da criança, dando importância à infância como etapa vital de desenvolvimento, com ajuda de mediadores educativos, instituições e tutores" (Martins, 2006, p.102).

Entre 1933 e 1974, no decorrer do Estado Novo, surgiram novas instituições de grandes dimensões, ligadas à educação e ao acolhimento, que se dirigiam a indivíduos considerados socialmente desprotegidos e excluídos da sociedade. Estas instituições, de carácter assistencialista e de caridade, integraram vários profissionais ligados às ciências sociais, como educadores e assistentes sociais (Martins, 2006).

Em 1990, Portugal assinou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na qual estão explícitos os princípios gerais que, sucintamente representam a convenção, nomeadamente, a não discriminação de crianças (art.2.º), o interesse superior da criança em qualquer decisão tomada pelo Estado (art.3.º), o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento integral da criança (art.6.º) e o respeito pelas opiniões da criança (art.12.º). Esta convenção “consiste no primeiro instrumento de direito internacional a conceder força jurídica internacional aos direitos da criança (...) tornando os Estados que nela são partes, juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da criança e por todas as ações que tomem em relação às crianças” (Albuquerque, s.d.).

Posteriormente, no ano de 1999, surge uma reestruturação do direito de menores e, conseqüentemente, a elaboração da LPCJP. Ainda em vigor, tem como objetivo a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens em situação de perigo.

A segunda percepção sobre a infância incidiu no Sistema Educativo Português, que teve um papel relevante na condição da criança no que respeita à componente educativa, sendo reconhecida a importância da formação escolar e do ensino, enquanto instituição de formação de identidade. Por esta razão, “no início do séc. XIX, foram implementadas condições de proteção e do direito da criança à educação, apesar de anteriormente as

crianças terem sido alvo de trabalho barato e mão de obra abundante” (Martins, 2006, p.102), quando, ainda, não reconhecida legalmente como um menor.

A terceira percepção foi baseada no aparecimento das ciências humanas e ciências da educação, que conduziram a uma nova concepção da infância e juventude, encarada “como uma etapa evolutiva, sociológica, biológica e fisiologicamente com um significado próprio que deve ser cuidada” (Martins, 2006, p.103). Com esta nova concepção, a criança abandonada, vulnerável e marginalizada nos orfanatos e asilos, ganha lugar nas investigações futuras.

Em última análise, a quarta percepção manifesta-se pelo Direito Tutelar de Menores, no qual foi reconhecido no séc. XX “com medidas educativas, tutelares e de tratamento médico-pedagógico em internato ou semi-internato” (Martins, 2006, p.97). Consequente, estas, foram reduzindo a criminalidade na infância e juventude. À data de 1962, surge a primeira Organização Tutelar de Menores (OTM) e posteriormente, em 1999, a Lei Tutelar Educativa. De acordo com o art.º1, a aplicação da Lei Tutelar Educativa ocorre quando, um menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos pratica um ato qualificado, pela lei, como crime. Reportando para os finais do séc. XIX, observa-se que quando as crianças, jovens e/ou adultos cometiam crimes, as instituições penais e outras, não faziam distinção de idades, estando todos aglomerados no mesmo espaço.

É nestes moldes que o acolhimento institucional tem vindo a sofrer uma requalificação institucional, profissional e ainda ao nível da população acolhida, como analisado anteriormente. Esta requalificação, de acordo com Hellinckx & Coton (1993), deve ser entendida por seis linhas de evolução e mudança do acolhimento institucional, nomeadamente,

“1) o desenvolvimento das perspetivas ecológicas, no quadro das quais a criança é compreendida em contexto; 2) o reordenamento das respostas sociais; 3) o decréscimo das crianças institucionalizadas, 4) “o desenvolvimento de outras opções em alternativa ao acolhimento residencial, 5) a evolução das características das populações atendidas e 6) a profissionalização crescente dos serviços” (cit. in Martins, 2004, p.178).

Com intuito de melhor compreender estes tópicos propostos por Hellinckx & Coton (1993), que de certa forma traduzem o cenário atual do acolhimento institucional, é relevante analisar individualmente cada aspeto.

No sentido de enquadrar o desenvolvimento de perspectivas ecológicas, importa elucidar alguns aspetos significativos no que respeita à evolução do papel da criança na sociedade. Apesar da conotação de fragilidade estar associada à criança, outrora esta foi considerada um “adulto em miniatura (...) não se preocupavam em compreendê-la, como um ser em desenvolvimento, com etapas mais ou menos definidas, que exigia uma atenção educativa e afetiva especial” (Martins, 2006, p.95). O autor usa a expressão “adulto em miniatura” para intensificar o papel da criança na sociedade, isto é, a criança foi vista como adulto, quando desempenhava as mesmas funções que este, quer no trabalho, quer em contexto familiar, não havendo diferenciação de papéis.

Face ao contexto social vivido, o pedagogo Delfim Santos, faz uma apreciação à situação da criança, com a seguinte expressão, “não deixavam viver a criança como criança” (1955 *apud* Martins, 2006, p.98). À luz desta apreciação, salienta-se o papel da criança na sociedade, onde esta era alvo de trabalho infantil, assumia responsabilidades dos adultos ou, por outro lado, era abandonada, vivia da mendicância e/ou era colocada numa instituição até a maioridade.

Posteriormente, e com a convenção dos direitos da criança, esta passou a ser integrada no contexto social, familiar e político, onde os seus problemas e as suas fragilidades eram aceitáveis. A proteção da criança passou a ser compreendida no contexto familiar, reconhecido como um “espaço natural de crescimento, desenvolvimento e educação” (Martins, 2004, p.189), em que a criança envolve a sua família na resolução dos seus problemas.

Presentemente, a intervenção na infância e juventude apela a perspectivas ecológicas, tendo em conta todos os sistemas (micro, meso e macro) em que a criança está envolvida, seja em contexto familiar e/ou institucional. Neste sentido, o acolhimento institucional vigora-se por ser resposta social de articulação e complementaridade com outras respostas/medidas de promoção e proteção, inclusive com a família da criança. Por outro lado, e já em última instância, o acolhimento institucional assume uma função de substituição da família, quando não é possível o retorno da criança ao seu meio natural de vida.

Outra mudança recorrente do acolhimento institucional é o reordenamento das respostas sociais, ou seja, a proteção à infância caracterizou-se inicialmente pelo acolhimento institucional (instituições com grande capacidade de lotação), mas com o

surgimento da LPCJP foram estabelecidas outras medidas de proteção, que antecedem o acolhimento institucional, mencionadas no art.35º da LPCJP “a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento em instituição”.

Conforme lei supracitada, a medida de colocação em instituição é considerada uma resposta de fim de linha, no qual “as administrações competentes na matéria continuam a preferir os centros de menores face a outras opções” (Martins, 2004, p.179), inclusive famílias de acolhimento, adoção e intervenção junto da família de origem, para que desta forma, as crianças e os jovens sejam submetidos, o menos possível, à institucionalização em CAT ou LIJ.

Opiniões diversas, do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, referem que apesar do “acolhimento institucional ser considerado (...) o último recurso não o torna num recurso necessariamente mau, podendo até constituir a solução mais adequada em casos transitórios ou de curta duração” (Martins, 2004, p. 180). Nesta sequência, a aplicação da medida de acolhimento institucional, deve ser profundamente analisada de acordo com o diagnóstico da criança e jovem, prevalecendo o seu superior interesse.

Com o reordenamento das respostas sociais, o número de crianças e jovens em situação de acolhimento institucional tem vindo a atenuar, dando a possibilidade das crianças e jovens crescerem num contexto familiar estruturado, mesmo que, não seja o contexto familiar de origem.

No seguimento do reordenamento das respostas sociais, tem sido notável um decréscimo das crianças e jovens institucionalizados, que se confirma através dos seguintes dados: em 2006 estavam institucionalizados 12.245 crianças e jovens; e em 2014 estavam 8.470 crianças e jovens. Importa relacionar este decréscimo com o aparecimento de outras medidas em alternativa ao acolhimento institucional, referidas anteriormente (art.35 LPCJP). Todavia, este decréscimo de crianças e jovens institucionalizados não significa, à partida, que as necessidades da população acolhida sejam inferiores, pelo contrário, as crianças e jovens carecem de um apoio constante e exigente.

Dado às necessidades pessoais, sociais, afetivas e familiares que as crianças e jovens apresentam, os seus perfis caracterizam-se, muitas vezes, como irredutíveis face a

uma tentativa de intervenção. A realidade institucional que decorre, engloba essencialmente jovens multiproblemáticos, que requerem assistência e apoio constante, quer dos profissionais, quer dos serviços.

A população em acolhimento institucional tem sofrido alterações, principalmente nas suas características. Hoje em dia, as crianças e jovens que vivem na rua, sem estrutura familiar, ou quando a têm é disfuncional, revelam diversos problemas de comportamento, enveredam por caminhos fáceis, como o consumo e venda de droga, cometem pequenos delitos que, com o passar do tempo, transformam-se em crimes graves como a violência, os homicídios, os roubos, entre outros, que frequentemente, são encaminhados para Centros Educativo ou quando perfazem a maioridade, integram no sistema penal.

Segundo Martins (2004, p.188) as características das crianças e jovens podem estar relacionadas com “a diversificação de apoios de várias ordens às crianças e famílias em risco, nos seus próprios contextos de vida, contribuído para a mudança do perfil da população”. Havendo uma tentativa de intervenção em meio natural de vida, a idade da criança vai aumentando, bem como a probabilidade desta vivenciar contextos propícios a gerar problemas de comportamento e/ou delinquência. Logo, se a intervenção em meio natural de vida for sem sucesso, e a única alternativa possível for a institucionalização, a criança acaba por ingressar no sistema de acolhimento, na fase de adolescência, apresentando um perfil social robusto, com comportamentos de oposição e aumento de idade, que podem comprometer o seu acolhimento e o seu projeto de vida.

Perante este quadro descritivo, parece-nos fundamental o aumento de profissionais, bem como a sua requalificação e a dos serviços envolventes, com intuito de dar respostas eficientes às necessidades das crianças e jovens. Muitas destas exigências, encontram-se já em vigor, com a transição para os novos modelos de intervenção, mudanças estruturais das instituições e do perfil dos profissionais que nelas trabalham.

Os modelos de intervenção apresentam-se como uma preocupação, quer para as instituições, quer para os próprios profissionais, sendo ainda reforçados pela LPCJP 147/99 de 1 de setembro, art.º 51, que veicula o imperativo, de que as instituições de acolhimento devem ser organizadas segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos, sendo que “o anterior modelo, associado à Organização Tutelar de Menores, de formato mais abrangente, caracterizado por grandes instituições, tem vindo a dar lugar a um

modelo mais diferenciado, pequeno e familiar” (Henriques, Bentos, Martins, & Costa, 2014, p.15). A intervenção que vigorava no contexto institucional não fazia distinção das diversas situações que geravam o acolhimento, “não distinguia as situações de abandono, negligência ou maus-tratos, de outras de grave desvio comportamental” (Henriques, et al., 2014, p.15). Já o atual modelo faz essa distinção entre as crianças e jovens que estão desprotegidos da sua rede de suporte familiar e os jovens que cometem atos ilegais, tendo como suporte, a Lei Tutelar Educativa e os Centros Educativos.

Por fim, um estudo desenvolvido por Pacheco & Sani (2013, p.152) realizado com 41 LIJ's, concluiu que “a tipologia que existia há 10 anos já não é uma realidade instituída”, o que é um facto positivo, pois deixaram de existir instituições centradas em modelos assistencialistas, fechadas, institucionais, para dar origem a um novo paradigma institucional que elege modelos abertos, familiares e terapêuticos na perspectiva de integração.

Denota-se imprescindível analisar o percurso dos modelos de intervenção associados ao acolhimento institucional, compreendendo as suas mudanças e as suas transformações, bem como a reflexão de estratégias para intervenções futuras. No ponto seguinte, estão expostos três tipos de modelos de intervenção institucional, sendo que a sua designação foi concebida com base nas características institucionais e na questão histórico temporal do acolhimento institucional. Será alvo de análise o modelo institucional, o modelo familiar e o modelo terapêutico, seguindo uma sequência cronológica.

1.3.1. Pensamentos em torno do “Modelo Institucional”

... a visão redutora da criança, que apenas suscitava a obrigação de ver satisfeitas as suas necessidades básicas e indispensáveis ao processo do seu crescimento até atingir a fase adulta (...) imperavam os valores rígidos da obediência e da submissão aos mais velhos e o rigor na disciplina (...) a individualidade, a formação da personalidade, especiais necessidades, aspirações, motivações ou interesses eram na generalidade completamente ignorados (...) os direitos da criança e do jovem, não tinha qualquer sentido (Cansado, 2008, p.4)

As sábias palavras de Cansado (2008) caracterizam de forma geral o primeiro modelo de intervenção no âmbito do acolhimento institucional, sendo o modelo mais antigo

e de cariz assistencialista, o principal objetivo era a satisfação das necessidades básicas, a prestação de cuidados básicos, numa lógica material e de dávida, onde as necessidades afetivas e emocionais, as competências pessoais e sociais eram delegadas para segundo plano ou mesmo inexistentes.

Na ótica deste modelo a entrada da criança e jovem numa instituição era vista como um período temporário, todavia as crianças acabavam por passar a maior parte do tempo na instituição até perfazerem a maioridade. A saída do jovem era vista sem qualquer prejuízo para o mesmo, assumindo que o jovem quando saísse da instituição seria “para viver uma vida autónoma, muitas vezes para casar e constituir família” (Pacheco & Sani, 2013, p.151).

Como já salientado, o acolhimento institucional surgiu com carácter caritativo e religioso no sentido de dar resposta aos problemas sociais decorrentes na altura, como a pobreza, o abandono de crianças pelos pais, famílias com fracos recursos económicos e alguns jovens com comportamento desviantes. Neste contexto, a institucionalização ganhou ênfase tendo “um papel de beneficência e não de trabalho social, sendo esta uma alternativa temporária” (Rodrigues, 2013, p.10).

As instituições de acolhimento caracterizavam-se por albergar centenas de crianças e jovens, sendo fechadas às famílias e à sociedade “tratava-se de um mundo paralelo, onde a gestão era deixada ao critério próprio sem qualquer tipo de supervisão nem orientação” e tinham como objetivo “regular as populações pobres, evitando o desconforto de colocar em evidência pública o manifesto desequilíbrio no acesso e distribuição dos recursos” (Vicente, 2009, p.12-13). O conceito de institucionalização possuía, então, o mesmo sentido ambíguo atual, pois por um lado pretendia ajudar as crianças e protegê-las da pobreza e da miséria, mas por outro lado, estas crianças eram retiradas da vida social tornando vigente as manifestações públicas da desigualdade económico-social e da fragmentação familiar.

No decorrer de acontecimentos políticos, jurídicos e sociais como a Lei de Proteção à Infância, a Lei Tutelar Educativa, o período do Estado Novo, a criação dos tribunais de menores, e a Organização Tutelar Educativa, este modelo sofreu mutações que afetaram o seu paradigma teórico e prático, dando sequência ao modelo designado *Modelo Familiar*.

1.3.2. Pensamentos em torno “Modelo familiar”

Com a reforma do modelo institucional, nos inícios da década de 80, surge o modelo familiar, um modelo que ainda hoje é reconhecido em algumas das instituições de acolhimento. Esta reforma provocou várias transformações nomeadamente, a necessidade de substituir as instituições de grande lotação, através da substituição de orfanatos por residências e instituições com menor lotação, para que estas fossem capazes de proporcionar às crianças e jovens um ambiente mais próximo entre as pessoas e, se possível, um ambiente familiar (Rodrigues, 2013).

A implementação do modelo familiar, tal como o próprio desígnio indica, visa aproximar, o quanto possível, o contexto institucional ao contexto familiar, principalmente na questão emocional e afetiva. Neste sentido, o modelo familiar intensificou-se com a Organização Tutelar de Menores, privilegiando o papel da família no projeto de vida da criança e jovem. Com a adoção do modelo familiar pretendeu-se que as crianças e jovens se tornassem aptas a criar e estabelecer relações afetivas, quer com as outras crianças que estão na instituição, quer com a equipa educativa e equipa técnica.

Ao nível profissional também ocorrem alterações com a contratação de novos técnicos qualificados, de diversas áreas, de modo a desenvolverem uma intervenção mais qualificada e sistémica, criando equipas multidisciplinares. Com base num estudo realizado por Pacheco & Sani (2013) a maioria dos lares, atualmente, estão requalificados com equipas multidisciplinares que pretendem reintegrar a criança e jovem na sociedade, promovendo a sua autonomia.

Ao contrário do modelo institucional, o modelo familiar promove instituições com abertura à família, à comunidade, utilizando espaços e recursos da mesma, sendo estimulada a participação das crianças e jovens na sociedade. Com base nos elementos supracitados, podemos acrescentar que o modelo familiar preocupa-se com a educação integral da criança e jovem, com o seu desenvolvimento biopsicossocial e também com a planificação e concretização dos seus projetos de vida.

1.3.3. Pensamentos em torno “Modelo terapêutico”

O Modelo terapêutico é ainda recente no acolhimento institucional, pois a grande parte das instituições seguem as orientações do modelo familiar ou encontram-se na transição do modelo familiar para um modelo terapêutico. Este promove um acompanhamento personalizado com a criança e jovem, de modo a dar resposta às suas necessidades durante o processo de institucionalização, com vista à preparação para uma vida independente.

O modelo terapêutico comporta uma intervenção especializada, centrada não só na transformação interna da criança e jovem, mas também no respeito pela individualidade e a valorização da diversidade em contexto institucional e social. Este modelo, também reconhecido como modelo socioeducativo de potencialidades e de *empowerment*, tem como propósito a elaboração de um projeto individual que salienta as competências, os interesses e as preferências do jovem, sendo um possível caminho de orientação para comportamentos saudáveis e descurando os comportamentos de risco.

Os jovens em situação de acolhimento, a dada altura, necessitam de ser incentivados a melhorar a sua situação, no entanto precisam de meios, recursos que possam facilitar a integração profissional e social. Estamos a falar de jovens que facilmente “se perdem e desligam” do que é essencial, pois são percursos complexos e trabalhosos. Sem apoio e encaminhamento, dificilmente estas crianças e jovens ingressam na vida ativa, aglomerando-se à camada de indivíduos socialmente excluídos.

Por estas razões, intrínsecas e extrínsecas aos jovens, este modelo pretende munir as crianças e jovens de ferramentas que permitam desenvolver a autonomia de vida, algo fulcral que não pode dissociar-se da intervenção das instituições, visto que segundo as palavras da Procuradora Geral da República “o caminho a trilhar deve assentar na construção participada de projetos individuais” (Henriques, et al., 2014, p.9).

O modelo terapêutico é um foco relevante do novo paradigma de intervenção no acolhimento institucional, já que não se trata de uma alternativa familiar, mas sim uma alternativa a um modelo institucional, que contém estratégias de intervenção terapêuticas que potenciam o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens (que vivem diariamente numa instituição) numa lógica de reconstrução pessoal.

De acordo com a opinião de Gomes (2010, p.93-94), a promoção do acolhimento institucional assenta na individualidade em que “para cada criança há que desenvolver um programa individualizado de intervenção”, bem como “ter um adulto de referência, com quem possa desenvolver relações próximas e continuadas”. O adulto ou a figura de referência surge de uma intervenção personalizada, em que cada profissional e/ou cuidador responsabiliza-se por um número reduzido de crianças e jovens.

O adulto de referência é um profissional qualificado que fica responsável por fazer um acompanhamento individualizado nas várias vertentes, tais como, pessoal (compra de vestuário), escolar (reuniões escolares), saúde (idas ao médico), isto para que a criança e jovem sintam que tem alguém mais próximo com quem possa partilhar os seus sentimentos, angústias, fragilidades, alegrias, tristezas, dando a oportunidade à criança e jovem de reparar sequelas das suas relações disfuncionais, através da promoção de relações seguras e estáveis.

Valle & Bravo (2003 *apud* Vicente, 2009, p.18) salientam que as instituições de acolhimento “devem ser sempre terapêuticas, sendo estas as funções dos Educadores dos lares de acolhimento”, no entanto, considera-se que este modelo ainda é pouco vigente nas instituições, devido à escassez de tempo, de profissionais qualificados, de cuidadores e também devido à estruturação e logística da própria instituição.

É considerável que haja uma reflexão por parte das instituições de acolhimento alusiva aos seus mecanismos de intervenção, as suas dinâmicas institucionais, de modo a adaptarem-se às necessidades das crianças e jovens. Um dos aspetos referenciados por alguns jovens que viveram em instituições de acolhimento foi as relações entre os cuidadores e as crianças e jovens, pois

havia os funcionários que trabalhavam apenas porque era o seu emprego e havia aqueles funcionários que para além de ser o emprego eram um porto para ajudar crianças necessitadas de carinho, amor (...) estes foram os tais que me fizeram crescer e me deram aquela educação, ideias, ajudaram a formar a minha pessoa, a pessoa que sou hoje (Gaspar, 2014, p.57).

A auto-consciencialização das instituições face à sua necessidade de repensar a sua forma de estar e atuar desencadeia uma maior probabilidade de desenvolver uma perspetiva terapêutica, distanciando-se da perspetiva institucional. Este fenómeno promove outras

oportunidades de vida às crianças e jovens acolhidos, pois para além de uma refeição, roupa lavada, estudar e ter uma casa arrumada, estas crianças e jovens necessitam de ser ouvidas, de partilharem os seus sentimentos, o seu dia a dia, precisam de carinho, um abraço, um “estou aqui para te ouvir”, necessitam desta componente terapêutica que faz toda a diferença, quando promovida e concretizada, para o crescimento e desenvolvimento humano, pessoal e social.

As relações de proximidade entre os cuidadores e as crianças e jovens da instituição têm uma positiva influência como um caminho de aprendizagem informal, partindo do pressuposto que os cuidadores são uma fonte rica de conhecimento para as crianças e jovens.

Mais do que um ambiente familiar, o modelo terapêutico visa um ambiente seguro, estável emocionalmente, onde as instituições devem assumir um papel de “moderadores, protegendo e criando uma envolvência segura (...) transformar vivências negativas em representações convenientes (...) destacando os aspetos positivos da vida, ajudando a melhorar o autoconceito e reconstruindo identidades sofridas” (Gaspar, 2014, p.59).

CAPÍTULO 2

Promoção e desenvolvimento da autonomia em contexto institucional

2.1. Conceptualização da autonomia e suas dimensões

Habitualmente, o conceito autonomia é incitado quando falamos da adolescência, uma fase de desenvolvimento físico, psicológico reconhecido pela emancipação e independência pessoal, fazendo-se acompanhar de diversas mudanças. Barbosa & Wagner (2013, p.649) confirmam que “a conquista da autonomia está descrita como uma importante tarefa desenvolvimental da adolescência”, em que todo esta fase é caracterizada por ser complexa e controversa com muitas transformações, quer físicas, psicológicas, sociais e pessoais, que inevitavelmente afetam o jovem.

A autonomia não é um conceito linear e concreto, pois assume uma construção multidimensional, quer ao nível dos seus conteúdos, quer ao ritmo de desenvolvimento de cada uma das suas dimensões. A noção de autonomia está relacionada com inúmeras características “separação-indivuação, maturidade psicossocial, capacidade de autorregulação, autocontrolo, auto-eficácia, autodeterminação, capacidade de decisão e independência” (Velo, 2014, p.16). Todavia, importa não restringir o conceito de autonomia apenas à vertente pessoal e psicológica, mas também, ter em conta a autonomia como a aquisição de conhecimentos e competências funcionais que permitam ao indivíduo uma plena emancipação, tais como autonomia financeira, profissional, aspetos para a construção da vida pessoal e/ou familiar.

A autonomia ocupa um lugar muito importante na emancipação individual do jovem, pois é a partir desta que o jovem integra-se na sociedade e assume-se como parte integrante da mesma. A conquista da liberdade, a ânsia de tornar-se independente, bem como a construção de autonomia são pilares particulares da adolescência, sendo esta uma fase onde ocorrem várias experiências como forma de aprendizagem e construção de identidade. Teoricamente, a definição de autonomia relaciona-se com diversos conceitos como, liberdade, independência e emancipação, embora a sua ligação não seja feita de forma direta, subjetivamente estes conceitos estabelecem uma relação na construção da autonomia.

Na ótica de Gomes (2010, p.196) a noção autonomia “não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias”, relacionando-se com o sentido de responsabilidade que cada indivíduo tem sobre si e a sua vida. Por sua vez, Fleming (1993, p.85) descreve que um jovem é autónomo quando “respeita as necessidades de autonomia nos outros e tem com eles uma relação de interdependência”, demonstrando a capacidade de integrar e conseguir lidar com as suas necessidades e conflitos internos, tornando-se mais tolerante.

Estudos mais antigos referem que o desenvolvimento da autonomia acontece de forma diferente em ambos os géneros, estando também correlacionada com a idade e com o bem-estar psicológico, na medida em que um jovem que atinge a maioridade não está obrigatoriamente apto para viver sozinho, bem como, poderá haver jovens com idades inferiores que apresentam uma maior maturidade. Tal como referido, a autonomia não é linear e depende essencialmente de um processo de preparação e capacitação, de acordo com as necessidades dos jovens e com o seu bem-estar psicológico.

Estudos revelam que há uma relação entre a promoção de autonomia, o grau de autoestima e o bem-estar psicológico, na medida em que, quando proporcionado o desenvolvimento de autonomia, mais elevada é a auto estima e menor são os comportamentos depressivos. Segundo Hauser et al. (1984, *apud* Ribeiro, 2008, p.7) “nas famílias em que é proporcionada autonomia, os jovens apresentam elevada autoestima e baixos níveis de hostilidade e depressão”.

O conceito de autonomia tem sido explorado por vários autores que o definem tendo em conta três dimensões (Ribeiro, 2008; Fernandes, 2010; Barbosa & Wagner, 2013; Gomes, 2010; e Steinberg & Silverberg, 1986). Todavia, não há um consenso global da designação das dimensões, pois cada autor definiu-as com denominações distintas, no entanto com alguns teores semelhantes.

Deste modo, não serão evidenciadas as designações das dimensões, mas sim as perspetivas dos autores em relação às mesmas. Na dimensão, designada por comportamental (Ribeiro, 2008; Barbosa & Wagner, 2013), cognitivo (Fernandes, 2010; Gomes, 2010) ou valores (Steinberg & Silverberg, 1986) os autores relacionam a autonomia a um ato consciente de tomada de decisão. Esta é um processo contínuo que influencia o presente e o futuro, na medida em que as decisões tomadas na adolescência

poderão causar repercussões, positivas e/ou negativas, na vida adulta. Neste sentido, o jovem assume a responsabilidade pelos seus atos e rege o seu comportamento de acordo com os seus objetivos de vida.

Na dimensão designada por emocional (Ribeiro, 2008; Fernandes, 2010; Barbosa & Wagner, 2013; Steinberg & Silverberg, 1986) ou afetiva (Gomes, 2010), os autores expõem a autonomia numa vertente pessoal, onde o jovem revela ter capacidade de definir os seus objetivos de vida, assumir uma posição com base nos seus interesses e desejos e ser capaz de pensar e refletir de forma independente, não sendo influenciado pelos outros. Por outro lado, o jovem deve ter em conta consequências emocionais que os comportamentos autónomos podem suscitar, originando, por vezes, sentimentos ambivalentes. O jovem, quando autónomo, revela conhecer e perceber a si mesmo e aos outros, demonstrando confiança nas suas escolhas pessoais e morais.

A terceira dimensão tem várias designações, tais como, funcional (Gomes, 2010; Fernandes, 2010), comportamental (Steinberg & Silverberg, 1986), cognitiva (Barbosa & Wagner, 2013) e valores (Ribeiro, 2008). Nesta dimensão o conceito de autonomia incide numa cariz prática, onde o jovem demonstra ser capaz de planear, concretizar as suas decisões (Gomes, 2010), os seus objetivos, refletir estratégias necessárias para alcançá-los (Barbosa & Wagner, 2013), manifestando a sua auto-determinação e eficácia na concretização dos mesmos (Fernandes, 2010). Numa vertente de valores (Ribeiro, 2008), o jovem é capaz de realizar uma análise pessoal dos seus valores, comparando-os com os valores dos pais e da sociedade, gerando, por vezes, um conflito interno. Por outro lado, os autores Steinberg & Silverberg (1986) expõem o conceito de autonomia numa perspetiva comportamental, abarcando competências de organização, tarefas domésticas e gestão financeira.

Como se pode observar o conceito de autonomia é multidimensional, abrangendo diversas particularidades do indivíduo, quer características intrínsecas, quer extrínsecas, na medida em que, o desenvolvimento da autonomia depende, não só de características dos indivíduos, mas também do contexto social onde este se insere. Desta forma, as instituições de acolhimento são também responsáveis pela autonomia dos jovens, influenciando diretamente o seu contexto social aquando da desinstitucionalização.

2.2. Abordagens teórico-práticas do desenvolvimento da autonomia

Os LIJ's caracterizam-se por ser um contexto que dificulta o processo de autonomização bem como, o treino de diversas competências, fundamentando que num “contexto controlador a liberdade é condicionada pela vontade dos outros, diminuindo a percepção de auto-determinação do adolescente”. Por outro lado, um contexto facilitador “permite o exercício do pensamento, sentimento e ação correspondentes à vontade individual” (Fernandes, 2010, p.7). Na percepção deste autor, os LIJ's devem promover ambientes facilitadores de integração na vida adulta e na sociedade, onde os jovens são parte integrante do seu projeto de vida, de acordo com os seus gostos, interesses e vontades.

O momento de transição para a vida adulta é caracterizado por ser um acontecimento importante na vida de qualquer jovem, no entanto controverso pelas mudanças que advêm, por vezes sentido com insegurança, receios por parte dos jovens em serem capazes de se tornarem autónomos. É neste sentido que o contexto familiar tem um papel relevante, na medida em que os jovens que vivem num ambiente familiar estável, afetivo, com suporte parental, têm maior segurança, conhecimentos, para fazer uma transição segura e consciente.

A adolescência representa uma fase de mudanças, que pode ser experienciada de forma positiva ou negativa, tendo em conta os diversos contextos em que os adolescentes se inserem, “é considerado um período de crise/mudança, situando-se entre dois polos importantes: dependência (proteção) e independência (autonomia), caracterizando-se por contradições, confusões, ambivalências, conflitos com os pais e com a função parental, e de procura de identidade e autonomia” (Correio & Alves, 1990 cit. in Silva, 2004, p.26).

Aos olhos da realidade dos jovens institucionalizados, as dificuldades na transição para a vida adulta são ainda mais complexas e com ausência de suporte quer familiar, quer social. O acolhimento institucional tem sido associado em vários estudos “a um conjunto de perturbações de desenvolvimento e, igualmente, a maiores dificuldades na adaptação à vida autónoma/ independente” (Calheiros et al., 2013, p.242), ou seja, a escassez de serviços e a falta de suporte durante a transição para a vida adulta são aspetos que têm dificultado o ajustamento psicossocial de jovens em situação de acolhimento institucional, na medida em que, habitualmente, a saída da instituição implica ao jovem o retorno à família de origem,

sendo que esta não foi alvo de intervenção, nem sofreu alterações, ou seja, inevitavelmente o jovem pode vir a ser uma réplica dos seus progenitores.

Segundo Barbosa & Wagner (2013, p.650) o desenvolvimento da autonomia sucede-se a partir de duas visões distintas, uma defende que a “estruturação da autonomia se dá num processo de gradual afastamento ou separação emocional das figuras de referência”, onde a autonomia é vista como a capacidade de independência emocional em relação aos progenitores. Contrariamente, a outra visão teórica defende que a autonomia pode desenvolver-se a partir de uma relação de proximidade e afeto com as figuras de referência, onde o “suporte parental tem sido apontado como positivo para o desenvolvimento da autonomia e satisfação da vida” (Ferguson et al., 2010 *apud* Barbosa & Wagner, 2013, p.654). De acordo com esta visão, o foco da autonomia não é a independência em si, mas sim a ausência de autonomia, ou seja, a submissão do indivíduo à vontade dos outros, a negligência das suas vontades e interesses.

Por sua vez, Gomes (2010) também possui uma abordagem teórica sobre o desenvolvimento da autonomia, tendo por base dois níveis de intervenção, a socioafetiva e a comportamental, que se relacionam entre si. A intervenção socioafetiva integra particularidades da dimensão cognitiva e da dimensão emocional/afetiva, que como já referido anteriormente, incide na reflexão e definição dos objetivos pessoais, na capacidade de exprimir os sentimentos, no planeamento da vida futura com um olhar otimista, positivo, combatendo as inseguranças e as frustrações da vida passada. Por outro lado, a intervenção a nível comportamental contempla características da dimensão funcional, desenvolvendo competências para autonomia de vida, como: arrumar a casa, cozinhar, executar tarefas domésticas, tomar as suas próprias decisões, tendo conhecimento das possíveis consequências, entre outras.

Em suma, o desenvolvimento da autonomia na adolescência pressupõe um percurso de crescimento pessoal e social, sendo este essencial para uma integração na vida adulta efetivada e com sucesso. Todavia, o processo de autonomização não deve iniciar apenas na adolescência, mas sim desde criança ou, no caso do acolhimento institucional, desde a entrada da criança e jovem.

Neste sentido, é de todo importante que o “treino de autonomia seja iniciado o mais precocemente possível, assumindo uma importância vital (...) permitindo ao jovem que ao

longo do seu período de acolhimento vá adquirindo novas competências potenciadoras de uma autonomia plena” (Gomes, 2010, p. 282). Porém, nem sempre há a possibilidade de promover e desenvolver a autonomia precocemente, e nesses casos, é na adolescência que a autonomia torna-se efetivamente pertinente, tanto através de uma intervenção socioafectiva como por uma intervenção comportamental, com base na experimentação e na demonstração.

O treino de competências nos jovens não é uma tarefa fácil, muito menos quando os jovens estão integrados em contextos pouco facilitadores, como é o caso do acolhimento institucional. Ensinar e treinar competências neste contexto, não pode ficar apenas pela componente teórica, deve ter por base as vivências da instituição de acolhimento, as suas rotinas, o trabalho desenvolvido diariamente pelas equipas técnicas e educativas, mas também dar a conhecer aos jovens um pouco da realidade que os espera quando saírem da instituição.

O procedimento de aquisição de competências orienta-nos para dois campos de trabalho: competências ao nível da autonomia pessoal/relacional e competências ao nível da autonomia funcional. A primeira reporta para competências intrínsecas à criança e jovem e também de carácter relacional. Neste nível de autonomia, o jovem adquire competências relativas ao seu autoconceito, a autoconfiança, autoestima, a gestão de emoções, a capacidade de resolução dos seus problemas, conflitos, bem como desenvolve competências de assertividade, de responsabilidade pelas suas ações e decisões. Na vertente da autonomia funcional enquadra-se a aprendizagem de competências necessárias para uma vida independente, tais como, gestão de dinheiro, gestão doméstica, cozinhar, organizar espaços, saber procurar informação e recursos e utilizar os vários serviços da comunidade (centro de saúde, finanças, segurança social).

A aquisição de competências é um processo de aprendizagem que beneficia a futura autonomização dos jovens permitindo que adotem uma “vida adulta com capacidade para tomarem decisões e assumirem total responsabilidade pelas mesmas, com sentimento de autoconfiança nos objetivos pessoais, bem como nos seus padrões de comportamento” (Gomes, 2010, p.209).

Embora em Portugal já existam intenções de promover a autonomia, verifica-se uma “ausência de programas nos LIJ e nos CAT que criem condições para os acolhidos mais

velhos irem no dia a dia lidando com situações do cotidiano” (Gaspar, 2014, p.22). Aparentando serem aspetos simples e normais do dia a dia, estes são indispensáveis para uma vida autónoma, que facilmente podem ser adquiridos através de uma aprendizagem informal e um processo contínuo.

Em forma de conclusão, importa gerar oportunidades de aprendizagem e conhecimento das competências para uma vida autónoma, através do acesso à informação, dando espaço para que os jovens tirem as suas dúvidas, um espaço de partilha e ainda, se possível, fazendo com que os jovens tenham experiências práticas de acontecimentos que serão certos na vida deles, tais como: viver num apartamento de autonomização, assumir responsabilidades de gestão doméstica (cozinhar, pagar as contas, ir as compras), bem como procurar trabalho, entre outros.

2.3. A intervenção na transição para a vida adulta nas instituições de acolhimento

A preparação para a autonomia é um princípio fundamental de intervenção no acolhimento institucional, fazendo parte das suas responsabilidades “potenciar e otimizar todo o processo de crescimento e individuação/ autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como a resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010, p.105). No entanto, a prática de promover e desenvolver a autonomia nos jovens institucionalizados é ainda insuficiente nas instituições de acolhimento, havendo “necessidade de implementar programas vocacionados para a autonomia de vida, que permitam o treino e o estímulo de competências, de forma a potenciar o sucesso futuro” (Fernandes, 2010, p.3).

O estudo de Pacheco & Sani (2013, p.151) mostra-nos que num total de 41 LIJ’s que participaram na investigação, apenas 15 beneficiavam de espaços de autonomização, “esta é uma estratégia de integração social recente (...) devendo-se à existência de muitos jovens que viveram quase toda a sua vida em lar e, que ao saírem não tinham adquirido competências de vida autónoma”. Os espaços de autonomização foram criados para os jovens terem a possibilidade de aprenderem e treinar competências de vida, todavia é uma resposta social escassa, dado ao número de jovens institucionalizados.

A preparação para a autonomia e a transição para a vida adulta são constantes desafios do acolhimento institucional, sendo conveniente repensar o modelo de intervenção, sendo que este deveria investir em respostas mais eficazes, devido às especificidades da população atual e das necessidades das crianças e jovens em acolhimento (Gomes, 2010).

A transição da adolescência para a vida adulta é um processo complexo e delicado, que padece de diversas transformações, que podem afetar o jovem quando é inexistente a sua preparação. Este processo de transição é agravado quando o jovem vivencia situações conturbadoras, instáveis durante a sua adolescência, carecendo de competências que, de alguma forma, facilitarão a sua transição para a vida adulta.

Os jovens, que crescem e vivem a sua adolescência numa instituição de acolhimento, têm maior probabilidade de sentirem dificuldades na transição para a vida adulta. “Muitos são os jovens que saem de um acolhimento residencial prolongado para uma vida adulta para a qual diversas vezes não estão preparados” (Martins, 2004 *apud* Fernandes, 2010, p.1). Neste sentido, a preparação e capacitação para a autonomia, bem como o desenvolvimento de competências para uma vida independente são metas difíceis de alcançar nas instituições de acolhimento.

O acolhimento institucional quando muito prolongado “cria um quadro de referências que intervém na vida da criança e jovem em várias dimensões: cognitiva, afetiva e emocional, que orienta as suas relações e que dita as suas respostas comportamentais” (Gomes, 2010, p.173). Assim, a instituição de acolhimento passa a ser o contexto familiar e social da criança e jovem, pelo qual esta rege os seus comportamentos, as suas relações, sendo importante intervir aquando da sua entrada na instituição, para que, o quadro de referências não se torne desfavorável ao seu desenvolvimento pessoal e social.

A intervenção social no âmbito da autonomia padece de obstáculos que dificultam e/ou, por vezes, impossibilitam a sua promoção e/ou desenvolvimento, devido a diversas especificidades, quer da população-alvo, quer da própria instituição. Designam-se como obstáculos as experiências negativas de perda e/ou separação que as crianças e jovens sofreram (tornando-as distantes e receosas de estabelecer laços afetivos), a vivência de maus-tratos, a baixa autoestima, e o défice de competências sociais e de relacionamento.

No que respeita aos constrangimentos institucionais, salienta-se o modo como as instituições de acolhimento intervêm ao nível da promoção de autonomia, na medida em

que não é estimulado o desenvolvimento de competências, tal como exemplo, “é muitas vezes mais fácil vestir uma criança de quatro anos do que ensiná-la a vestir, pois para o adulto que tem um grupo pelo qual é responsável, é mais fácil concretizar a tarefa do que ensinar a criança a conseguir realizá-la” (Gomes, 2010, p.204).

Tendo por base a investigação de Gaspar (2014, p.6) umas das conclusões obtidas foi a “urgência em implementar programas de formação aos cuidadores (funcionários, técnicos e diretores), que visem assegurar uma promoção da qualidade do acolhimento e do desenvolvimento de competências nos menores, essenciais para uma autonomização que se traduza numa transição favorável”, pois a ausência de preparação dos cuidadores que lidam com os jovens diariamente são fundamentos que levam a um maior défice ao nível das competências de vida autónoma (Iglehart, 1995 *apud* Calheiros et al., 2013).

A saída do lar é uma das constantes preocupações das instituições de acolhimento, mais ainda, quando são lares onde o jovem atinge a maior idade. Como são preparados os jovens acolhidos para este momento? Segundo CNPCJR “em 90% dos lares de crianças e jovens é efetuada preparação prévia à saída destas instituições dos jovens acolhidos” (2000, p.92), contudo trata-se de uma preparação que fica aquém das necessidades dos jovens aquando da sua saída para a vida independente.

Com base na informação supracitada, a forma de apoio mais utilizada com 30% de recorrência é o acompanhamento técnico, de orientação, aconselhamento e avaliação psicológica; e a menos utilizada apenas com 3% é a transição para um lar de autonomização.

Em vários estudos e investigações já realizados, verifica-se uma relação do acolhimento institucional prolongado com o desenvolvimento negativo de jovens, a nível de integração social, profissional, experiência como sem-abrigo, delinquência juvenil, consumo de drogas, dificuldades económicas, entre outros fatores que estão subjacentes a institucionalização (Fernandes, 2010). Posto isto, há de facto uma enorme necessidade de munir os jovens com competências pessoais, sociais e para uma vida independente, ao longo da sua institucionalização, garantido um apoio ao nível da estruturação pessoal e ao nível de competências de autogestão social e financeira.

O desenvolvimento de competências e o processo de autonomização são dois focos de intervenção relevantes no acolhimento institucional, no entanto nem sempre as

instituições encontram-se providas de recursos e ferramentas que possibilitem essas intervenções. Importa, então, analisar a instituição e verificar se há a necessidade de intervenção prévia ao nível das instituições e formação dos técnicos, a fim de se tornar um processo de construção mais consistente e facilitador na intervenção com crianças e jovens. (Ferra, 1992 *apud* Ribeiro, 2008).

A transição para a vida adulta é uma etapa esperada por muitos jovens, principalmente para aqueles que viveram grande parte da infância e juventude em instituições de acolhimento, no entanto a saída da instituição pode ser percebidas com sentido ambíguo, por um lado a sensação de liberdade, mas por outro lado o medo, a insegurança dessa liberdade.

Observando toda a conjuntura da atual sociedade, verifica-se que poucos são os jovens, mesmo vivendo em contextos dito “normais”, equilibrados e estruturantes, que se autonomizam-se aos 18 ou 21 anos, logo é obvio que jovens que viveram e vivem em ambientes desestruturantes, “enfrentem maiores desafios durante este processo de transição, podendo o seu insucesso traduzir-se em maus resultados escolares, dificuldades de alojamento, dificuldades financeiras e na procura de emprego” (Barth, 1990 cit. in Calheiros, et al., 2013, p.252).

O programa ou resposta mais utilizado no apoio à transição, mas ainda assim escasso dado ao elevado número de jovens adolescentes, são os apartamentos de autonomização. Segundo CASA 2014, apenas 46 jovens estavam institucionalizados em apartamentos de autonomização, ou seja uma resposta dirigida a apenas 5% da população acolhida. Esta resposta visa dar oportunidade aos jovens de constituírem um ambiente familiar com 4/5 jovens (de acordo com a lotação do apartamento), desenvolvendo diversas competências de autonomia de vida e tendo a oportunidade de fazer coisas que na instituição de acolhimento era feitas pelos cuidadores.

Os apartamentos de autonomização existentes, bem como os programas de autonomia de vida em vigor em alguns LIJ's, “pretendem providenciar a aquisição de competências, designadamente, a organização do espaço físico de uma casa, nutrição e gestão monetária; apoiam e estimulam a conclusão do ensino superior; preparam para a inserção no mercado de trabalho; desenvolvem competências pessoais e sociais” (Mech, 1988; Montgomery, et al., 2006 *apud* Fernandes, 2010, p.11), tarefas como cozinhar, ir as

compras, limpeza do apartamento, gestão financeira são realizadas pelos jovens que vivem no apartamento, entre outras.

Os apartamentos de autonomização, sendo uma valência dos LIJ's, são alvo de uma supervisão por técnicos que trabalham na instituição, “a supervisão pode ser feita a vários níveis: um técnico que vive nos apartamentos; visitas diárias ou semanais não anunciadas; contacto telefónico regular; deslocação dos adolescentes ao gabinete dos técnicos” (Calheiros, et al., 2013, p.253).

A oportunidade dos jovens poderem frequentar um programa de vida autónoma é muito importante para o pós-institucionalização, já que a vivência destes jovens num espaço mais pequeno, com menos pessoas e com responsabilidades domésticas, auxilia na adaptação da vida independente e na integração social. Assim, Georgiades (2005), com base numa investigação, verificou que “93% dos jovens institucionalizados que não participou num programa de autonomia de vida dependem de algum tipo de ajuda pública, a nível monetário, enquanto apenas 22% dos jovens que participaram num programa de autonomia de vida é que dependem financeiramente de entidades públicas” (Georgiades, 2005 *apud* Fernandes, 2010, p.12).

2.4. Desenvolvimento de competências para a vida adulta

Um estudo realizado por Barth (1990) com jovens ex-institucionalizados referiram que o período pós-institucionalização foi alvo de “graves carências económicas, como não terem dinheiro para comprar comida e pagar contas (...) 33% dos participantes admitiu ter feito algo ilegal para conseguir dinheiro, designadamente viver num carro, roubar comida, prostituir-se e vender drogas e cerca de um quarto dos entrevistados referiram ter dificuldades em compreender o descritivo das contas que têm para pagar” (Barth, 1990 *apud* Fernandes, 2010, p.12).

É preocupante as consequências da ausência de suporte durante a transição para a vida adulta, bem como “as consequências do défice no desenvolvimento de aptidões sociais em fases da vida das pessoas, reconhecendo que podem comprometer fases posteriores do ciclo vital” (Silva, 2004, p.61), como se verificou no estudo supracitado, os jovens saíram

da instituição sem uma preparação prévia, carência de conhecimentos gerais que levaram ao início da precaridade.

A saída da instituição sem uma preparação prévia poderá comprometer de forma negativa o futuro dos jovens, pois muitos são os riscos e os perigos que poderão surgir aos jovens quando “confrontados com o mundo, munidos dos seus recursos pessoais e sociais, muitos dos jovens acabam por engrossar a população socialmente excluída, muitas vezes com problemas de falta de habitação, de toxicodependência ou de delinquência” (Gomes, 2010, p.23).

Na ótica dos autores Dias, Cruz, & Danish (2001, p.159) o futuro é uma fase da vida muito importante para os jovens, contudo a forma como se vive o futuro é fundamental para o bem-estar pessoal, social dos jovens, salientado que aqueles “que não tiverem expectativas futuras positivas têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco”. Por outras palavras, os jovens que têm expectativas negativas em relação ao seu futuro estão mais propícios a desenvolver comportamentos desviantes, contrariamente, os jovens com expectativas futuras positivas apresentam uma visão mais segura e confiante, quer a nível de valorização pessoal, quer ao nível de integração na sociedade.

Da mesma forma, a população que cresce em contexto institucional e posteriormente é forçada a sair, devido à maioridade, são jovens que frequentemente temem o seu futuro e a transição para a vida adulta. Por vezes, a saída da instituição e a transição para a vida independente é vivida com representações negativas e com sentimentos de insegurança, abandono por parte do jovem, pois trata-se da casa que o acolheu durante anos, foi a sua família, o seu porto de abrigo.

Na tentativa de colmatar e prevenir estes sintomas, torna-se pertinente investir na promoção e no desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens, potenciando simultaneamente a sua componente relacional/afetiva. Segundo Mcfall (1976, p.234 cit. in Silva, 2004, p.63) a competência é “a capacidade aprendida, adquirida através de treinamento ou experiência, que produz um efeito que preenche as necessidades de uma situação de vida”.

De acordo com um estudo de Sloutsky (1997, cit. in Ribeiro, 2008, p.9) o desenvolvimento de competências pessoais e sociais apresenta-se como limitado e reduzido

no âmbito do acolhimento institucional, constituindo-se como “um impacto nefasto no desenvolvimento cognitivo das crianças, afetando de forma negativa as suas aquisições cognitivas e o seu processo de desenvolvimento”. O desenvolvimento de competências pessoais e sociais encontra-se em vários estudos, associado ao risco de desajustamento do adolescente, na medida em que quanto maior for o desenvolvimento de competências menor será o risco de desenvolver comportamentos desajustados.

Segundo Lemos & Menezes (2002) “as competências sociais referem-se a um constructo multidimensional que inclui fatores sociais/interpessoais, cognitivos e emocionais, designadamente as competências internas que intervêm na interação com outras pessoas” (*apud* Manual de Processos-chave do LIJ, 2007, p.59/60). Ou seja, as competências sociais traduzem-se a partir de comportamentos e atitudes (adequados ou inadequados) quer na relação com o outro, quer na forma como a criança e jovem manifesta-se nos diferentes contextos da sua vida.

Segundo o Manual de Processos-chave do LIJ (2007), as competências pessoais são “características pessoais que influenciam a relação que a criança e jovem tem consigo mesma”, isto é, o conhecimento que a criança e jovem tem de si próprio, a sua capacidade de transmitir e reconhecer os seus sentimentos, a sua autoestima, a forma como a criança e jovem se percebe e a sua autonomia pessoal.

Importa salientar que as competências pessoais, sociais adquiridas variam de pessoa para pessoa tendo por base vários fatores: contexto social, económico, cultural e/ou familiar. No caso de crianças e jovens em risco, para além de viverem, por vezes, um longo período de tempo na instituição de acolhimento, onde involuntariamente ficam limitados no desenvolvimento de competências, são crianças e jovens que suportam percursos de vida desestruturados, com representações familiares negligentes e ausentes de competências.

É certo que estas crianças e jovens carecem de uma intervenção eficaz e reparadora, existindo fatores na instituição de acolhimento que fomentam essa intervenção, tais como, um ambiente estável e familiar, a criação de rotinas e rituais na instituição, a promoção de um ambiente educacional com a transmissão de valores e atitudes por parte dos técnicos e os cuidados diários com as crianças e jovens. É no decorrer do quotidiano institucional que vão surgindo tarefas de rotina que “são uma excelente oportunidade para que os técnicos

promovam a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais na criança e jovem” (Manual de processos-chave do LIJ, 2007, p. 220).

Uma eficaz promoção de competências pessoais e sociais é possível através do desenvolvimento de aspetos como o sentimento de pertença a um grupo, a existência de uma figura de referência, a construção de uma identidade própria, com a partilha de experiências, que leva a que o adolescente demonstra maior capacidade pessoal “permitindo identificar situações e problemas, encontrar e implementar soluções, avaliar resultados e manter ou alterar estratégias” (Ribeiro, 2008, p.9).

O treino de competências de vida procura ser um apoio para sucesso pessoal, social e profissional, bem como para a resolução de diversos problemas. As competências de vida são “competências facilmente ensinadas e aprendidas e, quando dirigidas para a vida quotidiana, são enriquecedoras.” (Dias, Cruz, & Danish, 2001, p.159), ou seja, sempre que possível, devem ser trabalhadas e exploradas áreas importantes para o jovem, tais como, a procura de emprego, estratégias para a gestão económica, realizar poupança, aquisição de vestuário, responsabilidade pela resolução de assuntos pessoais, realização de tarefas domésticas, sendo estas competências mais funcionais, no entanto devem ser simultaneamente trabalhadas competências de foro pessoal e relacional.

Segundo Danish & Hale (1981 *apud* Gomes & Marques, 2013, p.5) as competências de vida não surgem apenas do contacto com diferentes situações e desafios, mas sim “através de demonstração, modelagem e prática” apurando que ao serem treinadas e desenvolvidas essas competências estão a promover a autonomia dos jovens nos processos de tomada de decisão e na confiança para enfrentar novos desafios.

O conceito de competências de vida surgiu a partir de um conceito geral de competência definido por Le Boterf (2003 *apud* Dias et al., 2012, p.35) relacionado com os “conhecimentos ou saberes vivenciados pelo sujeito aprendente, que se manifestam na ação ajustada perante situações complexas, imprevisíveis, instáveis”. Com base em fundamentos teóricos, as competências de vida só fazem sentido quando aplicadas nos diferentes contextos de vida do indivíduo, pois o “treino de competências de vida só estará efetivamente concretizado quando a pessoa for capaz de transferir a competência aprendida num dado contexto” (Dias, et al., 2012, p.36), ou seja, não importa apenas ter o

conhecimento das competências, mas sim ter a capacidade de aplicá-las nas diversas situações do cotidiano.

De acordo com um estudo realizado por Gomes & Marques (2013 *apud* Dias, et. al., 2012, p.37) os jovens que integraram um programa de treino de competências têm maior tendência para desenvolver comportamentos positivos e saudáveis, bem como têm um “maior domínio das diferentes competências de vida, demonstrando uma maior satisfação com a vida e uma maior tendência para o otimismo”.

Segundo Matos (2005 *apud* Ribeiro, 2008) as competências pessoais e sociais deverão apelar ao ensinamento de várias artes de conhecimento, como a observação, compreensão do meio, previsão e antecipação de acontecimentos e a capacidade de resolução de problemas, testando qual a forma de agir em determinada situação.

Especificamente, a competência pessoal é uma competência intrínseca ao indivíduo e está relacionada com um conjunto de saberes, potencialidades e recursos que o indivíduo utiliza no seu quotidiano para a resolução de tarefas com as quais é confrontado. Já a competência social acontece num espaço de relação com os outros, estando associada a um conjunto de comportamentos do indivíduo onde há a transmissão de sentimentos, opiniões, vontades, “demonstrando a capacidade de resolução de problemas imediatos, de forma a minimizar a ocorrência de problemas futuros” (Caballo, 1987 *apud* Ribeiro, 2008, p.8).

Um indivíduo com fracas competências sociais ou até mesmo ausência delas, pode demonstrar dificuldades na criação de laços, amizades, em aceitar críticas, pedir ajuda, saber lidar com situações de pressão e *stress*, colocando em causa o relacionamento interpessoal.

O termo competência social é utilizado por vários autores como “uma variável para avaliar níveis de ajustamento e adaptação (...) como a habilidade da pessoa para perceber as demandas do ambiente e o esforço com o objetivo de adequar seu próprio comportamento à situação” (Cecconello & Koller, 2003, p.2). Um indivíduo com competências sociais revela ser otimista, ter confiança em si próprio, estabelece objetivos que pretende alcançar, e acima de tudo aprende e constrói através dos seus fracassos, é um indivíduo que contem estratégias para resolução de problemas.

Segundo Tyler (1984 *apud* Cecconello & Koller, 2003, p.2) uma pessoa com competências sociais “é capaz de acreditar nas suas potencialidades e demonstrar

sentimentos positivos com relação a si mesmo (...), é capaz de estabelecer metas e traçar estratégias para conseguir bons resultados”.

Neste sentido, a intervenção das instituições de acolhimento, segundo o Manual de Processos-chave do LIJ (2007), deve incidir no desenvolvimento de capacidades e competências das crianças e jovens, identificando as principais necessidades destes. O apoio dos elementos da equipa técnica e educativa é imprescindível, pois irá ajudar a criança e jovem a perspetivar o seu futuro, bem como assumir responsabilidades (de acordo com a sua idade) nas diferentes áreas da sua vida. As competências que os jovens conseguirem adquirir durante o período de tempo da institucionalização são importantes para inculcar segurança pessoal e desenvolver uma autonomização com sucesso.

De acordo com o Manual de Processos-chave do LIJ (2007) são seis as capacidades e competências a desenvolver nas atividades para as crianças e jovens em risco, sendo elas, 1) comunicação verbal e não-verbal, 2) habilidades pessoais, sociais e a aquisição de valores, 3) autoestima, 4) resiliência, 5) capacidade para participar e 6) cooperação. Estas competências podem facilmente ser potenciadas no dia a dia da instituição, tendo um papel importante aquando da saída do jovem para a vida independente.

Nestas competências ressalta-se a resiliência, não menosprezando as outras, mas “na educação de crianças e jovens em risco, desenvolver a resiliência é tarefa prioritária” (Manual de Processos-chave do LIJ, 2007, p. 238), pois é necessário munir as crianças e jovens de mecanismos que lhes ajudem a resistir às dificuldades e adversidades da vida. Tornar uma criança e jovem resiliente é fazer com que este(a) seja capaz de lidar com os problemas/situações a que esteve exposto(a), ajudando a superar os obstáculos e as adversidades da vida, tornar-se uma pessoa mais forte e capaz de assumir novas atividades.

A resiliência é uma competência pessoal que se pode fortalecer nas crianças e jovens através de ações, tais como, promover a autoestima, reconhecer os pontos fortes, assumir que os erros não são insucessos, mas sim caminhos de aprendizagem, estimular relações de afetos, mostrar-se disponível para a criança e jovem e a vivência de sentimentos positivos, otimistas que lhes transmita segurança face ao seu futuro. Todos estes aspetos elencados são designados como fatores de proteção definidos como “as influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a alguma perigo que predispõe a um comportamento não adaptativo” (Manual de Processos-chave do LIJ, 2007, p. 238).

Todavia, o desenvolvimento de competências em contexto de acolhimento institucional é considerado um desafio por parte dos técnicos, pois a escassa intervenção com base num modelo educativo/terapêutico coloca em causa o treino e a capacitação de competências, ficando aquém das necessidades dos jovens. Gomes (2010, p.197) reforça que “sem a existência de normas e limites bem definidos, os jovens não podem construir o seu processo de autonomia de forma estruturada e segura”.

A preparação futura dos jovens para a autonomia é algo essencial para um processo de autonomização sustentado, “proporcionando aos jovens experiências e instrumentos que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para a inserção na vida ativa, combatendo o risco de exclusão social futura” (Gomes, 2010, p.285).

De acordo com os fundamentos teóricos de Smith (1999 cit. in Calheiros, et al., 2013, p.254) a preparação para uma vida eficaz tem em conta quatro áreas que devem ser alvo de gestão: recursos, tempo, pessoal e interpessoal. Ao falar de gestão de recursos o autor engloba “recursos financeiros, competências e conhecimentos”, trata-se de uma gestão ao nível dos recursos financeiros (gestão/uso do dinheiro, estratégias de poupança, conhecimentos para abertura de conta no banco), mas também recursos locais e da comunidade (utilização dos serviços da comunidade, realização de inscrição no centro de emprego, no centro de saúde, pagamento de contas), a fim possibilitar uma vida eficaz.

A gestão de tempo é uma área também importante, que envolve o desenvolvimento de competências de planeamento do quotidiano, organização de tarefas, responsabilidade pelo cumprimento de horários, compromissos e para tal, deve ser estimulada e valorizada aos jovens.

A gestão pessoal é a área que se manifesta em todas as vertentes da vida do jovem, já que abrange as suas competências pessoais incluindo “estratégias de autorregulação e monitorização, motivação para a mudança, definição de objetivos, proteção e apresentação pessoal” (Smith, 1999 cit. in Calheiros, et al., 2013, p.255), quer isto dizer que, uma boa gestão pessoal pode traduzir-se em resultados positivos nas outras vertentes como as competências de comunicação e relações de afeto.

Por último, a gestão interpessoal, que muito associada à gestão pessoal, refere-se ao desenvolvimento de competências interpessoais e sociais em que o jovem integra-se na

sociedade através de grupos/associações, do desporto, com intuito de criar relações de proximidade que facilitam a sua integração social.

Alguns estudos evidenciam a aquisição de competências pessoais e sociais como um aspeto importante no desenvolvimento da maturidade e no ajustamento social, tal como o défice nas competências pessoais e sociais está associado ao comportamento antissocial e ao isolamento social (Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000). Contudo, não podemos deixar de conhecer toda a história pessoal do jovem, pois esta foi para ele a sua aprendizagem social, agindo em consonância com os valores transmitidos pelos pais/educadores, que muitas das vezes assumem uma postura ausente na supervisão parental, dando origem a comportamentos delinquentes por parte dos progenitores.

Deste modo, “as crianças observam os pais interagindo entre eles e com as outras pessoas e aprendem o seu estilo relacional” (Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000, p.167), embora o jovem possua fatores intrínsecos que são perceptíveis a partir da sua personalidade e do seu funcionamento intelectual, incluindo perturbações no comportamento, baixa autoestima, défice de atenção, impulsividade, temperamentos agressivos, entre outros, que poderão estar associados ao défice de competências.

A autonomização é já o final de todo um processo de desenvolvimento de autonomia, processo este que depende das características de cada jovem e da sua atual situação, em aspetos como as competências adquiridas, se já está inserido no mercado trabalho, quais os recursos que disponibiliza (habitação, recursos económicos, familiares), entre outros. Neste sentido, cada jovem tem um processo de autonomização diferente, sem esquecer que este deve ser definido em conjunto com o jovem, analisar as condições que são fundamentais para concretizar a sua saída, bem como definir estratégias para assumir uma vida autónoma e ir alcançando os seus objetivos pessoais, dando relevo à rede social do jovem e aos recursos que este tem acesso, de forma a garantir a sua segurança após a saída da instituição.

Em suma, será importante dar oportunidade ao jovem de exprimir a sua vontade nas tomadas de decisão no que respeita ao seu projeto de vida, pois para os jovens ouvirem e aceitarem as opiniões e decisões dos técnicos é simultaneamente fulcral ouvir e respeitar os argumentos e expectativas do jovem (Calheiros, et al., 2013).

PARTE II - ENQUADRAMENTO EMPÍRICO E METODOLÓGICO

CAPÍTULO 3

Apresentação do tema e do objeto de estudo

Este capítulo tem como finalidade a apresentação detalhada do objeto de investigação. É um capítulo de questionamento e de aliança entre as diferentes visões do problema em estudo e a sua contextualização no campo de investigação escolhido.

3.1. Objeto de estudo e questões da investigação

Decorrente da revisão da literatura efetuada no enquadramento teórico, e no sentido de descrever resumidamente o problema de investigação e o objeto de estudo, questionamo-nos: “Que competências de vida relacionadas com o processo de autonomização se encontram consolidadas nos jovens, com idade igual ou superior 15 anos, que vivem em Lares de Infância e Juventude?”.

Este foi fio condutor da análise crítica sobre o tema baseou-se, inicialmente, nas constatações teóricas que indicam que quando as crianças e os jovens permanecem nas instituições de acolhimento durante um prazo alargado de vida, tendem a revelar fracas competências pessoais e sociais facilitadoras do processo de autonomização, de inserção socioprofissional, podendo vir a desenvolver problemas comportamentais ou ainda dificuldades no seu funcionamento socioemocional (Ribeiro,2008).

Os conceitos de autonomização e competências de vida foram os eixos analíticos deste trabalho. As competências de vida relacionadas com o processo de autonomização visam apoiar e garantir uma segurança aquando da saída institucional, sendo um momento caracterizado por sentimentos de ansiedade, receio, insegurança por “abandonar” a casa onde o jovem foi acolhido durante um longo período de tempo. Apesar do discurso teórico apontar, atualmente, para o reforço das competências nos jovens institucionalizados, verifica-se um défice do investimento no trabalho sistematizado nesta área na grande parte dos Lares de Infância e Juventude.

Grande parte dos estudos disponíveis nesta área centram-se especialmente na componente psicológica e cognitiva das crianças, adolescentes e jovens, que, apesar de fundamentais, nos parecem insuficientes a uma transição de sucesso entre a instituição e o enfrentamento da vida social.

O programa *Umbrella*¹, que serviu de fundamento, ao nível da aplicação de um dos instrumentos de recolha de dados (questionário), foi, simultaneamente, uma ferramenta de apoio teórico para a elaboração das dimensões e dos indicadores de análise.

A finalidade deste trabalho foi a de analisar as competências de vida que os jovens em situação de acolhimento institucional apresentavam até momento como consolidadas, relembrando que, por competências de vida entendem-se as competências “necessárias para lidar com os desafios da vida diária” que estimulam “a perceção de controlo e confiança pessoal nos jovens, diminuindo assim a probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco” (Danish, 1997 *apud* Gomes, Ramalho, & Dias, 2010, p.1978).

O objeto de investigação ao propor a averiguação das competências de vida que os jovens, com idade igual ou superior a 15 anos, residentes em Lares de Infância e Juventude, possuem como consolidadas, colocou as seguintes questões de investigação:

1. Que tipo de atividades desenvolvem os LIJ's para promoção da autonomia dos jovens institucionalizados com idades superior a 15 anos? (questão centrada na instituição).
2. Que competências de vida possuem os jovens institucionalizados a partir dos 15 anos? (questão centrada no jovem)
3. Quais as principais limitações/obstáculos sentidos pelos LIJ's na promoção da autonomia e desenvolvimento de competências? (questão centrada na instituição e no jovem).

Numa lógica de passagem do geral para o específico, a operacionalização das questões secundárias permitiu garantir a coerência interna da investigação, na medida em que a finalidade e os objetivos de pesquisa foram definidos em conformidade com o problema e as questões de investigação. Assim, a finalidade da investigação é uma

¹ Este programa surgiu entre 1997-2000 a partir do Projeto Leonardo da Vinci da União Europeia, elaborado por profissionais ligados à proteção de infância e juventude de vários países, com objetivo de trabalhar as competências sociais dos jovens em acolhimento residencial, na sua transição para a idade adulta.

finalidade aplicada, pretendendo não só contribuir para o conhecimento científico, mas também, e sobretudo delimitar formas e modelos de resolução dos problemas sociais em estudo “sem preocupações por generalizar resultados e encorpar teorias” (Coutinho, 2013, p.41).

3.2. Objetivos da investigação e modelo de análise

A presente investigação possui um carácter de diagnóstico sobre o atual balanço de competências que os jovens, em diferentes instituições, podem ou não possuir relativamente a uma adequada integração social, permitindo erradicar ou comprovar a existência de uma correlação positiva entre as instituições que trabalham previamente estas questões e as restantes.

O objetivo geral da investigação pretende *identificar e analisar as competências de vida consolidadas nos jovens institucionalizados, com idade igual ou superior a 15 anos, que vivem em LIJ's*, com os seguintes objetivos específicos:

- Identificar de que forma os LIJ's desenvolvem atividades de autonomização dirigidas aos jovens;
- Averiguar quais as competências de vida consolidadas nos jovens institucionalizados a partir dos 15 anos;
- Analisar as competências de vida que o jovem possui à saída da instituição;
- Identificar os principais obstáculos e limitações, por parte dos LIJ's, na promoção da autonomia e no desenvolvimento de competências nos jovens institucionalizados;
- Sistematizar as atividades realizadas nos LIJ's com vista a aquisição de competências nos jovens institucionalizados;
- Analisar o processo de transição para a autonomia e/ou para a vida adulta.

A construção do modelo de análise passou pela operacionalização da problemática ao nível dos seus conceitos, dimensões e indicadores, de forma a constituir um quadro analítico coerente (Sousa & Baptista, 2011). Pretendeu-se definir os eixos centrais do objeto de investigação, criando uma relação de causalidade entre os mesmos, na elaboração dos instrumentos de recolha de dados. Os instrumentos de recolha de dados referem-se respetivamente ao “Questionário de Competências de Vida” do Programa *Umbrella* (ver

anexo I) e a uma entrevista semiestruturada (ver apêndice I) dirigida aos técnicos de instituições de acolhimento, especificamente de LIJ's. O conceito chave “competências de vida” foi adaptado a partir da sua definição pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

conjunto de competências psicossociais e interpessoais que permitem às pessoas tomar decisões informadas, resolver problemas, pensar de forma crítica e criativa, comunicar eficazmente, construir relações saudáveis, criar empatia com os outros e gerir a vida de forma saudável (OMS, 2003 cit. in Calheiros, et al., 2013, p. 253).

As competências de vida são uma estrutura essencial para a componente psicológica e social do indivíduo, evidenciando-se como competências primárias para o bem-estar pessoal. A ausência destas poderá desenvolver percursos de vida desestruturantes. A sua operacionalização encontra-se presente no Quadro 1.

Quadro n.º 1 - Operacionalização do conceito “Competências de Vida”

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Competências de Vida em jovens institucionalizados – segundo Questionário Umbrella	A. Apoio Social	1. Rede de apoio social; 2. Família; 3. Amigos; 4. Visitas; 5. Vizinhos; 6. Paternidade; 7. Tempos livres; 8. Localidade; 9. Viajar.
	B. Estudos/ Trabalho	1. Escola; 2. Pensar no futuro; 3. Ir para a Universidade; 4. Encontrar trabalho; 5. Escrever Currículo Vitae; 6. Candidaturas; 7. Entrevistas; 8. Experiência laboral.
	C. Dinheiro	1. Comprar roupa; 2. Orçamento; 3. Pagar contas; 4. Fazer compras; 5. Subsídios sociais; 6. Salários; 7. Contas bancárias; 8. Poupar dinheiro; 9. Seguros; 10. Impostos.
	D. Sobre mim mesmo	1. Sinto – me bem comigo próprio; 2. Vida saudável; 3. Médico; 4. Dentista; 5. Álcool; 6. Outras drogas; 7. Fumar; 8. Educação sexual; 9. Higiene pessoal; 10. Assuntos oficiais.
	E. Casa	1. Onde vivo; 2. Tomar-me independente; 3. Mobilar a casa; 4. Segurança em casa; 5. Cozinhar; 6. Limpar; 7. Lavar a roupa.

Fonte: Sistematização da autora a partir do Questionário de Competências de Vida do Programa *Umbrella*

As dimensões deste conceito abrangem, de acordo com o Programa *Umbrella*, a aquisição de competências pessoais, sociais, profissionais, bem como de carácter mais funcional, como as de gestão financeira e de gestão doméstica, que se encontram ilustradas no quadro acima (alíneas a-e.), nomeadamente: apoio social, estudos/trabalho, dinheiro, sobre mim mesmo e casa. Estas exigem capacidade funcional dos jovens para uma vida adulta independente, retratando aspetos fundamentais do quotidiano dos mesmos, tais

como: a família, os amigos, as redes de suporte, a procura de emprego, elaboração de currículos, pagamento de faturas, poupança, mobilar uma casa, tarefas domésticas, cozinhar, o conhecimento de si próprio e comportamentos de risco (consumo de álcool e drogas).

Os indicadores supracitados no modelo foram as áreas que permitiram mensurar o conceito chave inicial-competências de vida em jovens institucionalizados. Os indicadores da primeira dimensão, “apoio social”, dizem respeito a competências de componente relacional, de contactos pessoais do jovem, a redes de suporte, a família e amigos, salientando que a rede social do jovem é uma das áreas de maior dificuldade nos processos de independência, principalmente na criação e no estabelecimento de relações.

Na segunda dimensão, “estudos/trabalho”, os indicadores analisaram competências pessoais (tomada de decisões, escolhas futuras) e competências profissionais (saber como procurar trabalho, escrever um currículo *vitae*, preparar para uma entrevista de trabalho), sendo ambas importantes para a integração do jovem no mercado de trabalho.

A dimensão “dinheiro” englobou competências com um carácter mais funcional, como a gestão financeira: processo de consumo de bens materiais, alimentares, conhecimentos de poupança, como lidar com aspetos logísticos do dinheiro (abertura de contas, seguros, empréstimos).

Na dimensão “sobre mim mesmo”, esta dirigiu-se a competências pessoais, centrando-se no autoconceito do jovem, nos seus hábitos pessoais e conhecimentos direccionados à vida pessoal. Por último, na dimensão “casa”, foram analisadas competências funcionais de gestão doméstica, tais como: cozinhar, mobilar uma casa, limpeza e arrumação do espaço habitacional.

O segundo conceito chave, “promoção da autonomia”, da presente investigação e consequentemente do modelo de análise, encontra-se mais direccionado à componente técnica e institucional, isto é, aos profissionais que exercem funções de acompanhamento dos projetos de vida dos jovens nos respetivos LIJ's. Consta de quatro dimensões de análise: a perceção dos técnicos sobre o processo de autonomização, o processo de aquisição de competências de vida, a integração na vida adulta e o contexto institucional onde se encontram inseridos profissionalmente. A operacionalização do conceito chave encontra-se no Quadro 2.

Quadro n.º 2 - Operacionalização do conceito “Promoção da Autonomia”

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Promoção da Autonomia	A. Percepção dos técnicos	1. Competências adquiridas pelos jovens; 2. Competências inexistentes nos jovens.
	B. Processo de aquisição de competências	1. Atividades desenvolvidas pelos LIJ's que promovam a aquisição de competências de vida; 2. Limitações que impossibilitam a aquisição de competências nos jovens.
	C. Integração na vida adulta	1. Processo de transição para a vida adulta com e sem competências de vida.
	D. Contexto institucional	1. Estratégias para a promoção de autonomia. 2. Limitações e obstáculos que dificultam a promoção de autonomia.

Fonte: Sistematização da autora a partir da revisão bibliográfica

Este conceito, mensurado através de uma entrevista semiestruturada, baseou-se nas dimensões já referidas (alínea a-d) e operacionalizadas nos indicadores, designadamente: a percepção dos técnicos em relação às competências existentes e/ou inexistentes nos jovens, tipo de atividades que são desenvolvidas para a aquisição de competências de vida, como ocorre o processo de transição para a vida adulta, as estratégias utilizadas pelo contexto institucional para aquisição e desenvolvimento das competências de vida.

Este modelo de análise pretendeu, além do diagnóstico sobre as competências de vida nos jovens institucionalizados, analisar os processos identificados pelos técnicos, facilitadores e/ou oponentes à autonomização do jovem.

O pensamento e a metodologia assim organizados basearam-se no argumento de que a promoção de autonomia e o desenvolvimento de competências estão intrinsecamente relacionados, isto é, quanto mais competências e conhecimentos o jovem possui, maior é a sua capacidade de ser autónomo. Segundo McFall (1976, p.234; cit. in Silva, 2001, p.84) a competência define-se como "a capacidade aprendida, adquirida através de treinamento ou experiência, que produz um efeito que preenche as necessidades de uma situação de vida"; já para Caballo *et al.* (1993; cit. in Silva, 2001, p.85), o conceito de competência está direcionado para a competência social, sendo este “um conceito amplo que inclui o de aptidões sociais e o de comportamento adaptativo”.

Porém, a primeira revisão bibliográfica do tema demonstrou que as instituições de acolhimento encontram-se desprovidas de estimulação das competências pessoais e sociais

das crianças e jovens institucionalizados, sendo que, por vezes, a insuficiência de recursos humanos e a falta de condições institucionais afetam o desenvolvimento intelectual, relacional e de vinculação das crianças e jovens (Martins, 2005).

A institucionalização de crianças e jovens em perigo caracteriza-se por ter características multicausais e multidimensionais, exigindo cada vez mais uma abordagem flexível, inovadora, descentralizada, daquilo que é evidente. Uma integração social segura do jovem advém de um processo de preparação para a vida adulta, sendo fundamental que o desenvolvimento na aquisição de competências de vida, pessoais e sociais, seja bem-sucedido, dotando o jovem de ferramentas que facilitem a sua autonomia e independência na sociedade.

CAPÍTULO 4

Métodos e Procedimentos de Investigação

O trabalho de investigação desenvolvido possuiu um carácter misto, não só no sentido em que integrou dois procedimentos de recolha de dados distintos - o questionário (quantitativo) e a entrevista (qualitativa) - mas porque teve igualmente em conta a racionalidade e as características típicas de uma metodologia mista. Pretendeu-se não só descrever o fenómeno em si, mas igualmente realizar uma abordagem mais compreensiva do mesmo.

Enquadra-se no plano de investigação não experimental ou descritivo que, conforme Coutinho (2013, p. 298), tem como objetivo “recolher dados que permitam descrever da melhor maneira possível comportamentos, atitudes, valores e situações”.

A complementaridade de informação e a triangulação dos resultados foi fundamental no aprofundamento da informação recolhida, uma vez que, a mensuração de competências se centra numa avaliação subjetiva de comportamentos, atitudes ou valores.

Em termos temporais, é uma investigação transversal ou vertical, na medida em que as dimensões em estudo foram analisadas num momento particular da vida dos inquiridos.

4.1. Instrumentos de recolha de dados

A investigação iniciou-se por uma vasta análise documental e bibliográfica que permitiu o conhecimento sobre o estado da arte do objeto de investigação e a construção de um modelo analítico. Após esta primeira fase, iniciou-se o trabalho empírico que obedeceu à lógica dos dois instrumentos e dos dois sujeitos considerados.

O questionário foi utilizado para a população jovem institucionalizada e a sua escolha resultou do reconhecimento que este seria o instrumento mais adequado para os jovens, possibilitando respostas anónimas e feitas de forma autónoma, sem demasiada intrusão do investigador.

Foi utilizado o questionário integrado no *Umbrella Programme* (2000) com versão portuguesa Programa *Umbrella*² (2006), designado por “Questionário sobre as Competências para a Vida”, um instrumento de suporte para a avaliação prévia, por um lado, dos conhecimentos que cada jovem possui e, por outro lado, das competências que os jovens carecem.

O questionário está preparado para ser implementado junto de jovens em situação de acolhimento com idade igual ou superior a 15 anos e contempla cinco dimensões relevantes para o processo de autonomização, referidas no modelo de análise, nomeadamente, 1. Apoio social; 2. Estudo/trabalho; 3. Dinheiro; 4. Sobre mim mesmo e 5. Casa. Cada uma destas dimensões engloba entre 15 a 17 indicadores, em uma escala de *likert* (1=Nada a 3= Muito), que se referem a afirmações com as quais os jovens se identificam.

A entrevista semiestruturada foi direcionada aos profissionais que exerciam funções nos LIJ's selecionados para a amostra. Os temas abordados relacionaram-se com o conceito de promoção de autonomia, presente no modelo de análise.

A entrevista foi aplicada de forma livre, possuindo um guião com um conjunto de tópicos a abordar, com o intuito de obter a perspectiva dos técnicos no desenvolvimento de competências e processo de autonomização dos jovens institucionalizados. As entrevistas tiveram uma duração entre 30 e 60 minutos, tendo em conta o perfil do entrevistado, bem como a quantidade de dados que este tinha para fornecer, tendo sido previamente gravadas e posteriormente transcritas para a análise.

Nos dois sujeitos de investigação foi salvaguardada a ética e a confidencialidade da informação recolhida, tendo os sujeitos assinado, previamente, o consentimento informado.

² O Programa *Umbrella* surgiu da necessidade dos jovens institucionalizados enfrentar, muitas das vezes, a sua vida sozinhos após um percurso de institucionalização, que quando chegam à maioridade, não possuem conhecimentos suficientes para viverem de forma independente. Este trabalho de competências está preparado para ser dinamizado através de fichas de trabalho direcionadas para os temas do programa.

4.2. Constituição da Amostra

Dada a dificuldade de acesso a este contexto de acolhimento institucional, numa primeira fase foram enviados pedidos de colaboração (ver apêndice II) a algumas instituições de acolhimento do concelho de Coimbra, obtendo a resposta de três LIJ's que aceitaram participar na investigação. Posteriormente foi solicitado a cada LIJ que facultasse o número de jovens institucionalizados com idade igual ou superior a 15 anos, de forma a obter um conhecimento generalizado da amostra.

A amostra da investigação foi selecionada a partir do universo de jovens com idade igual ou superior a 15 em situação de acolhimento institucional e do universo de profissionais que exercem funções em LIJ's.

O processo de amostragem foi não probabilístico criterial, em que foram utilizados critérios de acessibilidade e voluntariedade para a seleção dos jovens. Conjuntamente, para a escolha dos entrevistados foi utilizada uma amostra por conveniência, visto que alguns dos profissionais constituintes da amostra exerciam funções nos LIJ's onde foi efetuada a recolha de dados dos jovens.

Após os procedimentos realizados, a amostra da investigação foi constituída pelo n.º de jovens institucionalizados com idade igual ou superior a 15 anos que os três LIJ's agregavam, sendo um total de 42 jovens e 6 profissionais que exercem funções em LIJ's.

4.3. Procedimentos inerentes ao tratamento de dados

No tratamento de dados dos questionários foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), através de uma análise estatística descritiva e inferencial. O questionário utilizado encontrava-se dividido em duas grandes partes - a primeira de descrição da amostra: idade, género, habilitações literárias e tempo de institucionalização; a segunda parte constituída por 80 afirmações, às quais os jovens responderam de acordo com os seus conhecimentos, tendo como opções de resposta “Nada, Pouco ou Muito”. Este questionário contemplou variáveis nominais e ordinais. A escala ordinal permitiu e, parafraseando Morais (2005, p.5), “a avaliação de um fenómeno em termos da sua situação

dentro de um conjunto de patamares ordenados, variando desde um patamar mínimo até um patamar máximo”, isto é, compatível com as escalas de *likert*.

A escala intervalar permitiu obter a média e a distribuição por quartis dos conhecimentos relativamente às diversas competências implícitas no questionário, bem como a utilização de tabelas de frequências (relativa e absoluta – ver anexo II), a média (neste caso por dimensão) e histogramas com o valor mínimo e máximo.

O procedimento utilizado para o tratamento de informação das entrevistas semiestruturadas foi a análise de conteúdo através da elaboração de uma grelha de análise prévia (ver apêndice III). A análise de conteúdo foi de caráter exploratório, utilizando dimensões e indicadores de referência previamente identificados no modelo de análise e no guião de entrevista. Desta forma, e seguindo a linha de Coutinho (2013), a exploração do material obtido pelas entrevistas esteve sujeito a um quadro teórico de referência que possibilitou a construção de unidades de análise consoante as dimensões e o objeto de estudo.

PARTE III - ESTUDO EMPÍRICO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

CAPÍTULO 5

Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados decorrentes da metodologia mista utilizada na investigação. Primeiramente, serão apresentados os dados quantitativos e posteriormente os dados qualitativos, recorrendo a tabelas e gráficos. Os resultados apresentados incidiram na caracterização da amostra (jovens e profissionais), na caracterização das dimensões e indicadores do questionário sobre as competências de vida e na caracterização das dimensões da entrevista.

5.1. Caracterização da amostra em estudo (quantitativa)

Face à investigação realizada a sua amostra integrou um universo de 42 jovens em situação de acolhimento institucional em 3 LIJ's do concelho de Coimbra. A caracterização da amostra foi elaborada de acordo com as variáveis: sexo, idade, grau de escolaridade e tempo de permanência em LIJ através da realização de tabelas, seguidamente apresentadas.

Assim sendo e de acordo com a tabela n.º 1, no universo de 42 jovens, 28 são do sexo masculino e 14 do sexo feminino, as suas idades concentram-se entre os 15 e 20 anos, isto porque o questionário utilizado direcionava-se exatamente para jovens com idade e/ou superior a 15 anos. No que respeita à idade, verifica-se uma predominância de 29 jovens com idades entre os 15 e 17 anos e 13 jovens com idades entre os 18 e 20 anos.

Tabela n.º 1 - Sexo e Idade da amostra

		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Idade	15 Anos	3	4	7
	16 Anos	4	9	13
	17 Anos	4	5	9
	18 Anos	1	5	6
	19 Anos	1	5	6
	20 Anos	1	0	1
Total		14	28	42

Fonte: Dados obtidos pela aplicação do questionário aos jovens

Em relação ao grau de escolaridade verificámos que os jovens se encontram no 2.º ciclo, no 3.º ciclo e no ensino secundário, sendo que 7,1% dos jovens estão no 2.º ciclo, 35,7% estão no 3.º ciclo e maioritariamente 54,8% estão no ensino secundário, inclusive cursos técnico-profissionais. Os dados obtidos revelam que os jovens se encontram adequadamente distribuídos face à sua idade e o grau de escolaridade, não se evidenciando uma grande % de retenções escolares.

Tabela n.º 2 - Grau de escolaridade da amostra

		Frequência	Percentagem
Válido	Não respondeu	1	2,4
	6.º Ano	3	7,1
	7.º Ano	6	14,3
	8.º Ano	4	9,5
	9.º Ano	5	11,9
	10.º Ano	15	35,7
	11.º Ano	6	14,3
	12.º Ano	2	4,8
	Total	42	100,0

Fonte: Dados obtidos pela aplicação do questionário aos jovens

A tabela n.º 3 refere-se ao tempo de permanência³ em instituição dos jovens. Observamos que 50% dos jovens encontram-se em situação de acolhimento entre os 13 e os 36 meses (1 a 3 anos) e entre 37 a 72 meses (3 a 6 anos). Salientamos ainda, o caso de 3 jovens que estão institucionalizados há mais 145 meses, ou seja, há mais de 12 anos, o que significa que tem vivido praticamente em contexto institucional.

Tabela n.º 3 - Tempo de permanência em LIJ

		Frequência	Percentagem
Válido	- 6 Meses	6	14,3
	6 a 12 Meses	7	16,7
	13 a 36 Meses	10	23,8
	37 a 72 Meses	11	26,2
	73 a 108 Meses	4	9,5
	109 a 144 Meses	1	2,4
	+ 145 Meses	3	7,1
	Total	42	100,0

Fonte: Dados obtidos pela aplicação do questionário aos jovens

³ A permanência em LIJ não corresponde ao tempo de institucionalização dos jovens, uma vez que existiam jovens oriundos de outras respostas institucionais/residenciais de curta/média duração (ex. a medida institucional Centro de Acolhimento Temporário).

5.2. Caracterização das dimensões de análise (questionários)

O procedimento estatístico utilizado para análise dos questionários foi uma análise descritiva dos dados com a utilização de testes não paramétricos (não generalizáveis). O questionário pretende avaliar as competências de autonomia de acordo com as 5 dimensões (apoio social, estudos/trabalho, dinheiro, sobre mim mesmo e casa) sendo que cada dimensão possui entre 15 a 17 indicadores de análise, num total de 80 afirmações, às quais os jovens responderam utilizando como resposta “nada”, “pouco” ou “muito”. A cotação final é com base na soma das afirmações, sendo que 1= Nada, 2= Pouco e 3= Muito, originando sempre um valor mínimo, um valor máximo e a média das respostas.

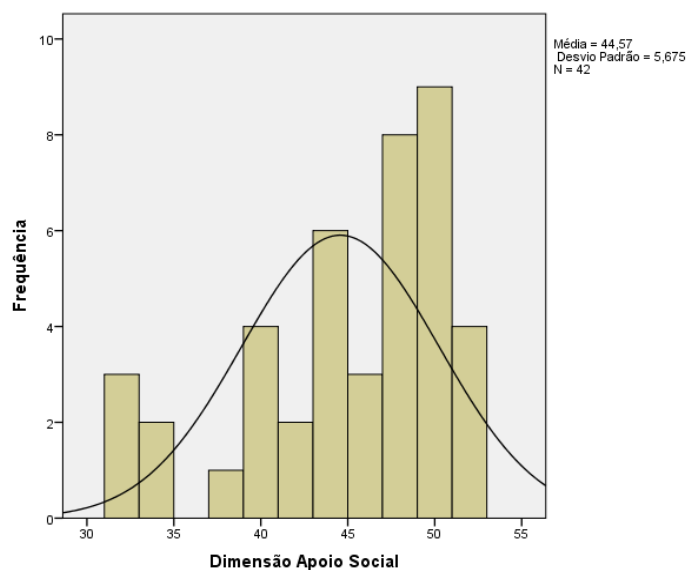
A análise estatística foi realizada tendo em conta a ponderação de cada dimensão no perfil do/a jovem. Abstivemo -nos de realizar uma leitura por indicador individual, uma vez que este (de acordo com testes prévios) não nos iria proporcionar uma informação estatisticamente significativa, realizando ao invés, uma análise por média de respostas obtidas nos respetivos indicadores, representados graficamente por histogramas e tabelas.

5.2.1. Dimensão “Apoio Social”

Esta dimensão poderia ter um valor mínimo de 17 e um valor máximo de 51, correspondendo respetivamente a nenhum apoio social percebido pelo jovens a muito apoio social. Com base nos resultados obtidos no gráfico n.º 1 (histograma da dimensão apoio social) o valor médio obtido foi de 44,5. Significando que 33,3% dos jovens inquiridos (14 jovens) estão abaixo do valor da média, 9,5% dos jovens inquiridos (4 jovens) estão na média e 57,1% dos jovens inquiridos (24 jovens) estão acima do valor da média.

Constatamos que a percepção dos jovens face ao seu apoio social é positiva, no entanto ressaltamos a variável que obteve maior conotação negativa foi: “*sei o que significa ser pai/mãe*”. Pensamos que a vivência em contexto institucional limita o reconhecimento das figuras parentais, bem como a aprendizagem do papel do pai/mãe no crescimento e desenvolvimento dos jovens.

Gráfico n.º 1 – Histograma da dimensão apoio social



Fonte: Análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre as competências de vida aos jovens institucionalizados.

5.2.2. Dimensão “Estudos/Trabalho”

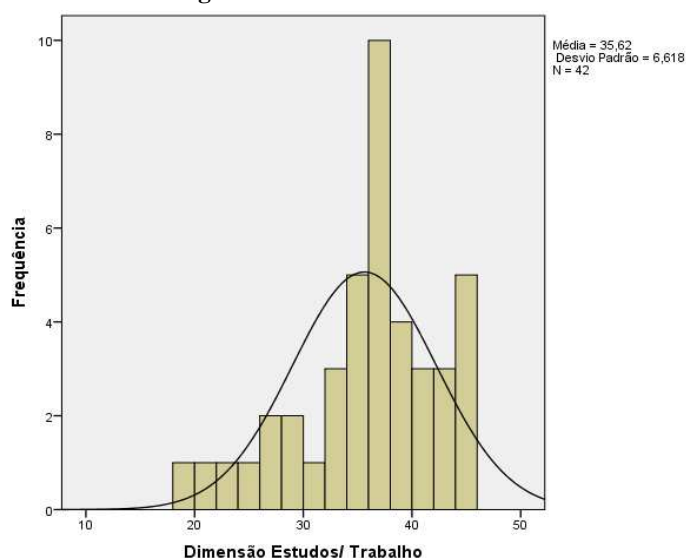
No que respeita à segunda dimensão designada por estudos/trabalho, esta comportou 15 variáveis, sendo que o valor mínimo possível é de 15 (que nenhum jovem obteve) e o valor máximo de 45, tal como se verifica no gráfico n.º 2.

À luz das respostas obtidas a média foi de 35,6. Isto é, 31% dos jovens inquiridos (13 jovens) estão abaixo do valor da média, 9,5% dos jovens inquiridos (4 jovens) estão na média e 59,5% dos jovens inquiridos (25 jovens) estão acima do valor da média.

Podemos aferir que grande parte dos jovens tem um nível elevado de conhecimentos acerca desta dimensão, todavia numa análise mais minuciosa, verificámos alguns pontos onde os jovens referem ter menos conhecimentos, nomeadamente, “*consigo explicar diferentes tipos de trabalhos*”; “*sei como procurar ajuda sobre orientação ou formação profissional*”; “*sei como se pode entrar na Universidade*”; “*sei o que devo fazer e onde me devo dirigir para procurar trabalho*”; “*sei como escrever um currículo vitae*”; “*consigo responder a anúncios de emprego com ajuda*”; “*sei como funciona o Centro de Emprego*. Estas afirmações apresentam-se com um entendimento inferior relativamente a

outras, demonstrando a ausência de atividades que esclareçam estes conhecimentos relevantes para a vida futura dos jovens.

Gráfico n.º 2 – Histograma da dimensão estudos/trabalho



Fonte: Análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre as competências de vida aos jovens institucionalizados.

5.2.3. Dimensão “Dinheiro”

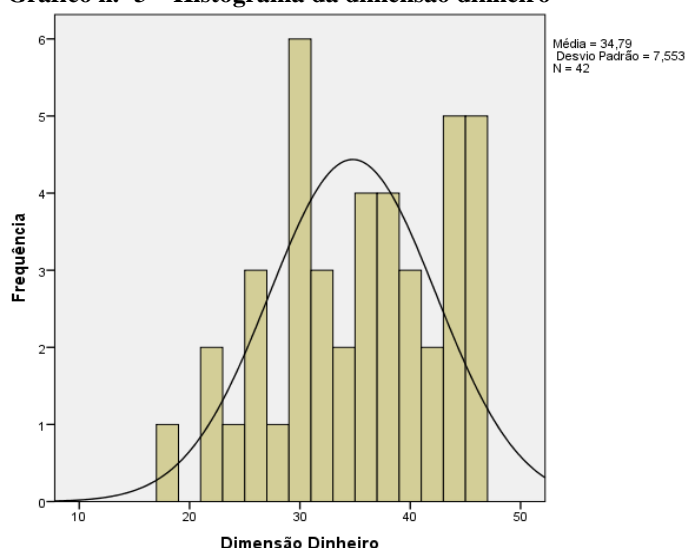
A terceira dimensão comportou 15 variáveis, sendo o valor mínimo possível de 15 (que nenhum jovem obteve) e o valor máximo de 45, tal como se verifica no gráfico n.º 3. Nesta dimensão a média das respostas obtida foi de 34,7. 42,9% dos jovens inquiridos (18 jovens) estão abaixo do valor da média, 2,4% dos jovens inquiridos (1 jovem) estão na média e 54,9% dos jovens inquiridos (23 jovens) estão acima do valor da média.

No que se refere às competências relacionadas com a gestão do dinheiro a percentagem de jovens que revela alguma fragilidade nesta dimensão é relevante. Assinalámos as afirmações que detêm menor conhecimento por parte dos jovens “*sei como funcionam as compras a prestações*”; “*conheço diferentes tipos de subsídios ou ajudas sociais e sei como solicitá-las*”; “*conheço várias formas de receber o salário: transferência bancária, cheque, etc.*”; “*consigo dizer como funcionam os seguros e dar exemplos de diferentes tipos de seguros*”; “*sei explicar o que são impostos*”; “*sei dizer o*

que é um contrato de arrendamento”; “sei como se abre uma conta no banco”; “posso explicar quais as vantagens de ter dinheiro numa conta no banco”.

Iremos retomar esta reflexão na discussão dos resultados.

Gráfico n.º 3 – Histograma da dimensão dinheiro



Fonte: Análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre as competências de vida aos jovens institucionalizados.

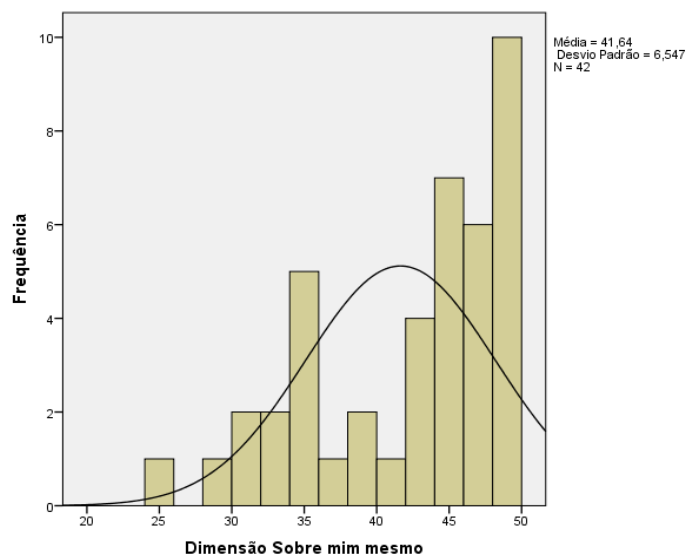
5.2.4. Dimensão “Sobre mim mesmo”

Esta, comporta 16 variáveis, com o valor mínimo possível de 16 (que nenhum jovem obteve) e com o valor máximo de 48, tal como se verifica no gráfico n.º 4.

À luz das respostas dos jovens a média obtida foi de 41,6, significando que 35,7% dos jovens inquiridos (15 jovens) estão abaixo do valor da média, 4,8% dos jovens inquiridos (2 jovens) estão na média e 59,5% dos jovens inquiridos (25 jovens) estão acima do valor da média.

O objetivo de análise da dimensão 4 era de compreender a perceção que os jovens têm acerca de si próprios. Aferimos uma positiva perceção por parte dos jovens, o que nos parece positivo face aos seus contextos de vida.

Gráfico n.º 4 – Histograma da dimensão sobre mim mesmo

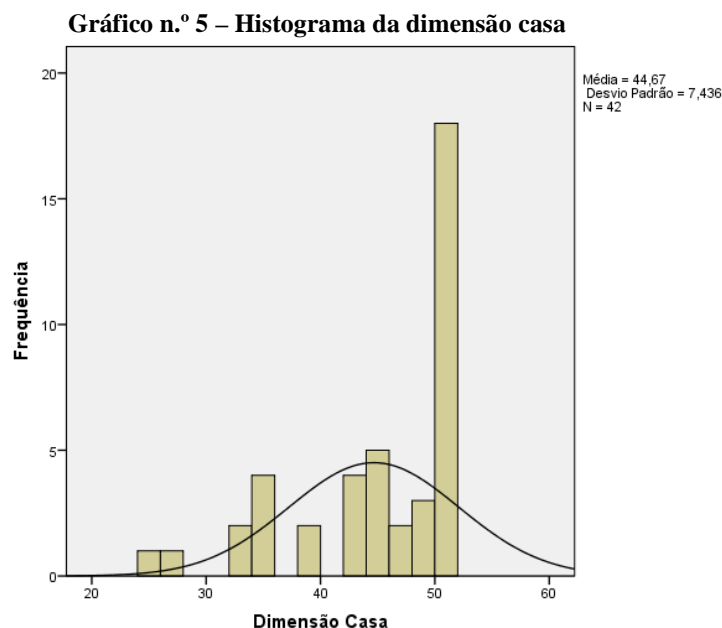


Fonte: Análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre as competências de vida aos jovens institucionalizados.

5.2.5. Dimensão “Casa”

No que respeita à quinta e última dimensão esta comportou 17 variáveis, podendo obter-se o valor mínimo de 17 (que nenhum jovem obteve) e o valor máximo de 51, tal como se verifica no gráfico n.º 5.

Relativamente a esta dimensão a média obtida foi de 44,6. 33,3% dos jovens inquiridos (14 jovens) estão abaixo do valor da média, 4,8% dos jovens inquiridos (2 jovens) estão na média e 62,3% dos jovens inquiridos (26 jovens) estão acima do valor da média. Também nesta dimensão, a percentagem dos jovens acima da média assume uma representatividade positiva, sendo a competência “*sei cozinhar sozinho*” aquela que revelou menor representatividade em termos de conhecimento.



Fonte: Análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre as competências de vida aos jovens institucionalizados.

5.2.6. Síntese executiva da análise quantitativa

Os jovens inquiridos são na sua maioria do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos. Revelam na sua maioria um percurso escolar estável, com predominância do ensino secundário da amostra. Em relação ao tempo de permanência em LIJ, observamos uma frequência significativa dos jovens a residir no mesmo com duração igual ou superior a 3 anos, existindo 9,5% dos inquiridos residentes há mais de 9 anos.

Na análise das competências auto-percecionadas pelos jovens como adquiridas, observámos uma incidência positiva em quase todas as dimensões de análise, ressaltando os conceitos de dinheiro e de estudo/trabalho, onde existiram vários indicadores com ponderação abaixo da média. Os dados obtidos permitem nos afirmar que os jovens parecem possuir maiores competências e conhecimentos nas dimensões relacionadas com a gestão do dia a dia e na relação interpessoal do que nas dimensões de carácter mais instrumental, como a gestão financeira e a perspetiva de integração futura a nível escolar e profissional.

5.3. Caracterização da amostra em estudo (qualitativa)

No âmbito dos dados qualitativos iniciámos a sua apresentação com as variáveis de identificação pessoal dos entrevistados, nomeadamente, o *sexo* e *profissão desempenhada na instituição de acolhimento* (tabela n.º 4). Partindo da sua análise, a amostra foi constituída por três profissionais do sexo masculino e três profissionais do sexo feminino, desempenhando diferentes papéis nas instituições, e integrados, na sua totalidade, em equipas multidisciplinares.

Tabela 4. Caracterização da amostra de entrevistados

Designação	Sexo	Profissão/Função desempenhada na instituição
Entrevistado1 (E1)	Feminino	Educadora Social
Entrevistado2 (E2)	Masculino	Supervisor de Equipas Técnicas e Educativas
Entrevistado3 (E3)	Masculino	Professor/Apoio ao estudo
Entrevistado4 (E4)	Feminino	Psicóloga
Entrevistado5 (E5)	Masculino	Assistente Social
Entrevistado6 (E6)	Feminino	Diretora Técnica/Socióloga

Fonte: Dados obtidos pela entrevista aos profissionais

5.4. Caracterização dos eixos de análise (entrevistas)

Tendo em conta a vasta informação recolhida nas entrevistas, a sua análise foi estruturada sob orientação do conceito chave “promoção de autonomia”, bem como das suas dimensões e indicadores mencionados no modelo de análise. Para uma compreensão mais ajustada dos resultados das entrevistas, para além de recorrer às narrativas dos profissionais, foi feita uma síntese dos dados, segundo os eixos de questionamento, nomeadamente:

- Perceção dos técnicos face ao desenvolvimento de competências de vida como um desafio para as instituições de acolhimento;
- Papel da Equipa Técnica e Educativa na promoção da autonomia;
- Exemplos de atividades que ocorrem nos LIJ's para desenvolvimento de competências de vida;

- d) Principais necessidades/carências dos jovens ao nível de competências de vida;
- e) Processo de transição para a vida adulta com e sem competências;
- f) Limitações e obstáculos sentidos pelos LIJ's no desenvolvimento de competências.

Em cada eixo de análise recorreremos às narrativas dos profissionais, no sentido de obter informações significativas face aos objetivos de investigação e às unidades de análise identificadas previamente no modelo de análise. Passámos à sua descrição,

5.4.1. *Desenvolvimento de competências de vida nas instituições de acolhimento*

Todos os técnicos entrevistados consideraram que o desenvolvimento de competências de vida e consequente promoção de autonomia se apresenta como um desafio para as instituições de acolhimento, reconhecido como um processo difícil e complexo na sua concretização. As razões apresentadas foram referidas de forma distintas, o E1 explicou que devido a logísticas institucionais (elevado n.º de jovens) a promoção de autonomia não é um processo acessível a todos os jovens, *“embora estas crianças e jovens deverão tornar-se adultos capazes e competentes, não é uma tarefa fácil, pois a nossa instituição é massificada”*.

O E2 justificou o “desafio” salientando o aspeto logístico institucional, uma vez que de acordo com a sua opinião a *“autonomia passa por fazer uma e outra vez, criar rotinas”*, e por vezes a questão temporal é um fator que limita, *“pois é mais fácil irmos nós (técnicos) e tratarmos de tudo, é mais rápido, mais funcional, mas não estamos a preparar o jovem”*. Por outro lado, o E3 considerou que as características das crianças e dos jovens são o fator “desafio” para o desenvolvimento de competências, pois *“depende da idade com que as crianças e jovens entraram para a instituição, da sua família e dos problemas que motivaram o acolhimento institucional”*.

O E4 e E5 exercem funções no mesmo LIJ, pelo que as suas narrativas expõem ideias complementares. Para ambos, a promoção da autonomia é um atual desafio, devido às mudanças que têm ocorrido no acolhimento institucional, nomeadamente às características da população. Antigamente a instituição onde trabalham, acolhia essencialmente bebés e crianças pequenas, atualmente acolhe maioritariamente jovens adolescentes, inclusive, alguns com comportamentos de pré-delinquência, nas palavras dos

inquiridos. E4 evidencia que *“tínhamos muitos bebês, que vinham com meses de idade e só saíam aos 21/22 anos, portanto, uma vida de institucionalização (...) estas crianças vinham para cá por motivos totalmente diferentes (...) as famílias eram carenciadas, tinham dificuldades socioeconómicas, eram os pobrezinhos da sociedade”*.

O E5 descreve que atualmente, os jovens provêm de famílias multiproblemáticas e desestruturadas, ingressando no sistema de proteção infantil aos 15/16 anos com réplicas de comportamento da sua família, sendo difícil a promoção e o desenvolvimento de competências, *“é um contrassenso, mas era possível fazer um trabalho mais estruturante com as crianças que cresciam na instituição do que com os jovens que entram aos 15/16 anos”*.

Por último, o E6 é profissional de um LIJ recente (há cerca de 2 anos), tendo sido anteriormente um CAT. Esta alteração ocorreu devido ao elevado número de jovens adolescentes que se encontravam para acolhimento, pelo que esta questão do desenvolvimento de competências e processos de autonomização são aspetos, ainda, embrionários na instituição, no entanto *“tentámos preparar os jovens o máximo e melhor possível para a vida”*. Porém, o E6 reconhece que esta transformação foi um desafio, principalmente para a equipa educativa, ao nível das suas funções e de dar resposta às necessidades da população.

Nas palavras do E2, *“os meninos institucionalizados são sobreviventes, já o eram antes de serem institucionalizados e continuam a ser... são meninos que aprenderam a desenrascarem-se”*, que carecem de estabilidade emocional e segurança pessoal.

5.4.2. Papel da Equipa Técnica e Educativa na promoção da autonomia

Todos os entrevistados referiram que os LIJ's onde desempenham funções têm uma equipa técnica e uma equipa educativa, sendo a primeira uma equipa multidisciplinar que integra profissionais como, Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais e a segunda composta por monitores e outros funcionários de ação educativa. Apesar de ambas as equipas se evidenciarem nos LIJ's, o seu número de elementos difere, um dos entrevistados refere que só tem dois elementos na equipa técnica (Psicólogo e

Assistente Social), tornando-se um entrave para a realização de tarefas. Os restantes entrevistados indicam que o seu LIJ engloba entre 4 a 5 elementos na equipa técnica.

No que respeita ao papel de cada uma das equipas, estas possuem funções distintas, no entanto complementares no desenvolvimento de competências e na promoção de autonomia. O E1 refere que *“todos trabalhamos diariamente com os jovens a aquisição de competências de autonomia, embora seja eu (Educadora Social) e uma funcionária de equipa educativa que desenvolvemos a maioria dos projetos”*.

O E2 assume claramente as funções de cada uma das equipas, sendo que a equipa técnica é quem *“traça as linhas mestres”* a serem desenvolvidas pela equipa educativa. Esta tem um papel mais direto com os jovens, no apoio e acompanhamento nas tarefas da instituição, bem como na dinamização de atividades com as crianças e jovens. Este trabalho entre as equipas nem sempre é complementar e sólido, como se pretende, *“as funções e o envolvimento da equipa técnica e educativa passa essencialmente por criar rotinas de autonomização (...) mas pela minha experiência não é muito feito, não tanto como devia.”*

Já o E3 não define as funções de cada uma das equipas, assumindo que *“há uma grande “embrulhada” de competências e funções entre as equipas”*, ou seja, o E3 considera que as tarefas de ambas as equipas não estão claras nem explícitas, sendo um trabalho desarticulado entre os elementos técnicos e educativos.

O E4 e E5 são os únicos profissionais da equipa técnica do LIJ e a equipa educativa é constituída por 10 indivíduos (3 monitores e 7 ajudantes). As funções da equipa técnica passam por *“fazer o acompanhamento e supervisão da equipa educativa, trabalho mais individualizado com os jovens (...) articulação com entidades externas (...) preparação da desinstitucionalização”*. Já a equipa educativa *“está mais direcionada para o desenvolvimento de competências”*, as 3 monitoras são responsáveis por orientar grupos de jovens (aproximadamente 10 jovens cada grupo) para atividades que desenvolvem competências de vida diária: *ateliers* de cozinha, da limpeza, arrumação, cuidados com a roupa. O E5 salienta que apesar desta diferenciação de funções, as duas equipas não deixam de se articularem entre si, a equipa educativa reúne-se com a equipa técnica a fim de dar o *feedback* das atividades.

Por último, o E6 refere que, ao nível do desenvolvimento de competências, compete à equipa técnica planificar e elaborar escalas de tarefas, gerir a questão monetária dos

jovens “a equipa técnica é que planifica, elabora as escalas, faz as grelhas; já a equipa educativa apoia e supervisiona o cumprimento das tarefas por parte dos jovens, fazendo “os registos do cumprimento ou não das tarefas/atividade”..

5.4.3. Atividades nos LIJ's para o desenvolvimento de competências de vida

Um dos eixos de análise foram as atividades/respostas que as instituições incorporam no sentido de promover a autonomia e o desenvolvimento de competências. De forma global, os LIJ's referiram que integram atividades de aquisição de competências, havendo um LIJ do E1 que agrega a resposta apartamento de autonomização.

Conforme explicação do E1, o apartamento de autonomização destina-se a jovens que estejam a terminar o 12.º ano que pretendam prosseguir os estudos no ensino superior ou ser integrados no mercado de trabalho. Este apartamento “funciona como uma resposta transitória entre o acolhimento e a vida após a saída do lar e, procura-se dotar os jovens de competências de vida necessárias a uma vida independente do lar”. Os jovens que estão no apartamento são responsáveis por todas as tarefas domésticas (cozinha, compras, limpeza, gestão do dinheiro, etc.), pelo cumprimento de horários, por articular com entidades e serviços externos, numa ótica de máxima autonomização.

Para além desta resposta, o E1 está inserido num LIJ que beneficia de vários projetos de desenvolvimento de competências, sendo estes: Plano Gradual de Autonomia (PGA), Treino de Competências para a Autonomia (TCA) e Projeto Desafio de Autonomia (PDA). Todos estes projetos “preveem a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuem para a independência gradual de cada jovem”.

O projeto PGA é direcionado para jovens com o 9.º ano concluído ou maior de 18 anos, onde são capacitados para a autonomia pessoal. Neste projeto os jovens realizam algumas tarefas diárias e têm alguns privilégios face aos outros jovens, tais como “têm acesso livre ao seu quarto (...) já acordam sozinhos e gerem os seus objetos pessoais, tal como o computador ou o telemóvel, fazem a limpeza e arrumação do quarto, utilizam os transportes públicos sozinhos, vão ao médico, vão aos correios. Sempre que possível são-lhes atribuídas tarefas que promovam a articulação com serviços, de forma a não perpetuar a dependência aos adultos do LIJ”.

O segundo projeto, o TCA dirige-se a “8 jovens independentemente do seu projeto de vida e realiza-se 1 vez por semana numa sala que tem um fogão e uma máquina de lavar roupa. Os jovens aprendem a confeccionar refeições, a assumir uma postura adequada à mesa, limpeza e arrumação do espaço; tratamento de roupa”.

O terceiro projeto, o PDA que, por escassez de recursos humanos não está atualmente em funcionamento. Caso estivesse integraria atividades como “a gestão financeira, onde o jovem realiza compras de forma responsável; articulação com as diferentes entidades e serviços comunitários e reconhecer a função de cada um; desenvolve técnicas ativas de emprego e trabalhamos também os direitos e deveres enquanto cidadão.” Ainda na mesma instituição, acresce, de 6 em 6 semanas, a realização de atividades com 4 jovens com debilidade mental acentuada, no qual desenvolve competências funcionais (confeccionar refeições, idas ao supermercado, efetuar pagamentos) e de higiene pessoal.

O E2, como supervisor de equipas, salienta a importância de criar rotinas de autonomização, referindo que nas instituições de acolhimento que conhece, os jovens realizam algumas atividades “como pôr e levantar a mesa, arrumar o quarto, cuidar da roupa, conhecimento e utilização de serviços públicos (ex.: loja de cidadão, hospitais, bancos)”, porém, este último é feito esporadicamente.

O E3 refere que na instituição onde desempenha funções as atividades de desenvolvimento de competências são orientadas pela equipa educativa, no entanto são atividades pouco estruturadas e definidas “não há um cronograma de atividades para as competências de vida”. O E3 revela ter conhecimento de “pelo menos uma vez por mês, cada uma criança e jovem passa pela confeção da cozinha e colocam a mesa”.

No LIJ dos E4 e E5 os jovens beneficiam de tarefas/atividades que desenvolve algumas competências, como, *atelier* de cozinha (maioritariamente confeção de bolos), pois devido ao n.º elevado de jovens, somente há possibilidade de participarem uma vez por mês neste *atelier*, no entanto “estamos a tentar construir uma cozinha familiar” permitindo um acesso com maior regularidade a estas atividades. O *atelier* de lavandaria, ainda que com pouca frequência (uma vez por mês a cada jovem), são desenvolvidas competências de tratamento e cuidados com a roupa.

O *atelier* de limpeza engloba atividades em que o desinteresse dos jovens é notável, pois não reconhecem importância para a sua vida. Porém, a equipa educativa assume um papel importante na capacitação e motivação dos jovens, de forma a compreender “o interesse das atividades para quando saírem da instituição”. Para além destes, o LIJ integra *ateliers* de música, dança e teatro que promovem competências pessoais e sociais.

A instituição de acolhimento do E6 inclui várias atividades de desenvolvimento de competências ao nível da gestão financeira, da limpeza e organização de espaços, de lavandaria e de alimentação. Na gestão financeira os jovens contemplam uma escala de semanada, em que cada jovem gere autonomamente um determinado valor, consoante a sua idade. Caso seja possível, o jovem pode abrir uma conta bancária e realizar uma poupança (supervisionada pelo E6) com os valores mensais que acumula das semanadas ou das suas formações/cursos profissionais. Na gestão financeira é também feito um acompanhamento do jovem quando este pretende adquirir bens pessoais e materiais.

As atividades de competências de limpeza e manutenção de espaços “*as funcionárias da equipa educativa apoiam, mas são os meninos e as meninas que são responsáveis por limpar, mudar os lençóis, fazer as camas, a limpeza do quarto e da sala, semanalmente*”. A escala de copa define “*quem lava a loiça, coloca a mesa, leva o lixo, limpa o chão da cozinha*”, estas tarefas são realizadas diariamente por equipas de 2 jovens, rotativamente.

Na escala da lavandaria “*criança é responsável, por separar a roupa (cores), saber as temperaturas, colocar a roupa na máquina, colocar o detergente, ligar a máquina, são coisas básicas, mas que devem ser treinadas.*” A escala de alimentação não implica a confeção de refeições elaboradas, pois “*nós não temos uma cozinha, mas sim uma copa*”, ou seja, “*sempre se confeccionou sobremesas, bolos, pudins, tartes, biscoitos, entre outros, toda a comida que em termos de equipamento não exigisse nada de especial*”. Este LIJ está incorporado numa Fundação que agrega outras respostas sociais, sendo que as refeições principais são realizadas numa cozinha central.

Este LIJ contempla uma atividade muito interessante, não realizada nos outros LIJ's, designada por assembleia semanal descrita pelo E6 como um “*espaço de partilha de situações e momentos que vão acontecendo ao longo da semana com os jovens (...) ocorre normalmente à sexta-feira, onde participam todos os meninos com idade a partir dos 11/12*

anos. Nesta assembleia é discutido o cumprimento ou não das regras/tarefas, a aplicação de penalizações ou recompensas”. O E6 reconhece a importância dos jovens estarem envolvidos nas decisões sobre as suas ações, promovendo a participação e o respeito pelo outro. Por vezes, também são discutidos temas de interesse que os jovens solicitam.

Este LIJ integra uma resposta que apoia na transição para a vida ativa, designado por Lar de Apoio, no entanto não generalizável a todos os jovens, apenas “*direcionada para jovens com incapacidade e/ou deficiência ou para jovens que necessitam de algum apoio enquanto estão a estudar (...) temos o caso de um jovem que esteve aqui no LIJ, entretanto fez os 21 anos e nós integrámo-lo no lar de apoio, pois para além de estar a estudar na universidade, tem um problema cognitivo associado, embora não visível*”.

5.4.4. Principais necessidades dos jovens ao nível de competências de vida

O E1 elenca como principais necessidades “*a gestão de recursos, por exemplo gestão doméstica, utilização de recursos comunitários, gestão do dinheiro, questões relacionadas com a vertente profissional e da cidadania, bem como as questões mais pessoais como a motivação para a mudança, tomar decisões, o cuidado pessoal*”. Na perspetiva do E1, os jovens parecem estar acomodados a uma situação que para eles é confortável, não sendo notável uma preocupação pelo seu futuro, são jovens inseguros que carecem de competências pessoais.

Na opinião do E2, as competências que os jovens carecem são ao nível dos serviços comunitários “*não saberem o funcionamento das entidades desde logo, (...) não saber o que se trata onde e com quem, para que fim. São jovens que tão pouco conseguem verbalizar ou mesmo pensar sobre o seu futuro e as suas expectativas para a vida futura.*”

Simultaneamente, o E3 considera que os jovens carecem de competências pessoais e sociais, reconhecendo que “*na instituição os jovens sempre foram demasiado “protegidos”, no sentido em que não são capacitados para procurar emprego, realização de tarefas mais complexas*”. Na sua opinião, os jovens vão sentir inúmeras dificuldades, “*pois a nossa sociedade está cada vez mais competitiva e estamos perante jovens inseguros com receio do mundo lá fora*”.

Os E4 e E5 identificam como principais necessidades nos jovens, a regulação e gestão de problemas de comportamento, inclusive de pré-delinquência, o absentismo escolar, competências pessoais e sociais, e respostas ao nível da saúde mental. O E4 reforça a importância de *“motivar estes jovens, pois se eles não têm formação para integrar no mercado de trabalho, não têm competências técnicas”*. O E5 salienta que há um *“número elevadíssimo de jovens a ser acompanhados pela saúde mental, mais de 50%.”*. Acresce o fato, destes jovens procederem de famílias multiproblemáticas em que *“a grande dificuldade inerente a estes jovens são os comportamentos de pré-delinquência ou mesmo delinquência”*.

O E6 identifica como principais necessidades a gestão financeira e as competências de cozinha (confeccionar, quantidades de alimentos, utilização dos utensílios) como *“não confeccionam, acabam por não treinar especificamente a confeção de alimentos”*. A nível da gestão financeira, apesar de ser trabalhadas essas competências, é notável que *“quando os jovens regressam à família, rapidamente e pela experiência que tenho, ficam sem esse dinheiro, porque rapidamente o gastam”*. A questão da gestão financeira é muito importante pois efetivamente a *“questão do consumo, os jovens não têm esse contacto...por exemplo, comprar arroz, carne, peixe, fruta são coisas que eles não têm essa experiência”*.

5.4.5. Processo de transição para a vida adulta com e/ou sem competências de vida

Na visão do E1 *“os jovens que estão no apartamento de autonomia ficam melhor preparados para a realidade exterior, já estão habituados a fazer tudo sozinhos, embora com supervisão da nossa parte! Mas são mais autónomos”*. O E1 considera que a autonomia está muito relacionada com o trabalho que é desenvolvido em cada instituição, mas não só, pois o perfil do jovem, a sua predisposição interna, motivação, interesse pessoal, também influenciam a aquisição de competências.

Na ótica do E1 *“todos os jovens que saem do lar possuem competências de autonomia, mesmo que sejam mínimas”*, no entanto quando os jovens são integrados no LIJ com 16/17 anos torna-se complicado fazer um treino de competências num curto espaço de tempo, visto que pela experiência da técnica *“muitos jovens querem sair logo no dia que*

fazem 18 anos pois estão iludidos que vão contar com o apoio da família, que vão ter emprego e casa própria, etc... ilusões". Nestes casos, os jovens não possuem competências de autonomia suficientes que sirvam de suporte, e acabam por enveredar por caminhos de consumo e venda de substâncias, roubo, sem-abrigo.

Criticamente, o E1 questiona *"quem é que aos 21 anos se consegue autonomizar?"*, partindo do pressuposto que é idade limite que uma instituição pode sustentar um jovem, o E1 comenta a ausência de estruturas de apoio e encaminhamento após a saída forçada dos jovens aos 21 anos, *"pois de um momento para o outro os jovens deixam de ter o nosso apoio, deixam a instituição onde existiam regras, rotinas definidas, acompanhamentos sistemático de adultos e não se conseguem aguentar sozinhos lá fora"*.

O E2 caracteriza a saída da instituição como sendo ambivalente na perspectiva dos jovens, pois *"por um lado sentimento de liberdade, mas por outro, a sensação de angústia por nunca voltarem a poder entrar na aquela que foi a casa deles durante anos e anos (...) eu tenho a felicidade de acompanhar indivíduos que já foram institucionalizados (...) e eles contam que viveram momentos muito difíceis, pois sentiram muito a sua saída"*.

Pela experiência do E2 *"o método de aprendizagem passa pela vivência e quando os jovens se vêm sozinhos é que eles notam as suas fragilidades"*. Na sua perspectiva, se os técnicos não forem confrontando os jovens com novas situações, experiências, problemas, eles não irão reconhecer as suas fragilidades. Tal como o E1, o E2 também reconhece a ausência de respostas e apoios a partir dos 21 anos *"ao nível de alojamento, empregabilidade, tendo em conta que estes jovens foram vítimas de abandono, negligência e continuarão a ser se não forem apoiados e encaminhados"*.

O E3 considera que as instituições de acolhimento *"trazem os utentes na palma da mão"*, utilizou esta expressão para reforçar que as crianças e os jovens são demasiado protegidos. Esta proteção é sem dúvida necessária, *"no entanto quando os jovens saírem, é quase certo que não terão essa mesma proteção"*, sendo notória a discrepância entre a instituição e a sociedade. Porém, os jovens não reconhecem essa proteção, pois consideram que a vida lá fora será sempre melhor do que a da instituição, nas palavras do E3 *"há jovens que querem fazer os 18/21 anos para saírem da instituição, pois acham que o mundo lá fora vai ser melhor"*, mas acontece que a realidade não corresponde às

expectativas dos jovens, acabando por gerar consequências graves (ex. comportamentos delinquentes, homicídios).

Nas narrativas do E4 e E5 pela sua experiência profissional, evidenciam a preocupação dos jovens quando chegam aos 18/21 anos, pois sabem que terão de sair da instituição. Esta, origina várias situações possíveis como, o regresso à família de origem, a autonomização voluntária do jovem ou situações vulneráveis de sem-abrigo, comportamentos de risco e delinquência. No caso do jovem voltar para a família de origem *“corre o risco de a encontrar tal e qual como a deixou, se não a encontrar pior, pois uma família desestruturada não se regenera sozinha”*.

Segundos os profissionais a *“maior parte dos jovens conseguem perceber que têm de “dar o salto” e tentam autonomizar-se e arranjar um emprego”*. O E5 salienta que *“são situações excecionais aquelas em que os jovens conseguem sair da instituição com competências (...) os jovens saem com grandes dificuldades cognitivas de integração”*, necessitando de respostas/lares especializados, que são escassas no contexto.

À partida, a transição de jovens para a vida adulta sem competências perpetua um acesso limitado na integração social. O E5, tal como o E1 e E2, reforça a ausência de apoios e recursos após a saída forçada do jovem aos 21 anos. Os jovens que estão atualmente a integrar nas instituições de acolhimento padecem de menos competências que a maioria dos jovens, e consequentemente a sociedade tem menos ofertas para estes jovens. Os técnicos chamam atenção para o atual modelo de intervenção nas instituições, pois *“antigamente prevalecia o modelo assistencialista: educar, criar, dar a comida, roupa, mas agora só isso não chega.”*

No LIJ do E6, os técnicos tentam *“proporcionar a estes jovens experiências básicas, para que eles não olhem para situações como algo desconhecido para que de alguma forma não se sintam inferiores, diferentes e até mesmo excluídos”*. Na sua opinião é importante que estes jovens sejam capacitados e treinados para a sociedade que os espera, pois são crianças e jovens que provêm de famílias complexas e multiproblemáticas, *“não vinham habituados a regras, nem a ter grandes condições de vida, só que também não têm armas, nem estratégias para depois um dia lá fora não replicarem o modelo da família”*. O E6 explica que o motivo pelo qual o LIJ contempla poucos casos de autonomização deve-se à alteração de resposta de CAT para LIJ, sendo que a população acolhida era

maioritariamente bebês e crianças, “no entanto já houve alguns casos de autonomização e houve alguns casos que se mantêm conosco (Lar de Apoio) como é o caso do jovem de 21 anos que se encontrar a tirar a licenciatura”.

5.4.6. Limitações/obstáculos no desenvolvimento de competências de vida

São várias as limitações/obstáculos sentidos pelos técnicos no desenvolvimento de competências de vida, nomeadamente, o E1 destaca o edifício, pois os jovens estão acolhidos numa estrutura antiga, que anteriormente funcionava como convento; a elevada burocracia que (exige muito tempo), limita o trabalho das competências com os jovens; o número reduzido de monitores/educadores para o número de crianças e jovens, impossibilitando de fazer uma intervenção individual, bem como as características pessoais e sociais da população acolhida (jovens com idades avançadas, desmotivados, com perfil de consumo de substâncias e comportamentos delinquentes).

O E2 cita como obstáculos ao treino de competências, a escassez de recursos humanos e simultaneamente, o volume de atividades (idas ao médico, idas ao tribunal, atividades extra curriculares) para os poucos funcionários. O E3 assume como limitação a pouca articulação entre a equipa técnica e a equipa educativa, que leva ao desconhecimento dos projetos de vida dos vários jovens.

Os E4 e E5, sendo da mesma instituição, salientam como limitações e obstáculos, a inexistência de formação aos funcionários da equipa educativa “os funcionários/educadores dizem que, por vezes, não se sentem preparados, não sabem como reagir e têm receio daquilo que estão a fazer”; a ausência de trabalho terapêutico e individualizado; a insuficiência de recursos humanos e técnicos; o perfil dos jovens que entram para acolhimento (desenquadramento social, profissional e escolar), bem como a ausência de articulação entre entidades ligadas à infância e juventude -“cada um trabalho na sua quinta”.

Por último, o E6 também salienta como limitação a inexistência de formação da equipa educativa quando houve alteração de resposta (de CAT para LIJ), “pois as necessidades da população alteraram-se, na medida em que, antes as funções centravam-se em dar banho, dar de comer (...) neste momento é ouvir os jovens, gerir conflitos,

desenvolver componente afetiva, e por vezes a equipa educativa não está predisposta a essa ligação afetiva”.

Apesar da equipa educativa integrar 2 pessoas com licenciatura, as restantes são de baixa escolaridade, tendo algumas dificuldades em desenvolver competências como a assertividade e a gestão de conflitos. O E6 destaca, ainda, limitações institucionais (organização da fundação) na medida em que limita o treino de competências relacionadas com a confeção de alimentos, a questão da compra de alimentos.

5.4.7. Síntese executiva da análise qualitativa

Os seis profissionais entrevistados desempenham funções de áreas complementares no trabalho em equipa, nomeadamente, Educação Social, Psicologia, Serviço Social, Sociologia e Ensino. As entrevistas fundamentaram-se na auto percepção crítica dos profissionais relativamente ao processo de autonomização e ao desenvolvimento de competências de vida.

As instituições de acolhimento onde os profissionais exercem funções possuem equipas técnicas e equipas educativas, com importante referência para o desenvolvimento de atividades de aquisição de competências de vida. Apesar de todas as instituições abrangerem uma equipa técnica e uma equipa educativa, as suas funções são distintas em cada uma das instituições, sendo posteriormente esclarecidas na discussão dos resultados.

Na grande maioria, os entrevistados referiram desenvolver atividades de promoção de autonomia e desenvolvimento de competências, embora umas mais explícitas que outras. São exemplos de atividades as escalas (limpeza, semanadas, cozinha), os ateliers e os planos individuais e/ou de grupo de autonomia, que incluem a realização de tarefas domésticas, a confeção de alimentos, gestão da semanada, limpeza e manutenção de espaços, entre outras, anteriormente apresentadas.

Os profissionais enunciaram como as principais necessidades dos jovens institucionalizados, as competências pessoais (segurança, autoconfiança) sociais (comportamento desviantes) e de gestão (recursos, financeira, serviços comunitários). Simultaneamente, os profissionais consideraram que o processo de autonomização é algo complexo na sua concretização devido a limitações e obstáculos, quer institucionais, quer

da população acolhida. Foi de opinião geral dos entrevistados, que os jovens quando saem da instituição comportam escassas competências de vida, impedindo por vezes, de obter percursos de vida estruturados e de plena integração social.

CAPÍTULO 6

Discussão dos resultados

Considerando a apresentação e a descrição dos dados empíricos no ponto anterior, o presente capítulo contempla a discussão dos resultados, tendo presente uma interpretação crítica dos objetivos desta investigação.

O recurso a várias técnicas de recolha de dados (quantitativa e qualitativa) permitiu realizar uma triangulação de dados, obtendo resultados mais aprofundados do objeto em estudo. Assim, a combinação das metodologias tornou o processo de investigação mais consistente e rico em termos de informação. A presente discussão dos resultados visa dar resposta aos objetivos e às questões de investigação inicialmente descritas, de uma forma triangulada entre os questionários e as entrevistas enquadrando tecnicamente o objeto de estudo.

Os resultados obtidos provêm de duas amostras, uma quantitativa (questionários) composta por 42 jovens institucionalizados e uma qualitativa (entrevistas) constituída por 6 profissionais de instituições de acolhimento. Os resultados dos questionários traduzem-se na perceção que os jovens têm dos seus conhecimentos e saberes, de acordo com as dimensões do instrumento. Os resultados das entrevistas expressaram a opinião crítica e a perceção de profissionais de instituições de acolhimento, relativamente ao processo de autonomia e ao desenvolvimento de competências de vida em contexto institucional.

No que concerne aos resultados dos questionários, a grande maioria dos jovens (cerca de 60%) revelaram uma perceção positiva, sendo que maioritariamente os jovens possuem saberes generalizados acerca dos temas tratados no questionário, nomeadamente, competências pessoais e sociais (conhecimentos sobre a sua família, amigos, redes de suporte, tempos livres, parentalidade, conhecimentos associados ao álcool, tabaco, drogas, sexualidade), competências profissionais (procura de trabalho, entrevista de emprego, currículo *vitae*), competências de gestão financeira (consumo responsável, aspetos logísticos, como abertura de conta bancária, empréstimos, compras a prestações), competências de gestão doméstica (cozinhar, limpeza, mobilar uma casa).

Por sua vez, os profissionais consideraram que a questão operativa do desenvolvimento de competências em instituições de acolhimento é um constante desafio,

justificando que as características institucionais (questões logísticas, equipa educativa) e as características da população acolhida (entrada de jovens adolescentes com problemas de comportamento, com problemas de saúde mental e/ou absentismo escolar, a título de exemplo) são aspetos que dificultam o processo de autonomia e a aquisição de competências nestas instituições. Também Gomes (2010) qualifica a preparação para a autonomia e a transição para a vida adulta como constantes desafios do acolhimento institucional, sendo necessário repensar o modelo de intervenção, investir em respostas eficazes tendo em conta as especificidades das atuais crianças e jovens em acolhimento.

Os profissionais (E1 e E2) confrontaram as suas dificuldades com as particularidades da instituição onde trabalham, aludindo ao número elevado de jovens em acolhimento (estruturas massificadas) e ao volume de atividades institucionais para os reduzidos funcionários. Por sua vez, os entrevistados 3, 4, 5 e 6 qualificaram o desenvolvimento de competências como um desafio devido às mudanças ocorridas ao nível das singularidades das crianças e jovens em acolhimento, ou seja, as instituições de acolhimento deixaram de acolher bebés, crianças de idade inferior para acolher jovens adolescentes (idades superiores, problemáticas familiares intensificadas e problemas de comportamento associados aos jovens). Estas mudanças levaram à necessidade de alterar algumas respostas, nomeadamente a transformação de alguns CAT em LIJ, devido a um volume acrescido de jovens adolescentes para acolhimento.

Face às respostas dos técnicos, observamos que o desenvolvimento de competências de vida e o processo de autonomia foram percecionados como desafios num sentido complexo e negativo da sua intervenção. Não foi comentado como um desafio positivo para a mudança social, mas sim como uma barreira, que é externa a eles, somente é influenciado pelas logísticas institucionais e/ou pela população acolhida.

As limitações/obstáculos referidos pelos entrevistados no desenvolvimento de competências foram, simultaneamente, na perspetiva das limitações institucionais e nas características da atual população acolhimento. Adicionalmente, foram mencionados outras limitações, tais como, escassez de recursos humanos que conseqüentemente impossibilita um trabalho terapêutico e individual, a inexistência de formação para os elementos da equipa educativa, pois verifica-se dificuldades na gestão de conflitos e nas competências de assertividade.

Pensa-se que os aspetos supracitados são possíveis de reformulação, nomeadamente a formação da equipa educativa, mobilização para comportamentos assertivos, gestão de conflitos, bem como as características das crianças e jovens que integram no sistema, no entanto são constantes desafios que buscam a oportunidade de mudança. Por outro lado, existem aspetos que à partida são mais difíceis de alterar, como a estrutura física do LIJ, o número de jovens em acolhimento (massificação), a contratação de recursos humanos, pois estão relacionados com questões macro da organização sociopolítica atual.

Alguns dos profissionais entrevistados (E4, E5 e E3) assumiram que os jovens não estão preparados para a sua vida independente, nem suportam competências necessárias para a sua integração. Já o E1 e o E6 consideraram que os jovens saem com competências, mesmo que sejam mínimas.

Confrontando com os resultados dos questionários, verifica-se que existem dimensões em que os conhecimentos são inferiores face a outras, tais como a dimensão estudo/trabalho e a dimensão dinheiro. Salienta-se ainda, para o fato dos resultados dos questionários revelarem um conhecimento positivo dos jovens, porém não significa que este esteja associado a um saber prático positivo. A título de exemplo, os jovens podem assumir à partida que sabem gerir o seu dinheiro, no entanto, no seu quotidiano, o seu comportamento ser contraditório e gastarem o dinheiro todo em bens não necessários. O E6 refere *“quando os jovens vão à família rapidamente e pela experiência que tenho ficam sem esse dinheiro que juntaram, porque rapidamente o gastam.”*

Assume-se que a aquisição de competências de gestão financeira na instituição do E6 pareceu não ter sido assimilada efetivamente pelo jovem, havendo um desfasamento entre o processo de aquisição de competências e a aplicação dessa competência no dia a dia. Ou melhor entre os resultados obtidos na aplicação dos questionários aos jovens e os resultados obtidos face às narrativas dos técnicos.

No geral, os técnicos assumiram como limitação à aquisição de competências de vida, a idade com que os jovens entram para o sistema de acolhimento (jovens com idades igual ou superiores a 15/16 anos), que a seu ver, chegam às instituições com um perfil irreduzível à mudança, à aprendizagem e ao estabelecimento de regras.

Nas palavras de E5 *“é um contrassenso o que vou dizer, mas era possível fazer um trabalho mais estruturante com as crianças que cresciam na instituição do que com os*

jovens que entram aos 15/16 anos”. Partilha-se a necessidade de uma intervenção precoce junto dos jovens que podia ter sido, a seu ver, judicialmente realizada na medida em meio natural de vida. Questiona-se até que ponto esta é realmente efetivada?

Observa-se nos resultados dos questionários que há uma percentagem de jovens que apresentou poucos e/ou nenhuns conhecimentos sobre determinados aspetos de cada dimensão, que de forma detalhada através das tabelas de frequências (ver anexo II), analisou-se os indicadores com menor perceção. Aponta-se na dimensão apoio social, relacionada com as competências pessoais e sociais acima indicadas, o indicador “parentalidade” que se revelou com um baixo nível de perceção positiva. Presume-se que estes jovens não tenham tido modelos parentais significativos nas suas vidas, mas mesmo os jovens que assumiram saber o significado e as responsabilidades parentais, não se conseguiu apurar se os modelos presentes eram os mais funcionais e estruturados.

Na ótica dos entrevistados, o E6 reforça a importância de dotar os jovens de estratégias e ferramentas, para que quando saírem da instituição não se tornem uma réplica da sua família de origem, que a seu ver, são multiproblemáticas e complexas. No entanto, não existe na maior parte das instituições inquiridas um programa de responsabilidade parental, com intervenção nas famílias de origem. Questiona-se se face às fragilidades assinaladas pelos técnicos, se estes não podiam ter uma atitude mais centrada nas soluções do que nos problemas?

Ao reportar para a perceção dos técnicos relativamente ao processo de transição para a vida adulta, surgiram diversas opiniões por parte dos entrevistados. Duas foram unânimes, a primeira referiu-se à ausência de respostas para o pós-institucionalização, ou seja, o jovem no seu limite permanece até aos 21 anos em LIJ e depois é forçado a sair, independentemente da sua situação. Ampliando esta opinião, vários autores referem que uma das lacunas associadas ao acolhimento institucional é a “falta de acompanhamento pós-institucionalização (Freundlich & Avery, 2006, cit. in Calheiros, et al., 2013, p.242).

A segunda diz respeito à entrada de jovens com 15/16 anos e com problemas de comportamento, dificultando o processo de autonomia e desenvolvimento de competências. Opinião global dos técnicos ressalta que a saída institucional ganha um sentido pejorativo quando o jovem comporta um défice de competências de vida, e à luz dos resultados dos

questionários o déficit de competências centra-se em áreas essenciais ao quotidiano, como competências profissionais e de gestão de recursos e financeira.

De acordo com os resultados da dimensão estudo/trabalho verifica-se uma perceção positiva dos jovens (cerca de 60%) face aos indicadores averiguados, no entanto, ressaltámos alguns relacionados com a questão laboral e profissional como sendo percecionados com menor frequência positiva. 20 jovens demonstram ter poucos conhecimentos acerca dos tipos de trabalho, bem como locais para procurar ajuda de orientação profissional. Acresce ainda nesta dimensão, o fato de 20 jovens terem assumido ter poucos conhecimentos acerca de como fazer/escrever um currículo *vitae*, poucos conhecimentos sobre o centro de emprego, como responder a anúncios de emprego e como se apresentar numa entrevista de trabalho.

Entende-se que os jovens carecem destas competências relacionadas com a vida profissional futura, bem como da utilização dos recursos de apoio disponíveis na sociedade. É concebível que estas competências sejam possíveis de desenvolver em contexto institucional, pois são fundamentais para a integração na vida ativa. Na mesma linha de pensamento, os entrevistados afirmaram que as principais necessidades dos jovens são ao nível de gestão (recursos, financeira, serviços comunitários) e de competências profissionais, em o E2 refere que *“são jovens que tão pouco conseguem verbalizar ou mesmo pensar sobre o seu futuro e as suas expectativas para a vida futura.”*

Na análise da dimensão dinheiro concluímos que uma porção relevante dos jovens (42.9%) carece de conhecimentos acerca da gestão financeira, tal como referido nas narrativas dos técnicos, salientado a seguinte informação: 9 jovens não têm qualquer tipo de conhecimento e 12 jovens têm pouco conhecimento sobre as compras a prestações; 12 jovens não conhecem nada e 18 conhecem pouco acerca dos subsídios e apoios sociais; 10 jovens conhecem poucas formas de juntar dinheiro e 4 jovens não o sabem fazer; 11 jovens não sabem como é feita uma abertura de conta bancária e 14 têm alguns conhecimentos; 16 jovens desconhecem totalmente como se faz um contrato de arrendamento e 12 jovens têm algum conhecimento; 16 jovens não revelaram conhecimentos ao nível dos diferentes seguros; 12 jovens não sabem explicar o que são os impostos; e 14 jovens têm reduzido conhecimentos na comparação de preços no supermercado/lojas.

Denota-se um fraco nível de conhecimentos nesta dimensão. Faz-se parecer que os jovens encaram estes contextos como algo distante e não de forma útil ou instrumental. Porém, consideram-se saberes fundamentais para a integração do jovem na sociedade, e da mesma forma os profissionais reconhecem que os jovens carecem destas necessidades. O E2 salienta que os jovens carecem de conhecimentos ao nível dos serviços comunitários “*não saberem o funcionamento das entidades desde logo, (...) não saber o que se trata onde e com quem, para que fim*”, o E1 identifica “*a gestão de recursos, a gestão doméstica, a gestão do dinheiro*” e o E6 refere a “*questão do consumo, fazer compras*”.

Na dimensão, sobre mim mesmo, os jovens auto percecionam-se com conhecimentos positivos (cerca de 60%), não obstante as outras dimensões, foram identificados indicadores que geraram alguma reflexão, nomeadamente, 15 jovens revelaram poucos conhecimentos acerca dos tipos de droga, bem como os riscos associados ao seu consumo e 13 jovens ainda têm dificuldades na marcação de consultas médicas. Esta é uma dimensão em que os jovens aparentam maiores conhecimentos, ao contrário das dimensões estudos/trabalho e dinheiro.

A dimensão casa, revelou simultaneamente uma perceção positiva por parte dos jovens, não sendo exceção com alguns indicadores menos positivos, tais como, 13 jovens referem terem dificuldades em cozinhar sozinhos, 7 não sabem cozinhar sem ajuda, 11 jovens afirmam ter poucos conhecimentos sobre os alimentos necessários para preparar uma refeição e 13 jovens reconhecem não saber juntar dinheiro para mobilar uma casa. Um último indicador relevante foi o “*sei o que necessito para ser independente*” no qual 13 jovens afirmaram que têm poucos conhecimentos. De uma forma sumária, os resultados dos questionários não nos revelaram informação significativa, pois desta forma não nos foi possível avaliar concretamente as suas competências operativas, centrando-se apenas nos conhecimentos cognitivos, que podem ou não corresponder aos conhecimentos práticos.

Adicionalmente, a realização das entrevistas aos profissionais permitiram uma análise técnica dos fatos, comprovando que em parte as dimensões que revelaram menor perceção positiva foram simultaneamente as áreas em que os técnicos referiram como maior necessidade/carência em termos de competências. Embora os técnicos consideraram que os jovens têm um défice de competências pessoais e sociais, os mesmo autopercecionam-se positivamente face a estas competências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta os resultados que foram objeto de discussão no ponto anterior, importa tecer algumas ponderações quanto aos objetivos desta investigação e à sua pertinência para a melhoria e/ou desenvolvimento de um modelo de intervenção adequado às necessidades das crianças e jovens em situação de acolhimento.

As questões de investigação foram direcionadas para obtenção de informação ao nível, das competências de vida que os jovens institucionalizados possuíam; das atividades desenvolvidas nos LIJ's para a promoção da autonomia e dos limites/obstáculos percebidos pelos técnicos, no desenvolvimento de competências e processo de autonomia.

Considerando a discussão dos resultados efetuada, assinalou-se que efetivamente os dados obtidos nos questionários não foram significativos no que respeita à identificação das competências de vida consolidadas pelos jovens. Constatou-se que o Questionário sobre competências de vida do Programa *Umbrella* é um instrumento que isoladamente fica aquém do seu objetivo fundamental, não sendo, a nosso ver, o instrumento mais adequado para obter dados em maior profundidade.

Apesar dos resultados obtidos dos questionários não terem fornecido uma visão concreta e clara das competências consolidadas, pode-se no entanto aferir que os jovens possuem menor conhecimentos ao nível das competências de gestão financeira e competências profissionais para a integração na vida ativa. Sendo estas competências de carácter instrumental e operativo, com a possibilidade de executar e treinar nas instituições de acolhimento, destaca-se que “não é possível trabalhar competências de autonomia sem implicar uma participação ativa de cada criança e do jovem” (Tomás, et al., 2014, p.33). Ou seja, existem competências que só com a participação e a integração dos jovens nas atividades é que se encontram adquiridas.

Com base nas palavras de Gomes & Marques (2013) as competências de vida não se encontram consolidadas apenas pelo contacto com as situações, mas sim pela oportunidade experienciar e praticar. Reforça esta opinião o autor (Dias, et al., 2012, p.36) quando salienta que o “treino de competências de vida só estará efetivamente concretizado quando a pessoa for capaz de transferir a competência aprendida num dado contexto”. Quer isto

dizer, que as instituições de acolhimento devem criar oportunidades, no cotidiano institucional, em que envolvam diretamente os jovens. Este aspeto foi evidenciado, pelos técnicos, como uma limitação, dado o funcionamento logístico das instituições de acolhimento. Apesar de integrarem uma equipa educativa e uma equipa técnica, ambas sentem limitações no desenvolvimento de competências e na promoção da autonomia, assumindo papéis e funções distintas a estes níveis.

A equipa técnica está mais direccionada para estabelecimento de orientações, supervisão da equipa educativa, elaboração de relatórios e partes burocráticas respeitantes aos jovens, a articulação com entidades externas e execução de tarefas logísticas institucionais. A equipa educativa está direccionada para a componente prática e operativa, bem como o apoio e acompanhamento nas tarefas dos jovens, dinamização de atividades de aquisição de competências de vida. Os entrevistados 2 e 3 referiram que a articulação entre as duas equipas nem sempre é fácil, devido à ausência de coerência e complementaridade entre os elementos.

De acordo com as funções supracitadas de ambas as equipas destaca-se como limitações para o desenvolvimento de competências e promoção da autonomia, a elevada burocracia (que exige tempo), a escassez de recursos humanos face ao volume de atividades institucionais e a ainda a reduzida formação pessoal e profissional por parte de elementos da equipa educativa (competências de assertividade, gestão de conflitos).

O E1 revela que o espaço física da instituição é também uma limitação para a aquisição de competências, devido a ser uma estrutura antiga (convento). Semelhante a esta, outras instituições reveem-se nesta situação, “há ainda uma lacuna para a qual dever-se-á trabalhar de forma a tornar estes lares como espaços muitos similares a ambientes familiares, bem como, promotores dos direitos das crianças. Essa lacuna prende-se com o edificado” (Tomás, et al., 2014, p.35).

Do ponto de vista de modelos intervenção social, verifica-se que as instituições de acolhimento presentes na amostra do estudo enquadram-se no modelo de intervenção familiar, todavia com alguns particularidades do modelo institucional. Os LIJ's analisados são estruturas consideradas massificadas, com o acolhimento 30-40 crianças e jovens, o que dificulta ou mesmo impossibilita um trabalho individualizado centrado nas necessidades individuais de cada criança e jovem. Por outro lado, demonstram desenvolver um modelo

familiar na integração de profissionais qualificados em equipas multidisciplinares, embora escassos face ao número de crianças e jovens institucionalizados. Tem –se preconizado, cada vez mais, nas instituições de acolhimento a criação de relações afetivas securizantes com os jovens, proporcionando um ambiente familiar e estável.

O modelo terapêutico é pouco recorrente em instituições massificadas como estas. As instituições de acolhimento que tem desenvolvimento este modelo integram entre 10 a 15 crianças e jovens, com duas equipas, onde assumem o papel de adulto de referência e em que cada adulto fica encarregue de 2 ou 3 jovens para as situações mais pontuais da vida deste. É o modelo que acarreta estratégias de intervenção numa lógica terapêutica face às fragilidades das crianças e jovens, apostando em estratégias como a afetividade, mediação de conflitos, desenvolvimento de comportamentos assertivos e saudáveis. Contudo, a aplicação deste modelo está dependente de vários fatores, alguns deles externos aos técnicos, que devido à conjuntura social e política, impossibilitam a sua concretização.

No que respeita às atividades de desenvolvimentos de competências de vida, somente o LIJ do E1 engloba uma resposta de transição externa à instituição, o apartamento de autonomização, que *“funciona como uma resposta transitória entre o acolhimento e a vida após a saída do lar”*, que pretende munir os jovens de ferramentas essenciais à vida independente, dando-lhes a possibilidade de em contexto real, serem eles os responsáveis pelas tarefas domésticas, cumprimento de horários e articulação com serviços da sociedade.

Em Portugal, esta resposta é ainda escassa e de limitado acesso aos jovens, apenas 46 jovens num total de 8.470 crianças e jovens em situação de acolhimento estão integrados em apartamento de autonomização, não esquecendo que a adolescência é a faixa etária mais representativa na população atual.

Na perspetiva de Fernandes (2010, p.3) ainda há a *“necessidade de implementar programas vocacionados para a autonomia de vida, que permitam o treino e o estímulo de competências, de forma a potenciar o sucesso futuro”*. Relativamente aos seis profissionais da amostra do estudo, verifica-se que os entrevistados 1 e 6 são os técnicos que apresentam, de forma mais estruturada, diversas atividades/projetos de desenvolvimento de competências, descritas minuciosamente na apresentação dos dados. Estas atividades desenvolvem competências pessoais e sociais, bem como competências instrumentais

(tratamento de roupa, confecção de pequenas refeições, limpeza e manutenção de espaços individuais e coletivos).

Os LIJ's do E2 e E3 não comportam atividades muito estruturadas, mencionaram algumas tarefas realizadas pelos jovens, nomeadamente, pôr a mesa, arrumar o quarto e cuidar da roupa. Consideram-se tarefas simples que não implicam necessariamente um treino de competências contínuo. No entanto, os autores do Manual de Boas Práticas do acolhimento institucional esclarecem que a realização de pequenas tarefas domésticas devem ter como intuito “a aprendizagem das tarefas, no sentido da preparação para a autonomia, a participação ativa na vida da estrutura residencial (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2003, p.136).

Já os E4 e E5, revelaram que o seu LIJ tem algumas atividades de aquisição de competências (lavandaria, limpeza e cozinha), embora não executadas com a regularidade pretendida e mesmo estas não englobam os aspetos de funcionalidade social (como a conta bancária, poupança, procura de trabalho, entre outras) que nos parecem fundamentais para a integração com sucesso destes jovens.

De acordo com o Manual de Processos-chave do LIJ (2007) uma das capacidades e competências a desenvolver nas atividades para as crianças e jovens em risco é a capacitação para a participação e o desenvolvimento de competências de comunicação. Estas são desenvolvidas, particularmente no LIJ do E6, com a realização de uma assembleia semanal. Esta ocorre uma vez por semana, à sexta-feira, onde participam jovens a partir dos 12 anos. É um espaço de partilha e discussão de assuntos ou temas propostos pelos jovens, ou sobre os acontecimentos da semana que os jovens queiram partilhar. Nesta assembleia também são discutidas as penalizações ou as recompensas pelo cumprimento ou não das tarefas definidas no LIJ. Trata-se de uma atividade que é muito importante para o desenvolvimento pessoal.

Com base nas conceções teóricas desenvolvidas o acolhimento institucional assumiu-se muitas vezes como contextos pouco facilitadores ao desenvolvimento de competências e à promoção de autonomia. Dada a amostra da presente investigação, considera-se que em parte, o contexto institucional se pode assumir como depreciativo, no estabelecimento de relações afetivas seguras, estáveis, bem como para o desenvolvimento de competências de cariz funcional, dadas as limitações já mencionadas.

Porém, algumas das limitações referidas são possíveis de serem ultrapassadas através de uma reformulação de funções, tarefas entre as equipas técnicas e educativas, bem como criar estratégias que possibilitem ao máximo os jovens adquirirem competências diversas para que a sua saída institucional não seja percebida da pior forma. O E2 percebe a saída institucional com um sentimento ambivalente, por um lado a ânsia de sair da instituição, o sentimento de liberdade, mas por outro a incerteza e angústia do futuro. Na opinião do E2, os jovens só reconhecem as suas limitações e fragilidades quando confrontados com as mesmas, daí a importância das instituições de acolhimento concederem aos jovens novas experiências, situações que os permitam reconhecer as suas facilidades e dificuldades.

Teoricamente Silva (2004, p.61) salienta a importância de um percurso securizante ao longo do acolhimento, pois é preocupante as consequências da ausência de suporte durante a transição para a vida adulta. Os profissionais E4 e E5 expõem essas consequências quando dizem que saída institucional é um momento que gera uma preocupação e ansiedade nos jovens, pois as suas possibilidades de futuro são à partida previsíveis, ou regressa para a sua família de origem arriscando-se a encontrá-la como deixou ou pior; o jovem tenta autonomizar-se procurando um trabalho e um local para viver ou envereda por situações de vulnerabilidade (sem-abrigo, comportamentos de risco/delinquência).

O autor Alves (2007, p.116) intensifica que “a transição do jovem acolhido para a vida autónoma constitui parte integrante do processo de acolhimento, merecedora dos maiores cuidados, uma vez que se trata da efetivação final da sua integração social”.

Em forma de conclusão, Alves (2007, p.94) na sua investigação mencionou medidas de desinstitucionalização, associadas às crianças e jovens, tais como, “a promoção de uma política ativa de desinstitucionalização e de recuperação dos laços familiares”, onde os lares adotam estratégias de intervenção com a família de origem, promovem uma cultura de acolhimento familiar, envolvendo novas famílias e a criação de novos lares familiares.

Em Portugal, as políticas ativas de desinstitucionalização incide, exclusivamente, na resposta de transição através de apartamentos de autonomização. Estes, assumem-se como escassos face ao número de jovens com idades entre os 15 e 21 anos. É notória ausência de respostas no período de pós-institucionalização, em que o jovem vê-se forçado a sair,

obrigatoriamente, aos 21 anos, sem saber o dia de amanhã. Questionamo-nos, quem hoje em Portugal, se consegue autonomizar aos 21 anos? Mesmo jovens com estruturas familiares estáveis e seguras, não saem de casa aos 21 anos, dado à situação social e profissional que atravessamos. Por isso, é importante refletirmos o futuro destes jovens quando saem das instituições, muitas vezes sem trabalho e com défice de competências de vida. Qual a próxima saída? Família de origem, rua ou autonomização?

Outra medida, mencionada por Alves (2007, p.94) seria “melhorar sistematicamente a formação do pessoal das instituições de acolhimento”, este foi um aspeto salientado pelos entrevistados 4, 5 e 6, mencionando a necessidade de dar formação aos elementos da equipa educativa, de forma a contribuir para o melhor funcionamento das instituições, bem como da componente relacional com as crianças e jovens.

Portugal é um país onde o acolhimento institucional tem sido predominante, é certo que tem sofrido uma diminuição no número de crianças e jovens acolhidos, mas em contrapartida, são crianças e jovens que provêm de contextos desestruturados e vulneráveis, que precisam de respostas reparadoras, de conhecer outras possibilidades de vida, para além daquelas que viram através dos seus progenitores.

De forma sucinta, a intervenção nas instituições de acolhimento deve preconizar a prática da cidadania ativa. Esta, considerada uma ferramenta terapêutica visa promover a participação ativa, quer na instituição, quer na sociedade. Partilhámos da mesma opinião que Pereira (2014, p.47) quando este ressalta que “a criança ao estar a participar, garante uma adequada integração na sociedade, aprende a ser responsável e melhora as suas capacidades para enfrentar e superar os fatores negativos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, C. (s.d.). *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Obtido em 18 de setembro de 2015, de Comité dos Direitos da Criança: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#b>
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: Percursos de Jovens em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia, n.º 4, 18*, pp. 649-658.
- Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., & Garrido, M. V. (2013). *Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial*. In M. M. Calheiros, & M. V. Garrido, *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. III, pp. 242-294). Lisboa: Edições Silabo.
- Cansado, T. (2008). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal Continental: o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. (C. d. Sociais, Ed.) e-cadernos ces (online).
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). *Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, (pp. 3326-3335). Porto.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). *Avaliação da competência social em crianças em situação de risco*. *Psico-USF n.º1, 8*, pp. 1-9.
- CNPCJR. (2000). *Lares de Crianças e Jovens - Caracterização e Dinâmicas de Funcionamento*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

- Costa, N., & Ferreira, M. C. (2009). *Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes*. The Scientific Electronic Library Online (SciELO), pp. 111-118.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Dias, C., Cruz, J., & Danish, S. (2001). *O desporto como contexto para a aprendizagem e ensino de competências de vida: Programas de intervenção para crianças e adolescentes*. *Análise Psicológica*.
- Dias, I., Gomes, R., Peixoto, A., Marques, B., & Ramalho, V. (2012). *Treino de competências de vida: conceptualização, intervenção e investigação. II Seminário Internacional "Contributos da Psicologia em contextos Educativos"*, (pp. 35-45). Universidade do Minho.
- Fernandes, A. L. (2010). *Programa de Desenvolvimento de Competências de Autonomia em Jovens de Acolhimento Residencial*. Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. ISCTE.Instituto Universitário de Lisboa.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Edições Afrontamento.
- Gabatz, R., Padoin, S., Neves, E., & Terra, M. (dezembro de 2010). *Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar*. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, pp. 670-677.
- Gaspar, J. P. (2014). *Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. Coimbra: Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação.
- Gomes, A. R., & Marques, B. (2013). *Life skills in educational contexts: testing the effects of an intervention programme*. *Educational Studies*. University of Minho. School of Psychology.

- Gomes, A. R., Ramalho, V., & Dias, I. (2010). *Treino de competências de vida em jovens atletas: Dados da eficácia de um programa de intervenção*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, (pp. 1977-1991). Universidade do Minho.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Texto Editores, Lda.
- Henriques, A., Bentos, C., Martins, H., & Costa, G. (2014). *Direitos da criança e acolhimento institucional. Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Segurança Social. (2007). *Manual de Processos - Chave do Lar de Infância e Juventude*. Obtido em novembro de 2014, de Publicações do Instituto Segurança Social: <http://www4.seg-social.pt/publicacoes>
- Instituto Segurança Social. (2014). *CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- Instituto Segurança Social. (2015). *CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- Leandro, A., Alvarez D., Cordeiro, M. & Carvalho, R. (2003). *Manual de Boas Práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Martins, E. C. (2006). *A Infância Desprotegida Portuguesa na primeira metade do séc. XX*. Obtido em 14 de setembro de 2015, de Repositório do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB): <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907>
- Martins, P. C. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco*. Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança: Tese de Doutoramento em Estudos da Criança.
- Martins, P. C. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais, VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será*

- possível converter o risco em oportunidade?* - 23 de maio de 2005, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp:1-11.
- Matos, M. G., Simões, C., & Carvalhosa, S. F. (2000). *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social*. Instituto de Reinserção Social - Ministério da Justiça.
- Morais, C. M. (2005). *Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Pacheco, P., & Sani, A. (2013). *Proposta de modelo de intervenção na integração social de crianças e jovens institucionalizadas em Lares de Infância e Juventude*. Obtido em 4 de junho de 2015, de Academia.edu: www.academia.edu/11690726
- Pereira, V. (2014). *Acolhimento Institucional: do reconhecimento dos direitos da criança ao protagonismo da criança-cidadã. Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, A. M. (setembro de 2008). *Projeto de Promoção da autonomia de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Comunitária e Proteção de Menores, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Rodrigues, L. (2013). *Intervenção nos lares de infância e juventude: percepção dos técnicos e jovens desinstitucionalizados*. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco.
- Silva, A. I. (2001). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes: Perspetivas de prevenção em saúde mental na adolescência*. Universidade Aberta de Lisboa, Mestrado em Comunicação em Saúde.
- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.

- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios – Segundo Bolonha*. 2.ª Edição. Lisboa. Pactor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Steinberg, L., & Silverberg, S. B. (1986). *The vicissitudes of autonomy in early adolescence*. *Child Development*, 57, 841-851.
- Tomás, C., Malheiro, M., Costa, A., Rodrigues, L., Luís, E., & Gonçalves, S. (2014). *Direitos da criança, autonomia e bem-estar das crianças e jovens em acolhimento institucional: relato de experiências no LIJ Oficina de S.José. Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: Contributos para a autonomia*. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco.
- Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projeto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Mestrado em Psicologia em intervenção Comunitária e Proteção de menores.

Legislação consultada:

- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- Lei de Proteção à Infância de 1911
- Lei Tutelar Educativa de 1999

ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I	1
ANEXO II	5
ANEXO II.A. Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão apoio social.....	5
Tabela n.º 1. Quando tenho um problema sei a quem pedir ajuda.....	5
Tabela n.º 2. Conheço a minha história e da minha família (pais, avós).....	5
Tabela n.º 3. Sei como encontrar e manter bons amigos.	5
Tabela n.º 4. Sei comportar-me de forma simpática.....	5
Tabela n.º 5. Sei o que fazer quando um amigo me desagrada.....	5
Tabela n.º 6. Sei o que significa e o que posso esperar de um bom amigo.	5
Tabela n.º 7. Sei o que devo fazer perante uma visita incómoda.	6
Tabela n.º 8. Sei como me comportar para agradar uma visita.	6
Tabela n.º 9. Sei como ter uma boa relação com os vizinhos.	6
Tabela n.º 10. Sei que comportamentos podem incomodar os vizinhos.....	6
Tabela n.º 11. Sei o que significa ser pai/ mãe.	6
Tabela n.º 12. Sei explicar as responsabilidades de um pai/ mãe.	6
Tabela n.º 13. Sei organizar o meu tempo livre com atividades de que eu gosto.	6
Tabela n.º 14. Sei porque é importante planear o meu tempo livre.....	6
Tabela n.º 15. Organizo as minhas atividades dentro dos horários previstos.....	7
Tabela n.º 16. Conheço e utilizo os recursos da minha comunidade: biblioteca, banco, supermercado, correios, etc.....	7
Tabela n.º 17. Se precisar, encontro informação sobre os diferentes tipos de transportes públicos.....	7
ANEXO II.B. Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão estudos/trabalho.....	8
Tabela n.º 18. Sei qual a importância dos estudos para o meu futuro.....	8
Tabela n.º 19. Gosto de falar sobre o que quero ser.	8
Tabela n.º 20. Acredito que os meus estudos de agora serão úteis no futuro.	8
Tabela n.º 21. Conheço diferentes trabalhos que gostaria de fazer no futuro.	8

Tabela n.º 22. Sei o que espero conseguir com o meu trabalho.	8
Tabela n.º 23. Consigo explicar diferentes tipos de trabalhos.	8
Tabela n.º 24. Sei como procurar ajuda sobre orientação ou formação profissional.....	9
Tabela n.º 25. Sei quais os estudos necessários para o trabalho que gostaria de vir a ter.....	9
Tabela n.º 26. Sei como se pode entrar na Universidade.	9
Tabela n.º 27. Sei o que devo fazer e onde me devo dirigir para procurar trabalho.....	9
Tabela n.º 28. Sei como me apresentar para ir a uma entrevista de trabalho.	9
Tabela n.º 29. Conheço locais onde aparecem anúncios de trabalho.	9
Tabela n.º 30. Sei como escrever um currículo vitae.	9
Tabela n.º 31. Consigo responder a anúncios de emprego com ajuda.	10
Tabela n.º 32. Sei como funciona o Centro de Emprego.	10
ANEXO II.C. Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão dinheiro.....	11
Tabela n.º 33. Sei de quanto dinheiro preciso para roupa.....	11
Tabela n.º 34. Sei como comprar roupa em lojas mais baratas.....	11
Tabela n.º 35. Controlo bem os meus gastos semanais.....	11
Tabela n.º 36. Consigo explicar o que é uma fatura.....	11
Tabela n.º 37. Sei como funcionam as compras a prestações.....	11
Tabela n.º 38. Sei como comparar preços do supermercado para comprar os mais baratos.....	11
Tabela n.º 39. Conheço vários sítios onde se compra mais barato.....	11
Tabela n.º 40. Conheço diferentes tipos de subsídios ou ajudas sociais e sei como solicitá-las.	12
Tabela n.º 41. Conheço várias formas de receber o salário: transferência bancária, cheque, etc.	12
Tabela n.º 42. Conheço diferentes formas de juntar dinheiro.	12
Tabela n.º 43. Consigo dizer como funcionam os seguros e dar exemplos de diferentes tipos de seguros.	12
Tabela n.º 44. Sei explicar o que são impostos.	12
Tabela n.º 45. Sei dizer o que é um contrato de arrendamento.	12
Tabela n.º 46. Sei como se abre uma conta no banco.....	12

Tabela n.º 47. Posso explicar quais as vantagens de ter dinheiro numa conta no banco.....	13
ANEXO II.D. Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão sobre mim mesmo.....	14
Tabela n.º 48. Sei explicar que coisas me fazem sentir bem e não tão bem.	14
Tabela n.º 49. Sei com que pessoas me sinto bem.	14
Tabela n.º 50. Sei quais as atividades e alimentos que são bons para a saúde.	14
Tabela n.º 51. Sei onde procurar informação profissional sobre o que significa ter uma vida saudável.	14
Tabela n.º 52. Sei como marcar uma consulta no meu médico de família.	14
Tabela n.º 53. Posso dizer qual a importância de ir ao dentista regularmente.	14
Tabela n.º 54. Sei quais os tratamentos dentários que são comparticipados pela Segurança Social e aqueles que não são.....	15
Tabela n.º 55. Posso explicar as consequências do consumo de álcool.....	15
Tabela n.º 56. Consigo dizer quais os vários tipos de drogas e os riscos do seu consumo para a saúde.....	15
Tabela n.º 57. Sei onde posso procurar ajuda para me informar sobre os efeitos do consumo de drogas.....	15
Tabela n.º 58. Conheço as repercussões do consumo de tabaco para a saúde.....	15
Tabela n.º 59. Consigo descobrir as alterações físicas da puberdade.....	15
Tabela n.º 60. Tenho informação sobre diferentes temas da sexualidade: contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, etc.....	15
Tabela n.º 61. Sei onde e como procurar informação de temas sobre a sexualidade que desconheço.....	16
Tabela n.º 62. Posso explicar vários motivos para manter a minha higiene pessoal.....	16
Tabela n.º 63. Posso dizer para que serem vários documentos pessoais como o bilhete de identidade, passaporte, cartão da Segurança Social.....	16
ANEXO II.E. Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão casa.....	17
Tabela n.º 64. Conheço bem as regras da casa/lar onde vivo atualmente.....	17
Tabela n.º 65. Sei valorizar as coisas positivas e negativas do local onde vivo.....	17
Tabela n.º 66. Sei explicar os benefícios de ser independente.	17

Tabela n.º 67. Sei o que necessito para ser independente.	17
Tabela n.º 68. Sei como organizar uma mudança.	17
Tabela n.º 69. Sei como juntar dinheiro para mobilar uma casa.	17
Tabela n.º 70. Consigo organizar os móveis dentro dos espaços de uma casa.	17
Tabela n.º 71. Sei guardar os produtos perigosos dentro de casa, no local mais seguro.....	18
Tabela n.º 72. Sei como consertar pequenas avarias numa casa ou a quem pedir ajuda.....	18
Tabela n.º 73. Sei como dividir o lixo de casa para fazer reciclagem.....	18
Tabela n.º 74. Posso explicar as normas básicas de segurança na casa em caso de: incêndios, roubos, etc.....	18
Tabela n.º 75. Sei cozinhar sozinho.....	18
Tabela n.º 76. Sei comprar os alimentos necessários para preparar uma refeição.....	18
Tabela n.º 77. Sei manter limpo o local onde vivo.....	18
Tabela n.º 78. Sei quais os produtos necessários para limpar uma casa.....	19
Tabela n.º 79. Sei como lavar roupa à mão e à máquina.....	19
Tabela n.º 80. Sei como lavar loiça à mão e à máquina.....	19

ANEXO I

Questionário sobre as Competências para a Vida (Jovens de 15 anos em diante)

Idade: _____

Sexo: Feminino _____ Masculino _____

Grau de Escolaridade: _____

Há quanto tempo vives neste Lar? _____

Instruções:

Neste questionário pede-se que avalies se sabes fazer uma série de coisas, ou se tens conhecimentos sobre certos temas relacionados com a tua vida atual e futura. Não há respostas certas ou erradas. Responde a todas as questões, garantido o total anonimato e confidencialidade.

Para responder deverás ler cada frase e responder se o que é dito se aplica a ti mesmo.

Lê atentamente cada frase e responde se se aplica a ti em NADA, POUCO ou MUITO.

Observa o exemplo:

	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
1. Sei como se abre uma conta no banco.	X		

- Se pensas que não sabes nada sobre o tema em questão debes marcar um X na coluna **NADA**.

- Se pensas que tens algumas ideias, ou sabes alguma coisa sobre o tema em questão debes marcar um X na coluna **POUCO**.

- Se sabes muito bem e conheces bem o tema em questão debes colocar um X na coluna **MUITO**.

Lê atentamente cada frase e responde se se aplica a ti em NADA, POUCO ou MUITO.

A – Apoio Social	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
1. Quando tenho um problema sei a quem pedir ajuda.			
2. Conheço a minha história e da minha família (pais, avós).			
3. Sei como encontrar e manter bons amigos.			
4. Sei comportar-me de forma simpática.			
5. Sei o que fazer quando um amigo me desagrada.			
6. Sei o que significa e o que posso esperar de um bom amigo.			
7. Sei o que devo fazer perante uma visita incómoda.			
8. Sei como me comportar para agradar uma visita.			
9. Sei como ter uma boa relação com os vizinhos.			
10. Sei que comportamentos podem incomodar os vizinhos.			
11. Sei o que significa ser pai/ mãe.			
12. Sei explicar as responsabilidades de um pai/ mãe.			
13. Sei organizar o meu tempo livre com atividades de que eu gosto.			
14. Sei porque é importante planear o meu tempo livre.			
15. Organizo as minhas atividades dentro dos horários previstos.			
16. Conheço e utilizo os recursos da minha comunidade: biblioteca, banco, supermercado, correios, etc.			
17. Se precisar, encontro informação sobre os diferentes tipos de transportes públicos.			
B – Estudos/ Trabalho	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
18. Sei qual a importância dos estudos para o meu futuro.			
19. Gosto de falar sobre o que quero ser.			
20. Acredito que os meus estudos de agora serão úteis no futuro.			
21. Conheço diferentes trabalhos que gostaria de fazer no futuro.			
22. Sei o que espero conseguir com o meu trabalho.			
23. Consigo explicar diferentes tipos de trabalhos.			
24. Sei como procurar ajuda sobre orientação ou formação profissional.			
25. Sei quais os estudos necessários para o trabalho que gostaria de vir a ter.			
26. Sei como se pode entrar na Universidade.			
27. Sei o que devo fazer e onde me devo dirigir para procurar trabalho.			
28. Sei como me apresentar para ir a uma entrevista de trabalho.			
29. Conheço locais onde aparecem anúncios de trabalho.			

30. Sei como escrever um currículo vitae.			
31. Consigo responder a anúncios de emprego com ajuda.			
32. Sei como funciona o Centro de Emprego.			
C – Dinheiro	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
33. Sei de quanto dinheiro preciso para roupa.			
34. Sei como comprar roupa em lojas mais baratas.			
35. Controlo bem os meus gastos semanais.			
36. Consigo explicar o que é uma fatura.			
37. Sei como funcionam as compras a prestações.			
38. Sei como comparar preços do supermercado para comprar os mais baratos.			
39. Conheço vários sítios onde se compra mais barato.			
40. Conheço diferentes tipos de subsídios ou ajudas sociais e sei como solicitá-las.			
41. Conheço várias formas de receber o salário: transferência bancária, cheque, etc.			
42. Conheço diferentes formas de juntar dinheiro.			
43. Consigo dizer como funcionam os seguros e dar exemplos de diferentes tipos de seguros.			
44. Sei explicar o que são impostos.			
45. Sei dizer o que é um contrato de arrendamento.			
46. Sei como se abre uma conta no banco.			
47. Posso explicar quais as vantagens de ter dinheiro numa conta no banco.			
D – Sobre mim mesmo	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
48. Sei explicar que coisas me fazem sentir bem e não tão bem.			
49. Sei com que pessoas me sinto bem.			
50. Sei quais as atividades e alimentos que são bons para a saúde.			
51. Sei onde procurar informação profissional sobre o que significa ter uma vida saudável.			
52. Sei como marcar uma consulta no meu médico de família.			
53. Posso dizer qual a importância de ir ao dentista regularmente.			
54. Sei quais os tratamentos dentários que são comparticipados pela Segurança Social e aqueles que não são.			
55. Posso explicar as consequências do consumo de álcool.			
56. Consigo dizer quais os vários tipos de drogas e os riscos do seu			

consumo para a saúde.			
57.Sei onde posso procurar ajuda para me informar sobre os efeitos do consumo de drogas.			
58.Conheço as repercussões do consumo de tabaco para a saúde.			
59.Consigo descobrir as alterações físicas da puberdade.			
60.Tenho informação sobre diferentes temas da sexualidade: contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, etc.			
61.Sei onde e como procurar informação de temas sobre a sexualidade que desconheço.			
62.Posso explicar vários motivos para manter a minha higiene pessoal.			
63.Posso dizer para que serem vários documentos pessoais como o bilhete de identidade, passaporte, cartão da Segurança Social.			
E – Casa	NADA 1	POUCO 2	MUITO 3
64.Conheço bem as regras da casa/ lar onde vivo atualmente.			
65.Sei valorizar as coisas positivas e negativas do local onde vivo.			
66.Sei explicar os benefícios de ser independente.			
67.Sei o que necessito para ser independente.			
68.Sei como organizar uma mudança.			
69.Sei como juntar dinheiro para mobilar uma casa.			
70.Consigo organizar os móveis dentro dos espaços de uma casa.			
71.Sei guardar os produtos perigosos dentro de casa, no local mais seguro.			
72.Sei como consertar pequenas avarias numa casa ou a quem pedir ajuda.			
73.Sei como dividir o lixo de casa para fazer reciclagem.			
74.Posso explicar as normas básicas de segurança na casa em caso de: incêndios, roubos, etc.			
75.Sei cozinhar sozinho.			
76.Sei comprar os alimentos necessários para preparar uma refeição.			
77.Sei manter limpo o local onde vivo.			
78.Sei quais os produtos necessários para limpar uma casa			
79.Sei como lavar roupa à mão e à máquina.			
80.Sei como lavar loiça à mão e à máquina.			

Muito Obrigado pela Tua Colaboração 😊

ANEXO II

Resultados estatísticos das dimensões do questionário – *Outputs* da aplicação SPSS

ANEXO II.A

Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão apoio social

Tabela n.º 1. Quando tenho um problema sei a quem pedir ajuda.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	8	19,0	19,0	23,8
	Muito	32	76,2	76,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 2. Conheço a minha história e da minha família (pais, avós).					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	14	33,3	33,3	35,7
	Muito	27	64,3	64,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 3. Sei como encontrar e manter bons amigos.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	7	16,7	16,7	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 4. Sei comportar-me de forma simpática.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Pouco	9	21,4	21,4	21,4
	Muito	33	78,6	78,6	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 5. Sei o que fazer quando um amigo me desagrada.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Pouco	15	35,7	35,7	35,7
	Muito	27	64,3	64,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 6. Sei o que significa e o que posso esperar de um bom amigo.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	5	11,9	11,9	16,7
	Muito	35	83,3	83,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 7. Sei o que devo fazer perante uma visita incómoda.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	21	50,0	50,0	54,8
	Muito	19	45,2	45,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 8. Sei como me comportar para agradar uma visita.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	8	19,0	19,0	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 9. Sei como ter uma boa relação com os vizinhos.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	11	26,2	26,2	28,6
	Muito	30	71,4	71,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 10. Sei que comportamentos podem incomodar os vizinhos.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	12	28,6	28,6	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 11. Sei o que significa ser pai/ mãe.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	9	21,4	21,4	21,4
	Pouco	12	28,6	28,6	50,0
	Muito	21	50,0	50,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 12. Sei explicar as responsabilidades de um pai/ mãe.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	7	16,7	16,7	16,7
	Pouco	11	26,2	26,2	42,9
	Muito	24	57,1	57,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 13. Sei organizar o meu tempo livre com atividades de que eu gosto.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	7	16,7	16,7	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 14. Sei porque é importante planear o meu tempo livre.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	11	26,2	26,2	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 15. Organizo as minhas atividades dentro dos horários previstos.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	6	14,3	14,3	14,3
	Pouco	10	23,8	23,8	38,1
	Muito	26	61,9	61,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 16. Conheço e utilizo os recursos da minha comunidade: biblioteca, banco, supermercado, correios, etc.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	12	28,6	28,6	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 17. Se precisar, encontro informação sobre os diferentes tipos de transportes públicos.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	9	21,4	21,4	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

ANEXO II.B

Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão estudos/trabalho

Tabela n.º 18. Sei qual a importância dos estudos para o meu futuro.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	11	26,2	26,2	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 19. Gosto de falar sobre o que quero ser.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	14	33,3	33,3	45,2
	Muito	23	54,8	54,8	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 20. Acredito que os meus estudos de agora serão úteis no futuro.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	10	23,8	23,8	28,6
	Muito	30	71,4	71,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 21. Conheço diferentes trabalhos que gostaria de fazer no futuro.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	10	23,8	23,8	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 22. Sei o que espero conseguir com o meu trabalho.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	12	28,6	28,6	35,7
	Muito	27	64,3	64,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 23. Consigo explicar diferentes tipos de trabalhos.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	20	47,6	47,6	59,5
	Muito	17	40,5	40,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 24. Sei como procurar ajuda sobre orientação ou formação profissional.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	19	45,2	45,2	54,8
	Muito	19	45,2	45,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 25. Sei quais os estudos necessários para o trabalho que gostaria de vir a ter.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	6	14,3	14,3	14,3
	Pouco	7	16,7	16,7	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 26. Sei como se pode entrar na Universidade.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	11	26,2	26,2	26,2
	Pouco	14	33,3	33,3	59,5
	Muito	17	40,5	40,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 27. Sei o que devo fazer e onde me devo dirigir para procurar trabalho.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	10	23,8	23,8	23,8
	Pouco	10	23,8	23,8	47,6
	Muito	22	52,4	52,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 28. Sei como me apresentar para ir a uma entrevista de trabalho.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	8	19,0	19,0	19,0
	Pouco	9	21,4	21,4	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 29. Conheço locais onde aparecem anúncios de trabalho.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	12	28,6	28,6	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 30. Sei como escrever um currículo vitae.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	11	26,2	26,2	26,2
	Pouco	20	47,6	47,6	73,8
	Muito	11	26,2	26,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 31. Consigo responder a anúncios de emprego com ajuda.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	10	23,8	23,8	23,8
	Pouco	16	38,1	38,1	61,9
	Muito	16	38,1	38,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 32. Sei como funciona o Centro de Emprego.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	10	23,8	23,8	23,8
	Pouco	20	47,6	47,6	71,4
	Muito	12	28,6	28,6	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

ANEXO II.C

Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão dinheiro

Tabela n.º 33. Sei de quanto dinheiro preciso para roupa.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	13	31,0	31,0	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 34. Sei como comprar roupa em lojas mais baratas.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	16	38,1	38,1	38,1
	Muito	26	61,9	61,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 35. Controlo bem os meus gastos semanais.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	9	21,4	21,4	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 36. Consigo explicar o que é uma fatura.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	14	33,3	33,3	45,2
	Muito	23	54,8	54,8	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 37. Sei como funcionam as compras a prestações.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	9	21,4	21,4	21,4
	Pouco	12	28,6	28,6	50,0
	Muito	21	50,0	50,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 38. Sei como comparar preços do supermercado para comprar os mais baratos.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	14	33,3	33,3	38,1
	Muito	26	61,9	61,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 39. Conheço vários sítios onde se compra mais barato.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	11	26,2	26,2	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 40. Conheço diferentes tipos de subsídios ou ajudas sociais e sei como solicitá-las.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	12	28,6	28,6	28,6
	Pouco	18	42,9	42,9	71,4
	Muito	12	28,6	28,6	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 41. Conheço várias formas de receber o salário: transferência bancária, cheque, etc.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	7	16,7	16,7	16,7
	Pouco	16	38,1	38,1	54,8
	Muito	19	45,2	45,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 42. Conheço diferentes formas de juntar dinheiro.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	10	23,8	23,8	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 43. Consigo dizer como funcionam os seguros e dar exemplos de diferentes tipos de seguros.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	16	38,1	38,1	38,1
	Pouco	15	35,7	35,7	73,8
	Muito	11	26,2	26,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 44. Sei explicar o que são impostos.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	12	28,6	28,6	28,6
	Pouco	16	38,1	38,1	66,7
	Muito	14	33,3	33,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 45. Sei dizer o que é um contrato de arrendamento.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	16	38,1	38,1	38,1
	Pouco	12	28,6	28,6	66,7
	Muito	14	33,3	33,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 46. Sei como se abre uma conta no banco.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	11	26,2	26,2	26,2
	Pouco	14	33,3	33,3	59,5
	Muito	17	40,5	40,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 47. Posso explicar quais as vantagens de ter dinheiro numa conta no banco.					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Nada	12	28,6	28,6	28,6
	Pouco	11	26,2	26,2	54,8
	Muito	19	45,2	45,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

ANEXO II.D

Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão sobre mim mesmo

Tabela n.º 48. Sei explicar que coisas me fazem sentir bem e não tão bem.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	7	16,7	16,7	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 49. Sei com que pessoas me sinto bem.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	5	11,9	11,9	11,9
	Muito	37	88,1	88,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 50. Sei quais as atividades e alimentos que são bons para a saúde.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	4	9,5	9,5	14,3
	Muito	36	85,7	85,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 51. Sei onde procurar informação profissional sobre o que significa ter uma vida saudável.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	9	21,4	21,4	23,8
	Muito	32	76,2	76,2	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 52. Sei como marcar uma consulta no meu médico de família.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	13	31,0	31,0	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 53. Posso dizer qual a importância de ir ao dentista regularmente.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	13	31,0	31,0	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 54. Sei quais os tratamentos dentários que são compartilhados pela Segurança Social e aqueles que não são.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	12	28,6	28,6	28,6
	Pouco	14	33,3	33,3	61,9
	Muito	16	38,1	38,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 55. Posso explicar as consequências do consumo de álcool.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	11	26,2	26,2	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 56. Consigo dizer quais os vários tipos de drogas e os riscos do seu consumo para a saúde.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	2	4,8	4,8	4,8
	Pouco	15	35,7	35,7	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 57. Sei onde posso procurar ajuda para me informar sobre os efeitos do consumo de drogas.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	10	23,8	23,8	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 58. Conheço as repercussões do consumo de tabaco para a saúde.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	13	31,0	31,0	42,9
	Muito	24	57,1	57,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 59. Consigo descobrir as alterações físicas da puberdade.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	11	26,2	26,2	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 60. Tenho informação sobre diferentes temas da sexualidade: contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, etc.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	10	23,8	23,8	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 61. Sei onde e como procurar informação de temas sobre a sexualidade que desconheço.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	11	26,2	26,2	35,7
	Muito	27	64,3	64,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 62. Posso explicar vários motivos para manter a minha higiene pessoal.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	12	28,6	28,6	28,6
	Muito	30	71,4	71,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 63. Posso dizer para que serem vários documentos pessoais como o bilhete de identidade, passaporte, cartão da Segurança Social.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	11	26,2	26,2	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

ANEXO II.E

Tabelas de frequência dos indicadores da dimensão casa

Tabela n.º 64. Conheço bem as regras da casa/ lar onde vivo atualmente.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	6	14,3	14,3	16,7
	Muito	35	83,3	83,3	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 65. Sei valorizar as coisas positivas e negativas do local onde vivo.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	6	14,3	14,3	14,3
	Muito	36	85,7	85,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 66. Sei explicar os benefícios de ser independente.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	10	23,8	23,8	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 67. Sei o que necessito para ser independente.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	13	31,0	31,0	38,1
	Muito	26	61,9	61,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 68. Sei como organizar uma mudança.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	9	21,4	21,4	31,0
	Muito	29	69,0	69,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 69. Sei como juntar dinheiro para mobilar uma casa.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	13	31,0	31,0	42,9
	Muito	24	57,1	57,1	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 70. Consigo organizar os móveis dentro dos espaços de uma casa.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	4	9,5	9,5	9,5
	Pouco	8	19,0	19,0	28,6
	Muito	30	71,4	71,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 71. Sei guardar os produtos perigosos dentro de casa, no local mais seguro.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	8	19,0	19,0	26,2
	Muito	31	73,8	73,8	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 72. Sei como consertar pequenas avarias numa casa ou a quem pedir ajuda.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	12	28,6	28,6	40,5
	Muito	25	59,5	59,5	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 73. Sei como dividir o lixo de casa para fazer reciclagem.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco	9	21,4	21,4	21,4
	Muito	33	78,6	78,6	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 74. Posso explicar as normas básicas de segurança na casa em caso de: incêndios, roubos, etc.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	6	14,3	14,3	14,3
	Pouco	8	19,0	19,0	33,3
	Muito	28	66,7	66,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 75. Sei cozinhar sozinho.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	7	16,7	16,7	16,7
	Pouco	13	31,0	31,0	47,6
	Muito	22	52,4	52,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 76. Sei comprar os alimentos necessários para preparar uma refeição.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	11	26,2	26,2	38,1
	Muito	26	61,9	61,9	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 77. Sei manter limpo o local onde vivo.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	1	2,4	2,4	2,4
	Pouco	7	16,7	16,7	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 78. Sei quais os produtos necessários para limpar uma casa.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	3	7,1	7,1	7,1
	Pouco	5	11,9	11,9	19,0
	Muito	34	81,0	81,0	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 79. Sei como lavar roupa à mão e à máquina.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	7	16,7	16,7	28,6
	Muito	30	71,4	71,4	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

Tabela n.º 80. Sei como lavar loiça à mão e à máquina.					
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	5	11,9	11,9	11,9
	Pouco	1	2,4	2,4	14,3
	Muito	36	85,7	85,7	100,0
	Total	42	100,0	100,0	

Fonte: análise dos dados obtidos pela aplicação do Questionário sobre competências de vida, do Programa *Umbrella* aos jovens.

APÊNDICES

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE I.....	1
APÊNDICE II.....	2
APÊNDICE III.....	3

APÊNDICE I

Cara Dr.º XXXXXX,

No âmbito da recolha de dados da investigação sobre o *Desenvolvimento de Competências e o Processo de Autonomização em jovens que vivem em Lares de Infância e Juventude*, vimos solicitar a sua participação através da realização de uma entrevista, cujos objectivos são:

- ✓ Compreender e identificar procedimentos utilizados no desenvolvimento de competências para autonomia de vida;
- ✓ Identificar os constrangimentos e obstáculos no processo de promoção de competências nos jovens;
- ✓ Compreender o processo para a autonomização numa perspectiva de transição para vida adulta.

Guião de entrevista:

A. Processo de aquisição de competências:

- ❖ Considera as competências para autonomia de vida, um desafio para as Instituições de Acolhimento? Em que medida?
- ❖ A Residência Fraternidade possui uma equipa técnica e educativa? Qual o papel de cada uma no desenvolvimento de competências e na promoção da autonomia?

B. Percepção dos Técnicos:

- ❖ No seu parecer técnico, quais as principais necessidades que os jovens carecem em termos de competências de autonomia de vida?
- ❖ Considera que os jovens (em idade de saída) possuem competências necessárias para a transição de vida adulta?

C. Integração na Vida Ativa:

- ❖ Como percebe a transição para a vida adulta de jovens que não possuem competências de autonomia de vida? Quais as principais dificuldades sentidas pelos jovens?

D. Contexto Institucional:

- ❖ Quais as limitações, obstáculos sentidos pelos LIJ no desenvolvimento de competências nos jovens e no seu processo de autonomização?

APÊNDICE II

Declaração para a realização da recolha de dados



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos declaro que a portadora desta declaração **“Rita Emanuel Pereira de Sousa”** é aluna do Mestrado de Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo (MISIE) fruto da colaboração entre a **Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**.

Encontra-se neste momento a desenvolver o seu trabalho de investigação e consequente recolha de dados para elaboração da dissertação sobre “Desenvolvimento de Competências e Processo de Autonomização em Lares de Infância e Juventude” do Mestrado Supra citado. Os dados recolhidos terão carácter confidencial e servirão unicamente para os fins de pesquisa pelo que pedimos a sua melhor cooperação.

Grata por todo o apoio, vai a presente datada, assinada e com carimbo institucional, estando os meus contactos disponíveis para o surgimento de qualquer dúvida.

Com os melhores cumprimentos.

Coimbra, 17 de setembro de 2014.

Clara Cruz Santos

(Doutora Clara Cruz Santos
Coordenadora do MISIE)

Clara Cruz Santos
clarasantos@fpce.uc.pt
Tlm. 962855271

APÊNDICE III

Grelha de análise das narrativas

Dimensão	Indicadores	Narrativas dos inquiridos	Síntese dos dados
<p>1. Processo de aquisição de competências</p>	<p>1.1. Considera as competências para autonomia de vida, um desafio para as Instituições de Acolhimento? Em que medida?</p>	<p>E1: “Antes de mais os LIJ têm como papel primordial a proteção e a segurança das C/J acolhidas. Aliado a isto deveremos realizar uma intervenção baseada na promoção de competências pessoais e sociais com vista a uma futura autonomia plena. Nesse sentido, a promoção de competências de autonomia de vida em contexto institucional é fundamental já que, embora estas C/J estejam privadas de viver e crescer num ambiente familiar, deverão tornar-se adultos capazes e competentes. Mas não é uma tarefa fácil pois a nossa instituição é massificada”</p> <p>E2: “a ideia de autonomia passa mesmo por fazer uma e outra vez, recriar rotinas... Custa, pois é mais fácil irmos nós e tratarmos de tudo, é mais rápido, mais funcional, mas não estamos a preparar. Claro que nem sempre dá para por essa autonomia em prática, depende das condições... mas por isto a autonomia é um desafio para as instituições, ajuda alguns factores que contribuem para uma autonomização de sucesso, desde logo: a rede social de apoio a esses jovens adultos. É mesmo importante...pode ser um amigo, um familiar, é importante que tenha algumas pessoas que o apoiem incondicional.”</p> <p>E3: “A autonomização é um desafio óptimo, excelente mas complicado, também depende da idade com que as crianças/jovens entram para a instituição e também depende da família e dos problemas que motivaram o acolhimento institucional, mas para a instituição é sempre um desafio excelente mas muito difícil.”</p> <p>E4: “tínhamos muitos bebés, que vinham com meses de idade e só saíam aos 21/22 anos de idade. Eu ainda apanhei um caso de uma menina que só saiu da instituição aos 25 anos. Portanto é uma vida de institucionalização, mas isto também para perceber a viragem da problemática, porque é assim, estas crianças vinham para cá por motivos totalmente diferentes, vinham para cá porque as famílias eram carenciadas, tinham dificuldades socioeconómicas, eram os “pobrezinhos” e vinham trazer os filhos às instituições para que pudessem ter melhores condições de vida. Há aqui um ponto</p>	<p>Todos os técnicos entrevistados consideram que a promoção da autonomia é um desafio para as instituições de acolhimento, na medida em que é uma tarefa difícil e complexa na sua concretização. Embora todos os inquiridos concordem que a autonomia é um desafio, os motivos que referem são diferentes, sendo que o E1 explica “...embora estas crianças/jovens estejam privadas de viver e crescer num ambiente familiar, deverão tornar-se adultos capazes e competentes. Mas não é uma tarefa fácil pois a nossa instituição é massificada”.</p> <p>Segundo o E2 “a ideia de autonomia passa mesmo por fazer uma e outra vez, recriar rotinas... Custa, pois é mais fácil irmos nós e tratarmos de tudo, é mais rápido, mais funcional, mas não estamos a preparar”, já o E3 considera a autonomia um desafio devido as características da população “...depende da idade com que as crianças/jovens entraram para a instituição e também depende da família e dos problemas que motivaram o acolhimento institucional”.</p> <p>O E4 e E5 são dois técnicos do mesmo LIJ, pelo que as suas narrativas são complementares, considerando a autonomia um actual desafio devido as mudanças que o acolhimento institucional tem sofrido nomeadamente em torno da população vigente, pois deixaram de acolher bebés e crianças pequenas e passaram a acolher jovens adolescentes, muitos deles com comportamentos de pré-delinquência. Esta mudança surge também de mudanças na realidade socioeconómica pois o motivo de acolhimento de crianças não passava pelo abandono nem negligência parental, mas sim pelo facto dos pais terem muitas dificuldades económicas e neste sentido “vinham trazer os filhos às instituições para que pudessem ter melhores condições de vida.”, ou seja, as crianças não se sentiam abandonadas, nem rejeitadas. Para os E4 e E5 este é sem dúvida um ponto importante, pois os jovens que actualmente estão no acolhimento institucional são jovens que provêm de famílias multiproblemáticas e desestruturadas, que já entram em LIJ com idades 15/ 16 anos com réplicas de comportamento da sua família tornando-se difícil a promoção e o desenvolvimento de competências. Segundo E5 “é um</p>

		<p>importante, estas crianças não se sentiam propriamente rejeitadas! Não foram arrancadas à família e portanto eram entregues aos cuidados da instituição e mantinham contactos com a família, a maior parte.</p> <p>E5: “as crianças entravam para as instituições e ficavam para toda a vida, as crianças agora têm de crescer e construir projectos, abrir asas e voar. É um contra-senso o que agora vou dizer, mas é possível fazer um trabalho mais estruturante com as crianças que crescem cá do que com aqueles que entram aos 15/16 anos para a instituição.”</p> <p>E6: “Esta resposta social era um CAT, só há cerca de 2 anos é que sofreu uma reformulação e passou a LIJ, nós tínhamos maioritariamente crianças mais novas, inclusive bebês. De há dois anos para cá e face à orientações da segurança social, pois havia mais pedidos de jovens adolescentes do que de crianças, nós reformulamos a nossa resposta, o que significa que em termos de acompanhamento de autonomia nós ainda não temos tanta experiência quanto isso, porque efectivamente não foram assim tantos os jovens que se autonomizaram”.</p>	<p>contra-senso o que agora vou dizer, mas é possível fazer um trabalho mais estruturante com as crianças que crescem cá do que com aqueles que entram aos 15/16 anos para a instituição.”</p> <p>O E6 é técnico de uma instituição de acolhimento que é LIJ recentemente (há cerca de 2 anos), pois anteriormente era um CAT. A alteração de resposta social sucedeu-se devido ao elevado número de jovens adolescentes para acolhimento, o que significa que a intervenção no que respeita à autonomia e ao processo de autonomização ainda é algo embrionário nesta instituição.</p> <p>Actualmente o processo de autonomia e o desenvolvimento de competências torna-se ainda mais urgente, dado às diversas circunstâncias onde ocorre, visto que a população acolhida é maioritariamente jovens adolescentes que carecem de uma estabilidade emocional que os torna jovens inseguros, revoltados, resistentes e sobreviventes segundo E2 “os meninos institucionalizados são sobreviventes, já o eram antes de serem institucionalizados e continuam a ser... são meninos que aprenderam a desenrascarem-se”.</p> <p>Importa munir estes jovens de ferramentas para que quando saírem da instituição possam igualmente continuar a lutar por uma vida independente, sem reproduzir os comportamentos das suas famílias.</p>
	<p>1.2. O LIJ possui uma equipa técnica e educativa? Qual o papel de cada uma no desenvolvimento de</p>	<p>E1: “Sim, o LIJ tem atualmente 5 técnicos (1 Director Técnico, 1 assistente social, 2 psicólogos e 1 educadora social que sou eu. Temos também 6 elementos da equipa educativa. Todos trabalhamos diariamente com os jovens a aquisição de competências de autonomia, embora seja eu e uma funcionária de equipa educativa que desenvolvemos a maioria dos projectos”.</p> <p>E2: “A equipa técnica é a Assistente Social, o Psicólogo, Animador Sociocultural, Educador Social e a equipa educativa são o resto dos</p>	<p>Todos os entrevistados referiram que as instituições de acolhimento têm uma equipa técnica e uma equipa educativa, sendo a equipa técnica uma equipa multidisciplinar composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais e a equipa educativa composta por monitores e outros funcionários de acção educativa. Os elementos da equipa técnica diferem de instituição para instituição, bem como os elementos da equipa educativa. Importa, salientar que um dos</p>

	<p>competências e na promoção da autonomia?</p>	<p>funcionários, monitores... O papel de uma e de outra independentemente de ser para autonomia ou para o que for tem de ser sempre um papel complementar e sólido. As directrizes têm de passar por quem as pensa que é a equipa técnica que traça as linhas mestres e depois quem as põe em prática que é a equipa educativa. Quando as coisas funcionam bem, é óptimo, mas a maior parte dos casos e a experiência que tenho de vários LIJ's é que realmente nem sempre correm bem. As funções e o envolvimento da equipa técnica e educativa passa essencialmente por criar rotinas de autonomização, quer isto dizer, toda a gente sabe, uma vez que seja na vida por ex. descascar fruta, mas se fizermos todos os dias, aquilo passa a ser banal e assimilamos como uma competência adquirida...mas pela minha experiência isto não é muito feito, não tanto como devia, pois pode sempre ser mais e deve.”</p> <p>E3: “Eu acho há uma grande “embrulhada” de competências e funções entre as equipas, a equipa educativa está mais direccionada para os jovens, a equipa técnica eu não sei bem qual é o seu papel. A equipa educativa tem funções como apoio ao estudo e outras atividades de âmbito cognitivo, mas essencialmente é dar apoio ao estudo.”</p> <p>E4: “A equipa técnica é constituída por dois elementos: director técnico e psicólogo, é uma equipa muito reduzida, tem sido um entrave para colocar em prática alguns projectos. Ao contrário temos uma equipa educativa bastante alargada, portanto temos 3 as monitoras, e sete ajudantes da acção educativa sendo que 3 são de serviço nocturno. As 3 monitoras, que têm formação ao nível secundário e em técnico profissional de animação sociocultural são responsáveis por um grupo de jovens, portanto temos no máximo 30 utentes, cada monitora tem cerca de 10 utentes à sua responsabilidade, digamos que em termos das competências de atividades de vida diária, que é uma questão fundamental, a nível dos ateliers de cozinha, da limpeza, arrumação, cuidados com a roupa são as monitores responsáveis por essas áreas, depois também com ajudas das ajudas ajudantes de acção educativa. A equipa técnica faz o acompanhamento e supervisão da equipa educativa e depois há aqui todo o trabalho mais individualizado com</p>	<p>LIJ's apenas tem dois elementos na equipa técnica (Psicóloga e Assistente Social), tornando-se um entrave para a realização da inúmeras tarefas. As restantes equipas técnicas são constituídas por 4 ou 5 elementos.</p> <p>No que respeita ao papel de cada uma das equipas no desenvolvimento de competências e na promoção de autonomia são diferentes nos diversos LIJ's, no entanto complementares, pois ambas as equipas são fulcrais no desenvolvimento e crescimento dos jovens. Analisando de forma específica o E1 refere que “todos trabalhamos diariamente com os jovens a aquisição de competências de autonomia, embora seja eu (Educadora Social) e uma funcionária de equipa educativa que desenvolvemos a maioria dos projectos”.</p> <p>O E2 assume claramente as funções de cada uma das equipas, sendo que a equipa técnica é quem “traça as linhas mestres” e define as directrizes a ser desenvolvidas pela equipa educativa. As funções da Equipa Educativa passam essencialmente por colocar em prática as instruções, atividades, delineadas pela equipa técnica, mantendo um contacto directo e próximo com as crianças/jovens. Contudo, este trabalho entre as equipas nem sempre é complementar e sólido, como se pretende.</p> <p>O E2 deixa bem claro que “as funções e o envolvimento da equipa técnica e educativa passa essencialmente por criar rotinas de autonomização”, ou seja, permitir que os jovens realizem algumas tarefas diárias regularmente, pois só assim “passa a ser banal e os jovens assimilam como uma competência adquirida, mas pela minha experiência isto não é muito feito, não tanto como devia, pois pode sempre ser mais e deve.”</p> <p>Já o E3 não define claramente as funções de cada uma das equipas, assumindo que “há uma grande “embrulhada” de competências e funções entre as equipas”, ou seja, as tarefas de ambas as equipas não estão explicitas para os seus elementos.</p> <p>O E4 e E5, como já referido, são os únicos profissionais da equipa técnica do LIJ, contrariamente a equipa educativa é</p>
--	-------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>os jovens. A equipa educativa neste momento tem projectos que ainda não estão a ser implementados, também porque a equipa realmente é muito reduzida e vai-se trabalhando caso a caso e portanto às vezes a nível do reconhecimento da comunidade, acompanhamento a um banco, a um centro de saúde, vamos gerindo caso a caso de acordo com as circunstâncias. Portanto a administração do dinheiro é outra competência também através das monitoras, cada monitora faz ao seu grupo. Ao nível da equipa também toda articulação que é feita as vezes com entidades externas também, já avançando um pouco para a desinstitucionalização, pois é toda a responsabilidade da equipa técnica. A equipa educativa está mais direccionada para o desenvolvimento de competências do que a equipa técnica.”</p> <p>E5: “A equipa técnica vai sempre supervisionando o trabalho e o dia-a-dia das monitoras, tendo sempre o feedback, vão fazendo sempre avaliação das atividades. A equipa educativa reúne-se com a equipa técnica a fim de realizar as acções acima referidas... só tínhamos auxiliares de serviços gerais, não tínhamos monitoras e só a partir de 2000 é que passaram a ter equipa técnica, ou seja, antes era um modelo assistencialista. O trabalho técnico e o trabalho de monitor que nós temos aqui mistura-se um bocado. Os educadores são técnicos. Pois ao nível das funções e deste treino de competências, há uma diferenciação entre os educadores (técnico profissional) e os educadores sociais (nível superior).”</p> <p>E6: “A equipa técnica é que planifica, elabora as escalas, faz as grelhas e os registos são feitos pela equipa educativa, esta é que verifica e faz o registo do cumprimento ou não das tarefas/actividades. É claro que estamos em contacto directo com eles, mas nessa parte mais funcional são as auxiliares da acção educativa que estão a apoiar, mas em termos mais práticos são funcionárias. A planificação, a elaboração de escalas, a determinação de quartos tudo isso é feito pela equipa técnica. Antes funcionava de maneira diferente, digamos que houve uma reformulação e uma revolução em termos desta resposta, a equipa não estava neste edifício, o que acho uma grande falha, pois nós temos de estar em contacto com os jovens e temos de ter um horário adequado para</p>	<p>constituída por 10 indivíduos (3 monitoras e 7 ajudantes). No que respeita às funções da equipa técnica passa por “fazer o acompanhamento e supervisão da equipa educativa e todo o trabalho mais individualizado com os jovens (...) também toda articulação que é feita as vezes com entidades externas também, já avançando um pouco para a desinstitucionalização, é toda da responsabilidade da equipa técnica.” Já a equipa educativa “está mais direccionada para o desenvolvimento de competências do que a equipa técnica”, as 3 monitoras são responsáveis por orientar grupos de jovens (aproximadamente 10 jovens cada grupo) para atividades que desenvolvem competências de vida diária: ateliers de cozinha, da limpeza, arrumação, cuidados com a roupa.</p> <p>Nesta sequência, o E5 salienta que apesar desta diferenciação de funções, as duas equipas não deixam de se articularem entre si, a equipa educativa reúne-se com a equipa técnica a fim de dar o feedback das atividades bem como a avaliação das mesmas.</p> <p>Por último, o E6 refere que compete à equipa técnica planificar e elaborar escalas de tarefas, gerir a questão monetária dos jovens; já a equipa educativa apoia e supervisiona o cumprimento das tarefas por parte dos jovens, “a equipa técnica é que planifica, elabora as escalas, faz as grelhas e os registos são feitos pela equipa educativa, esta é que verifica e faz o registo do cumprimento ou não das tarefas/actividades.”</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>estar com eles, ou seja, isso implicar trabalhar rotativamente e ao fim de semana e com horários até as 19h e 21h, pois não faz sentido nós sairmos às 17h e os jovens chegarem as 17h30, pois assim nem sequer os conhecemos. A equipa técnica funciona muito bem, partilhamos tudo e eles já não “jogam” connosco, pois inicialmente tentavam pedir a uma técnica, quando dizia não, ia pedir a outra, e aqui é muito importante o trabalho em equipa e a coerência entre os elementos.”</p>	
	<p>1.2.1. Atividades/Respostas de desenvolvimento de competências e promoção da autonomia desenvolvidas pelos LIJ’s</p>	<p>E1: “O apartamento de autonomia que o Lar criou há uns anos e que tem capacidade para 4 jovens...localiza-se a 10km do lar. É um apartamento que foi alugado e que se localiza inserido num prédio de habitação. O apartamento funciona como uma resposta transitória entre o acolhimento e a vida após a saída do lar e procura-se dotar os jovens de competências de vida necessárias a uma vida independente do lar. Destina-se a jovens cujo projecto de vida é a autonomização. Vão sobretudo para o apartamento jovens mais velhos, que estejam a terminar o 12.º ano e que posteriormente queiram prossigam os estudos no ensino superior ou ser integrados no mercado de trabalho. Todos eles têm de ter alguma ocupação, e quando não é possível, temos conseguido inseri-los em voluntariado. Os jovens têm a possibilidade de viver num ambiente mais familiar...têm maior liberdade mas também mais responsabilidades. Todos eles são responsáveis por todas as tarefas domésticas (cozinha, compras, limpeza, gestão do dinheiro, etc.), devem cumprir horários, articular com entidades e serviços externos, aprendem a fazer uma procura ativa de emprego... Numa primeira fase têm o nosso apoio mas depois têm de “voar” sozinhos. Neste projecto sou eu a Técnica coordenadora e a que passa maior parte do tempo com os jovens. Tenho o apoio de retaguarda de um psicólogo e da assistente social que está responsável por trabalhar a parte da cidadania ativa e procura de emprego.</p> <p>Plano Gradual de Autonomia (PGA) são integrados jovens com o 9.º ano concluído ou maiores de 18 anos. Estes têm algumas tarefas diárias como por exemplo, têm acesso livre ao seu quarto onde podem estar assim que chegam da escola para estudar ou fazer o que lhes apetece. Estes jovens já acordam sozinhos e gerem os seus objetos pessoais, tal como o computador ou o telemóvel, fazem a</p>	<p>Um dos eixos de análise foram as atividades/ respostas que as instituições contemplam no sentido de promover a autonomia, desta forma apenas o LIJ do E1 tem apartamento de autonomização (AA), uma resposta escassa dado à necessidade da mesma. Tal como E1 esclarece “o apartamento de autonomização funciona como uma resposta transitória entre o acolhimento e a vida após a saída do lar e procura-se dotar os jovens de competências de vida necessárias a uma vida independente do lar. Destina-se a jovens cujo projecto de vida é a autonomização. Vão sobretudo para o apartamento jovens mais velhos, que estejam a terminar o 12.º ano e que posteriormente queiram prossigam os estudos no ensino superior ou ser integrados no mercado de trabalho.”</p> <p>Os jovens aos estarem integrados no AA tornam-se responsáveis por todas as tarefas domésticas (cozinha, compras, limpeza, gestão do dinheiro, etc.), pelo cumprimento de horários, responsáveis por articular com entidades e serviços externos, aprendem a fazer uma procura ativa de emprego.</p> <p>Para além desta resposta, o E1 está inserido num LIJ que beneficia de vários projectos de desenvolvimento de competências, sendo estes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Plano Gradual de Autonomia (PGA) 2. Treino de Competências para a Autonomia (TCA) 3. Projeto Desafio de Autonomia (PDA) <p>De forma geral todos estes projectos “prevêem a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem”, todavia cada um deles comporta atividades distintas.</p> <p>O Plano Gradual de Autonomia (PGA) está direccionado</p>

	<p>limpeza e arrumação do quarto sempre ao domingo, vão por exemplo para Coimbra de transportes públicos sozinhos, vão ao médico, vão aos correios... sempre que possível são-lhes atribuídas tarefas que promovam a articulação com serviços de forma a não perpetuar a dependência aos adultos do lar.</p> <p>Treino de Competências para a Autonomia (TCA) abarca neste momento 8 jovens independentemente do seu projeto de vida e realiza-se 1 vez por semana numa sala que foi criada no lar para a realização deste Projeto já que tem um fogão e uma máquina de lavar do tamanho das que temos em nossa casa... O TCA prevê a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem. Os jovens aprendem a confeccionar refeições, a assumir uma postura adequada à mesa segundo um padrão adulto, limpeza e arrumação do espaço; tratamento de roupa. Estes dois projetos também são coordenados por mim mas são executado um elemento da equipa educativa, já que são os monitores que estão mais tempo com os jovens...</p> <p>Projeto Desafio de Autonomia (PDA) que tal como o TCA prevê a aquisição de competências pessoais e sociais que contribuam para a independência gradual de cada jovem. é um projeto que contempla mais tarefas como por exemplo, a gestão financeira, onde o jovem também realiza compras de forma responsável; tem de se dirigir às diferentes entidades e serviços comunitários e reconhecer a função de cada um; desenvolve técnicas ativas de emprego e trabalhamos também os direitos e deveres enquanto cidadão. Actualmente não se encontra em funcionamento devido à falta de recursos humanos. Mais ou menos de 6 em 6 semanas ao sábado, eu trabalho com um grupo de 4 jovens com debilidade mental acentuada e aproveitamos as instalações do TCA e fazemos uma refeição simples ou vamos as compras...pode não ser para comprarmos nada mas eles têm de reconhecer os alimentos que são necessários para a confecção da refeição, compramos bens pessoais (por exemplo sapatilhas, roupa, etc) e aqueles que conseguem fazem o pagamento e confirmam o troco. Ensino a ver as horas, as medidas necessárias para se fazer um bolo. Trabalho com eles a questão da higiene e apresentação pessoal. Antes quando a Equipa Técnica era maior (tínhamos mais 2 elementos) este trabalho era semanal... mas neste momento não consigo!</p>	<p>para jovens com o 9.º ano concluído ou maiores de 18 ano, onde estes são capacitados para a autonomia pessoal. Neste projecto os jovens realizam algumas tarefas diárias e têm alguns privilégios face aos outros jovens, tais como “têm acesso livre ao seu quarto onde podem estar assim que chegam da escola para estudar ou fazer o que lhes apetece. Estes jovens já acordam sozinhos e gerem os seus objectos pessoais, tal como o computador ou o telemóvel, fazem a limpeza e arrumação do quarto sempre ao domingo, utilizam os transportes públicos sozinhos, vão ao médico, vão aos correios. Sempre que possível são-lhes atribuídas tarefas que promovam a articulação com serviços de forma a não perpetuar a dependência aos adultos do LIJ”.</p> <p>O segundo projecto Treino de Competências para a Autonomia (TCA) dirige-se para “8 jovens independentemente do seu projecto de vida e realiza-se 1 vez por semana numa sala que tem um fogão e uma máquina de lavar roupa. Neste projecto os jovens aprendem a confeccionar refeições, a assumir uma postura adequada à mesa segundo um padrão adulto, limpeza e arrumação do espaço; tratamento de roupa”.</p> <p>O terceiro projecto designa-se de Projeto Desafio de Autonomia (PDA), por escassez de recursos humanos este projecto não está actualmente em funcionamento devido a falta de recursos humanos, no entanto, contempla atividades como “a gestão financeira, onde o jovem realiza compras de forma responsável; articulação com as diferentes entidades e serviços comunitários e reconhecer a função de cada um; desenvolve técnicas activas de emprego e trabalhamos também os direitos e deveres enquanto cidadão.”</p> <p>Esporadicamente de 6 em 6 semanas o EI desenvolve actividades com 4 jovens com debilidade mental acentuada, actividades essas como fazer uma refeição simples, ai ao supermercado fazer o reconhecimento de alimentos, utilizar o € para pagar as compras. São desenvolvidas também atividades sobre a higiene e apresentação pessoal, ver as horas, quantidades para as comidas, entre outras.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>E2: Implementar no dia a dia, por exemplo, levantar a cozinha, por a mesa, não é todos os dias as mesmas crianças/jovens, mas fazem rotativamente, todas as idades, claro desde que não seja perigoso, não estamos a falar de meninos com meninos com menos de 6 anos. A partir dos 10/11 anos qualquer menino sabe por a mesa, e se não pode colocar os copos porque podem partir, coloca os talheres e os guardanapos. Assim como tratar do quarto, arrumar a roupa, o ser cuidadoso e as tarefas escolares, é importante que eles tenham rotinas, que aprendam a estudar e a ter responsabilidade, ter os TPC feitos, de uma maneira responsável. E depois há um extra, estes são os que são trabalhados na instituição, pois há os outros: ir a repartições, ir abrir uma conta ao banco, pedir informações, ir a loja de cidadão. Serem eles a irem uma e outra vez. Eventualmente a primeira e a segunda ir com algum apoio, mas serem eles a preencher os questionários, ver qual a senha que têm de tirar.</p> <p>E3: Nós fazemos algumas atividades, contudo não é por “ordem” da equipa técnica é por nossa vontade, nós fazemos porque achamos que devemos fazer. Pois pela parte institucional não há um cronograma de atividades para as competências de vida. Pelo menos uma vez por mês, cada uma criança/jovem passa pela confecção da cozinha, colocam a mesa.</p> <p>E4 e E5: “Nós investimos muito mais na relação/ contacto com os jovens do que com os PSEI (Plano Sócio Educativo Individual). Apesar que a equipa educativa faz um trabalho muito bom de relação comos jovens. - Ateliers de cozinha, lavandaria em que todos jovens participam e gostam. Estamos a tentar construir uma cozinha familiar. Agora o que eu acho é que eles gostam, estamos é a tentar aumentar a frequência das atividades, pois para rodar por todos, dá oportunidade a cada jovem de participar uma vez por mês. O que eles têm mais dificuldade é a questão da limpeza, pois como há como gente a fazê-lo. Agora eles já vão percebendo o interesse a essa nível para quando saírem da instituição. Têm Ateliers de musica, dança e teatro Para além destas atividades dentro da instituição, têm actividade nos</p>	<p>O E2 refere que são promovidas algumas actividades tais como por e levantar a mesa, arrumar o quarto, cuidar da roupa e tarefas escolas (aprender a estudar e responsabilização por fazer os trabalhos da escola). Na opinião do E2 é importante criar rotinas, fazer uma e outra vez, por exemplo no caso da utilização de serviços públicos (ex.: loja de cidadão, hospitais, bancos), dando -lhes a conhecer os espaços, as suas utilidades, isto é feito esporadicamente.</p> <p>O E3 refere que o LIJ onde desempenha funções contempla algumas atividades, no entanto são orientadas pela equipa educativa, pois pela equipa técnica “não há um cronograma de atividades para as competências de vida... Pelo menos uma vez por mês, cada uma criança/jovem passa pela confecção da cozinha e colocam a mesa”. (E3).</p> <p>No LIJ dos E4 e E5 os jovens têm atividades que desenvolvem as suas competências, nomeadamente: ateliers de cozinha, lavandaria (ainda com pouca frequência/ uma vez por mês a cada jovem) e ainda de limpeza, no entanto este último os jovens não aderem com frequência com sabem que têm funcionárias para lhes fazer as tarefas. No sentido de relacionamento social e contextos informais são desenvolvidos ateliers de musica, dança e teatro.</p> <p>O E6 está integrado num LIJ recente, todavia já integra várias atividades sólidas ao nível do desenvolvimento de competências, tendo como actividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão Financeira: abertura e gestão de uma poupança, escala de semanadas com a respectiva gestão, abertura de conta no banco quando reúnem algum dinheiro da poupança ou de formações/ cursos profissionais. Na gestão financeira também há um acompanhamento do jovem quando este pretende adquirir bens materiais. - Limpeza/manutenção dos espaços: escala de limpeza, as funcionárias apoio, mas são os meninos e as meninas que são responsáveis por limpar, mudar os lençóis, fazer as camas, limpeza do quarto, da sala semanalmente e diariamente aquele
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>recursos da comunidade. (ex: futebol, escuteiros”</p> <p>E6: É essencial estabilidade emocional, carinho, regras e efectivamente prepará-los para a vida, para autonomização um dia.</p> <p>Gestão financeira – “um dos treinos de competências que nós fazemos é a poupança, nós temos uma escala de semanadas que tem a ver com as idades e damos as semanadas, sendo que eu sou um bocadinho banco pois quando tenho algum dinheiro dos meninos eu abro uma conta...e os jovens sabem o € que têm e enquanto eles se mantêm na instituição, mesmo maiores eles não gerem o € autonomamente, ou seja, nós temos regras diferentes para os meninos dependendo das idades e efectivamente os meninos que já têm algum € no banco, que lhes vão dando, ou do recursos financeiros de bolsas de formação, portanto esse € que eles vão recebendo vão guardando... quando querem comprar alguma coisa vemos se é possível comprar a mesma coisa mas com menos €, sefor algo que se possa comprar em segunda mão e que esteja bom, optamos por isso!” Os meninos só podem ter telemóvel a partir dos 16 anos, e nós vamos incentivando os meninos a pouparem para quando chegarem aos 16 anos terem € para comprar um telemóvel. Eu falo em telemóvel, pois para eles é algo essencial, sendo um bem que eles poupam com bom grado. empréstimo educativo (quando um jovem por ex precisa de € para algo e pede adiantado, mas depois repõe no mês seguinte, claro que o € tem de ser para algo mesmo importante).</p> <p>Limpeza/manutenção dos espaços: escala de limpeza, as funcionárias apoio, mas são os meninos e as meninas que são responsáveis por limpar, mudar os lençóis, fazer as camas, limpeza do quarto, da sala semanalmente e diariamente aquele limpeza mais superficial. Temos também uma escala de copa (quem lava a loiça, coloca a mesa, leva o lixo, limpa o chão da cozinha todas estas tarefas têm escala e dias marcados, normalmente são equipas de 2). E assim sabemos sempre quem fez ou não as tarefas e o porquê de não ter feito, digamos que não há fuga. Os jovens têm escalas de limpeza, pois são muitos, e isto tem de estar muito organizado, ter regras e escalas, tem de ser assim se não, não funciona e depois acabam por haver uns que fazem e outros que não fazem. Cada grupo de crianças, 2 ou 3, consoante os espaços que estão a ocupar, tem uma escala de limpeza. As crianças do 2.º ciclo fazem limpeza e os do 1.º ciclo</p>	<p>limpeza mais superficial.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escala de copa (quem lava a loiça, coloca a mesa, leva o lixo, limpa o chão da cozinha todas estas tarefas têm escala e dias marcados, normalmente são equipas de 2). - Escala da lavandaria onde cada criança é responsável, por separar a roupa (cores), saber as temperaturas, colocar a roupa na máquina, colocar o detergente, ligar a máquina, são coisas básicas, mas que devem ser treinadas. Todas estas competências são trabalhadas com as crianças. - Escala de alimentação ao fim de semana sempre se confeccionaram sobremesas, bolos, pudins, tartes, biscoitos, entre outros, toda a comida que em termos de equipamento não exigisse nada de especial, pois nós não tínhamos aqui uma cozinha, mas sim uma copa. - Assembleia semanal é espaço de partilha de situações e momentos que vão acontecendo ao longo da semana. Esta assembleia ocorre uma vez por semana, normalmente à sexta feira, participam todos os meninos com idades a partir dos 11/12 anos. Nesta assembleia são discutidos o cumprimento ou não das regras/ tarefas, são aplicadas penalizações ou recompensas, é importante que os jovens estejam envolvidos nas decisões sobre as suas acções. Quando ainda temos tempo, discutimos algum tema do interesse dos jovens. <p>Segundo o E6 Lar de apoio - “Um jovem esteve aqui no LIJ entretanto fez os 21 anos e nós integrámo-lo em outra resposta (lar de apoio), ou seja, continuo a ser eu a acompanhá-lo. Temos essa vantagem face a outras instituições, porque efectivamente temos vários pedidos para integração de jovens em lar de apoio, pedidos esses de jovens que têm 21 anos e que não é possível manter nas instituições. O lar de apoio é mesmo direccionado para jovens com incapacidade e/ou deficiência e/ou que necessitam de algum apoio enquanto estão a estudar. Este jovem tem um problema associado, embora que não visível. Digamos que ser for uma criança/jovem dita “normal” manter depois dos 21 anos, poderemos ter alguma dificuldade.”</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>apoiam, mas é um apoio relativo, não têm a total responsabilidade. Depois temos a parte da lavandaria, cuidados com a roupa, temos também uma escala, portanto todas as semanas, pelo menos uma vez por semana 1 ou 2 crianças, com orientação das funcionárias quando as crianças necessitam, cada criança é responsável, por separar a roupa (cores), saber as temperaturas, colocar a roupa na máquina, colocar o detergente, ligar a máquina, são coisas básicas, mas que devem ser treinadas. Todas estas competências são trabalhadas com as crianças.</p> <p>Nós privilegiamos e tentamos que estes meninos tenham o máximo possível de experiências como as crianças que estão em família, nós potenciamos idas a espectáculos, nós geralmente acompanhamos os jovens nessas atividades, momentos lúdicos que acabam por fortalecer a nossa relação com eles.</p> <p>A nossa equipa procura e incentiva a vinda de amigos das crianças/jovens à instituição, mediante regras, aviso prévio, podem trazer cá os amigos, para festas de aniversário, trabalhos de grupo, digamos que o facto de ter aberto o LIJ, desmitificamos algumas ideias pré concebidas que as pessoas tinham, como sendo meninos da instituição acabam sempre por ouvirem “você não têm ninguém”.</p> <p>Todos os jovens andam na catequese, praticam alguma desporto, de alguma forma os jovens têm interesse que vamos tentando satisfazer, por ex há um menino que faz equitação e nós fomos ver as provas deles, nós fazemos por acompanhar estes momentos, não só na componente mais formal, mas também em situações mais informais. promovemos a formação, para que um dia eles tenham um profissão e que se tornem autónomos, não sendo subsidio dependente, temos aqui uma professora destacada do ministério da educação que dá apoio diário aos meninos que estão em currículos normais.</p> <p>Há cerca de 6 meses é que começamos a aplicar a escala da alimentação, ou seja, o que é que se fez aqui, ao fim de semana sempre se confeccionaram aqui sobremesas, bolos, pudins, tartes, biscoitos, entre outros, toda a comida que em termos de equipamento não exigia nada de especial, pois nós não tínhamos aqui uma cozinha, mas sim uma copa, ou seja nós temos uma cozinha central e um refeitório central mas faz parte da fundação. Inicialmente fizemos em grande grupo, e não correu bem, é claro que para nós era muito mais prático digamos, porque os meninos com as atividades escolares e</p>	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		<p>extra escolares que têm durante a semana, não têm tempo, ou seja isto só pode ser aplicado aos fins de semana ou nas férias.</p> <p>há meninos que têm férias com as famílias e há outros que não têm, mas as vezes até é pior pois acabam por estragar um bocadinho aquilo que nós conseguimos. Na minha modesta opinião, as crianças são retiradas às famílias que têm comportamentos desajustados, as crianças são treinadas por nós e as famílias mantêm-se tal e qual, isto significa que em alguns casos de autonomização que nós tivemos, nós fizemos alguma trabalho e até achamos que tínhamos algum trabalho diferente e depois fazendo assim o balanço, quando eles voltam para a família... é assim nós não temos forma de avaliar, de qualquer forma a percepção que nós temos, estou a falar de um caso concreto, é que o jovem acabou por replicar a família. No entanto, temos outros casos de sucesso, um jovem que se autonomizou e está em Inglaterra a trabalhar e com quem mantenho contacto.</p> <p>Apoio escolar todos os dias, têm uma prof de inglês que vem aqui dar apoio, têm possibilidade de ir a casa das artes uma vez por mês, eles vão ao cinema 2x por mês, são eles que escolhem na assembleia, ou seja, nós temos uma assembleia semanal, normalmente à sexta feira, em que participam todos os meninos excepto do 1.º ciclo, porque ainda são muito novos e têm poucas competências para participar. Nesta assembleia são discutidos o cumprimento ou não das regras/ tarefas, são aplicadas penalizações ou recompensas. A assembleia, para além de falarmos da semana, pois os meninos falam de como correu a semana, nós gostamos que eles fossem cidadãos participativos já que nós portugueses somos tão passivos, todos os jovens participam na assembleia, o que correu bem e menos bem, é claro que há uns que intervêm mais do que uns do outros e depois acabamos por ter um tema, no entanto nem sempre há tempo para o tema, por vezes houve algum problema durante a semana e temos de discutir em assembleia. A assembleia é mesmo para partilhar coisas e momentos que vão acontecendo ao longo da semana, por vezes também são partilhas e negociadas as penalizações, pois os jovens envolvidos nas decisões sobre as sua acções é muito importante.</p>	
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>2. Percepção dos técnicos</p>	<p>2.1. No seu parecer técnico, quais as principais necessidades que os jovens carecem em termos de competências de autonomia de vida?</p>	<p>E1: “Tal como os jovens que se encontram integrados em famílias, estes que estão acolhidos em LIJ têm as mesmas necessidades de aprendizagem de competências de vida diária, como tarefa imprescindível na fase de transição para a vida independente. Como maiores necessidades aponto as questões relacionadas com a gestão de recursos, por exemplo gestão doméstica, utilização de recursos comunitários, gestão do dinheiro, questões relacionadas com a vertente profissional e da cidadania), bem como as questões mais pessoais como a motivação para a mudança e aprendizagens de situações novas, tomar decisões, o cuidado pessoal, etc. Os jovens parecem estar acomodados a uma situação que é para si “confortável” e quando os desafiamos e experimentar coisas novas, como por exemplo, apresentar-se no local onde vai realizar o seu estágio curricular sozinho, temos jovens que ficam muito ansiosos, pouco confiantes, recusam em fazer as coisas sozinhos! Já nos aconteceu mas insistimos... tem de ser!”</p> <p>E2: “Não saberem o funcionamento das entidades desde logo, confundem o centro de emprego com o centro de formação, saber o que se trata onde e com quem, para que fim, pois não foram preparados e depois a nossa sociedade não está numa fase de ajudar muito, uma sociedade um pouco egoísta e é sempre bom ter conhecimentos e pessoas que de alguma forma nos possam ajudar. Quem não tem estes conhecimentos, recomendações, sentem-se um bocadinho perdidos. São jovens que tão pouco conseguem verbalizar ou mesmo pensar sobre o seu futuro, as suas expectativas para a vida futura.”</p> <p>E3: “A competitividade que graça no Mundo lá fora, eu acho que eles não têm essa noção, a não ser quando temos alguma conversa com eles, pois eles na instituição não precisam de “competir” com ninguém (a vida na instituição é facilitada), eles têm tudo, mais até que jovens que vivem numa família pode dar. Assim como procurar emprego... são jovens inseguros com receio do mundo lá fora, pois desde muito novos que estão institucionalizados e sempre foram protegidos e lhe deram tudo que nunca precisaram de “lutar” por alguma coisa.”</p>	<p>O E1 elenca como principais necessidades a gestão de recursos, por exemplo gestão doméstica, utilização de recursos comunitários, gestão do dinheiro, questões relacionadas com a vertente profissional e da cidadania), bem como as questões mais pessoais como a motivação para a mudança, tomar decisões, o cuidado pessoal. Os jovens parecem estar acomodados a uma situação que é para si “confortável” e quando os desafiamos e experimentar coisas novas, como por exemplo, apresentar-se no local onde vai realizar o seu estágio curricular sozinho, temos jovens que ficam muito ansiosos, pouco confiantes, recusam em fazer as coisas sozinhos!</p> <p>Segundo o E2 as competências que carecem mais nos jovens são “não saberem o funcionamento das entidades desde logo, (...) não saber o que se trata onde e com quem, para que fim. São jovens que tão pouco conseguem verbalizar ou mesmo pensar sobre o seu futuro, as suas expectativas para a vida futura.” (desconhecimento de serviços e respectivas funções)</p> <p>Nos mesmos moldes o E3 considera que os jovens carecem de muitas competências, pois na instituição sempre foram demasiados “protegidos”, no sentido em que não são capacitados para a procurar emprego, realização de tarefas mais complexas. Na opinião do E3 os jovens vão sentir inúmeras dificuldades, pois a nossa sociedade está cada vez mais competitiva e estamos perante jovens inseguros com receio do mundo lá fora. (necessidades pessoais, motivação, competitividade “saudável” profissional)</p> <p>Os E4 e E5 identificam como principais necessidades a regulação e gestão de problemas de comportamento, muitos deles, de pré-delinquência, absentismo escolar, competências pessoais, sociais que geram comportamentos de risco, respostas ao nível da saúde mental. “motivar estes jovens, pois se eles não têm formação para integrar no mercado de trabalho, não têm competências técnicas”. (E4) “número elevadíssimo de jovens a ser acompanhados pela saúde mental, mais de 50%.” (E5). Por outro lado, são jovens que estão longe</p>
-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>E4: “A grande dificuldade inerente a estes jovens são os comportamentos de pré-delinquência ou mesmo delinquência... um aspecto que para mim é preocupante e que se está a tornar alarmante é o absentismo escolar. Qualquer coisa têm de ser feito até mesmo na escola, para motivar estes jovens, pois se eles não têm formação para integrar no mercado de trabalho, não têm competências técnicas. Os jovens são obrigados a ir a escola, se não forem tem de ser denunciado absentismo escolar e denunciado à CPCJ, mas depois pedem às instituições para irem buscar os jovens pois não os “aguentam” lá.”</p> <p>E5: ”...um dos problemas sentidos pelos jovens é estarem muito longe das suas famílias biológicas, pois se tivessem perto, iam mais vezes a casa visitar os pais, estando longe não há hipótese. Nós temos um número elevadíssimo de jovens a ser acompanhados pela saúde mental, mais de 50%. Agora a questão é, para estes jovens que têm comportamentos desviantes a intervenção a nível da saúde mental não tem funcionado, porque além do problema do absentismo escolar que é alarmante, para estabilizar estes jovens é preciso um acompanhamento intenso de saúde mental e realmente as coisas não têm funcionado.”</p> <p>E6: “Não posso deixar de dizer que nós aqui tentamos preparar os jovens o máximo e melhor possível para a vida e fazemos sempre algum tipo de economia com eles, o que significa que quando eles vão para a família rapidamente e pela experiência que tenho ficam sem esse dinheiro, porque rapidamente gastam aquele dinheiro que juntaram. A questão do € é muito importante pois aqui efectivamente a questão do consumo, os jovens não têm esse contacto...por exemplo, comprar arroz, carne, peixe, fruta são coisas que eles não têm essa experiência, os jovens podem passar no supermercado e ver mas não têm a experiencia de comprar ...não confeccionam, acabam por não treinar especificamente a confecção de alimentos.”</p>	<p>da sua família de origem, mesmo quando podia ir passar um fim de semana torna-se complicado” – fenómeno da deslocalização.</p> <p>O E6 identifica como principais necessidades a gestão financeira e competências de cozinha (confeccionar, quantidades de alimentos, utilização dos utensílios) “não confeccionam, acabam por não treinar especificamente a confecção de alimentos”. A nível da gestão financeira, apesar de ser trabalhadas essas competências, é notável que “quando os jovens vão à família rapidamente e pela experiência que tenho ficam sem esse dinheiro, porque rapidamente gastam aquele dinheiro que juntaram.” A questão do € é muito importante pois aqui efectivamente a “questão do consumo, os jovens não têm esse contacto...por exemplo, comprar arroz, carne, peixe, fruta são coisas que eles não têm essa experiência”.</p>
	<p>2.2. Considera que os jovens (em idade de saída) possuem competências necessárias para a</p>	<p>E1: “Sinto que os miúdos que estão no apartamento de autonomia ficam melhor preparados para a realidade exterior ao Lar... por já estão a habituados a fazer tudo sozinhos, embora com supervisão da nossa parte! São mais autónomos. Contudo, a autonomia está também</p>	<p>Na visão do E1 “os miúdos que estão no apartamento de autonomia ficam melhor preparados para a realidade exterior, já estão a habituados a fazer tudo sozinhos, embora com supervisão da nossa parte! São mais autónomos”. O E1</p>

	<p>transição de vida adulta?</p>	<p>muito relacionada com o perfil de cada jovem uma vez que há uma predisposição interna ou não para se ultrapassar os desafios e ser competente numa determinada tarefa. Penso que depende efectivamente do trabalho que é desenvolvido no Lar mas também muito de cada jovem.”</p> <p>E2: “O método de aprendizagem passa pela vivência e quando se vêm sozinhos é que eles notam as suas fragilidades, se não confrontarmos com essas situações acabamos por nunca perceber muito bem se eles estão ou não habilitados, se estão ou não autónomos... Pelo que eu conheço as excepções saem com competências e mesmo essas eu tenho felicidade de acompanhar meninos que já foram institucionalizados muitos anos, e que já não estão a alguns anos, e que me contam que viveram momentos muito difíceis, pensavam que sabiam tudo, pessoas sem qualquer comprometimento cognitivo, à partida com uma rede social forte, mas o certo é que viveram momentos maus e que mais ninguém viva o que eles viveram, portanto sofreram mesmo, de chorar, de sentir, de desespero e de querer voltar, pois os jovens sentiram muito a saída.”</p> <p>E3: “No que eu sou crítico é que nunca vi outra forma de estar na instituição que não a trazer os utentes na palma da mão. E não deve ser assim, a sociedade não é assim. E depois quando saem aos 18/ 21 anos, claro que há sempre excepções, mas grande parte dos jovens não estão preparados e as consequências são desastrosas.”</p> <p>E4: “É orgulho para nós verificar mudanças nos jovens, ver que quando eles entraram não tinham condições de higiene, de apresentação e que agora assumem uma postura diferente e assim acabam por se sentir integrados. A preocupação dos jovens é quando chega aos 18/ 21 anos, aí começam a preocupar-se. Um jovem que saia da instituição e que vai ser reintegrado na família corre o risco de a encontrar tal e qual como a deixou, se não a encontrar pior, pois uma família desestruturada não se regenera sozinha. A maior parte dos jovens conseguem perceber que têm de “dar o salto” e dão e sabem que a família deles é desestruturada, e tentam autonomizar-se e arranjar um emprego.”</p>	<p>considera que a autonomia está muito relacionada com o trabalho que é desenvolvido em cada instituição, mas não só, pois o perfil do jovem também influencia a aquisição de competências, a sua predisposição interna, motivação, interesse pessoal.</p> <p>Pela experiência do E2 “o método de aprendizagem passa pela vivência e quando os jovens se vêm sozinhos é que eles notam as suas fragilidades” Na sua perspectiva, se os técnicos não forem confrontando os jovens com novas situações, experiências, problemas, eles não irão reconhecer as suas fragilidades e os técnicos também não conseguem perceber se os jovens estão aptos ou não e se estão ou não autónomos. O E2 salienta que <i>“eu tenho felicidade de acompanhar meninos que já foram institucionalizados muitos anos, e que já não estão e eles contam que viveram momentos muito difíceis, pensavam que sabiam tudo (...) sofreram mesmo, de chorar, de sentir, de desespero e de querer voltar para a instituição pois os jovens sentiram muito a saída.”</i></p> <p>O E3 de forma crítica considera que as instituições de acolhimento “trazem os utentes na palma da mão”, utilizou esta expressão para reforçar que as crianças/jovens são demasiado protegidos havendo uma discrepância sentida pelos jovens a quando da sua saída, pois “grande parte dos jovens não estão preparados e as consequências são desastrosas.”</p> <p>Nas narrativas do E4 e E5 pela experiência profissional de ambos referem que é notória a preocupação dos jovens quando chega aos 18/ 21 anos, pois sabem que terão de sair da instituição. A saída da instituição leva para duas situações, ou o regresso – à família de origem e neste caso o jovem “corre o risco de a encontrar tal e qual como a deixou, se não a encontrar pior, pois uma família desestruturada não se regenera sozinha”, ou de se autonomizar e ir viver sozinho. Segundos os técnicos “maior parte dos jovens conseguem perceber que têm de “dar o salto” e tentam autonomizar-se e arranjar um emprego.”</p>
--	----------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>E5: “São situações excepcionais aquelas em que os jovens conseguem sair da instituição com competências, ou eles chegam lá fora e têm capacidade de se integrarem profissionalmente. Depois aqueles casos que têm dificuldades cognitivas ou patologia psiquiátrica e não têm suporte familiar, aí sim é um rolo de problemas, porque também aqui não há respostas, não há apoios, não há lares residenciais. Por outro lado, temos os jovens com estes comportamentos que realmente a instituição tem mais dificuldades/limitações em dar resposta, mas depois a comunidade local também não tem, e é assim jovens que saem daqui com este perfil de comportamento já de com patologia psiquiátrica e comportamentos delinquência, falta de escolaridade, falta de rotinas, quer dizer, vão integrá-los a onde? Não há respostas. Eles não têm capacidade de no dia-a-dia se gerirem a eles próprios, as suas rotinas, é muito complicado. Depois para aqueles jovens que têm competências cognitivas não há propriamente grandes recursos de apoio, o que eles têm é o que qualquer jovem tem: apoio ao arrendamento, Rendimento Social de Inserção.”</p> <p>E6: “Nós não temos assim muitas situações de autonomização, porque efectivamente ainda só há dois anos é que passamos a ter meninos mais velhos. A grande maioria das crianças cresceram connosco, no entanto já houve alguns casos de autonomização e houve alguns casos que se mantêm connosco. Aqui na fundação nós temos uma grande vantagem, que é, como temos uma multiplicidade de respostas sociais, os meninos chegam aos 21 anos e nós não temos de os deslocar da instituição, eles mantêm-se connosco ainda que em outras respostas sociais, por exemplo no Lar de Apoio direccionado para jovens com incapacidade e/ou deficiência e/ou que necessitam de algum apoio enquanto estão a estudar. Nós temos aqui um jovem que anda a tirar a licenciatura, foi o primeiro jovem a ir para Universidade e está a tirar Serviço Social. A questão é que até agora nunca tivemos nenhum menino que tenha atingido os 21 anos e que queira ficar aqui e que efectivamente não tenha qualquer tipo de deficiência/ incapacidade, portanto eu não tenho esse tipo de experiência. Tenho apenas este jovem que se mantém cá e temos 2 jovens que fizeram há pouco tempo 18 anos (uma delas quer ficar cá e tem perfeitamente delineada a sua estratégia e o seu projecto de</p>	<p>O E5 salienta que “são situações excepcionais aquelas em que os jovens conseguem sair da instituição com competências”, já para não falar das situações em que os jovens têm problemas cognitivos que necessitam de respostas/lares especializados, que também são muito escassos na sociedade.</p> <p>O E6 como já referido pertence a LIJ recente, por isso o n.º de casos de autonomização são poucos, visto que só há dois anos é que a assumir a resposta de LIJ.</p> <p>“A grande maioria das crianças crescem connosco, no entanto já houve alguns casos de autonomização e houve alguns casos que se mantêm connosco (Lar de Apoio)”. No caso de jovens que fazem os 21 anos mas que ainda estão a estudar na Universidade ou têm alguma incapacidade cognitiva/ mental, a fundação onde está integrado o LIJ comporta um Lar de apoio que acolhe estes jovens até se autonomizarem, é uma resposta que não pode ser generalizada a todos os jovens, devido ao número reduzido de vagas.</p> <p>No entanto, o E6 refere que “até agora nunca tivemos nenhum menino que tenha atingido os 21 anos e que queira ficar aqui na instituição”. Atualmente o LIJ têm dois jovens com 18 anos que pretendem prosseguir com os estudos. Contudo na perspectiva do técnico “isto também não é assim tão linear, ou seja, a partir dos 18 anos eles informam o tribunal que pretende ficar cá, mas a qualquer momento podem ir embora, portanto já tive um caso de um jovem que inicialmente disse que ficava cá e depois mudou de ideias e regressou a família”.</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>vida que é continuar a estudar e ir para a universidade, tirar o seu curso e manter-se cá e depois autonomizar-se. O outro jovem neste momento está a tirar um curso de formação profissional e também pretende manter-se cá). Embora isto também não é assim tão linear, ou seja, a partir dos 18 anos eles informam o tribunal que pretende ficar cá, mas a qualquer momento podem ir embora, portanto já tive um caso de um jovem que inicialmente disse que ficava cá e depois mudou de ideias e regressou a família. Nós estamos a falar de crianças e jovens que têm famílias disfuncionais, neste momento o que se verifica também é alguma uma pressão das famílias para quando eles têm 18 anos regressarem.”</p>	
<p>3. Integração na vida ativa</p>	<p>3.1. Como percepciona a transição para a vida adulta de jovens que não possuem competências de autonomia de vida? Quais as principais dificuldades sentidas pelos jovens?</p>	<p>E1: ”Penso que todos os jovens que saem do Lar possuem competências de autonomia...mesmo que sejam mínimas. Por exemplo, os jovens que temos com debilidade acentuada apanham os autocarros sozinhos para a escola, fazem a sua higiene pessoal sozinhos, vestem-se, comem autonomamente, etc. Alguns não conseguem mais do que isto mas não considero que não tenham competências de autonomia...têm mas são ajustadas às suas características! Quanto a factores externos a nós, os constrangimentos são igualmente grandes já que não há emprego, logo o jovem tem dificuldade em ter uma autonomia financeira, não existem estruturas de apoio e encaminhamento após a saída forçada aos 21 anos (esta é uma grande lacuna da lei).. Quem é que aos 21 anos se consegue autonomizar neste país? Acontece que muitos jovens querem sair logo no dia que fazem 18 anos pois estão iludidos que vão contar com o apoio da família, que vão ter emprego e casa própria, etc... ilusões! São jovens que muitas vezes voltam a integrar o sistema... mas desta vez o sistema penal... roubam , consomem substância, são sem-abrigo... Deixam de ter o nosso apoio, deixam a instituição onde existiam regras, rotinas definidas, acompanhamentos sistemático de um adultos e não se conseguem aguentar sozinhos lá fora! É triste, desmotivante mas é a nossa realidade!”</p> <p>E2: “A saída da instituição é caracterizada por ser ambivalente, por um lado sentimento de liberdade, mas por outra sensação de angústia por nunca voltarem a poder entrar na aquela que foi a casa deles durante anos e anos. Assim como há vagas de emprego e apoio no</p>	<p>Na óptica do E1 “todos os jovens que saem do lar possuem competências de autonomia, mesmo que sejam mínimas”, no entanto importa ressaltar determinados aspectos nomeadamente quando jovens são integrados no LIJ com 16/17 anos torna-se complicado fazer um treino de competências num curto espaço de tempo, visto que pela experiência da técnica “muitos jovens querem sair logo no dia que fazem 18 anos pois estão iludidos que vão contar com o apoio da família, que vão ter emprego e casa própria, etc... ilusões”. Nestes casos, os jovens possuem mínimas competências de autonomia e acontece que enveredam por caminhos de consumo e venda de substâncias, roubo, sem-abrigo que consequentemente os faz ingressar no sistema penal.</p> <p>Criticamente o E1 questiona “Quem é que aos 21 anos se consegue autonomizar neste país?” referindo que as principais necessidades sentidas pelos jovens centram-se na procura de emprego, competências pessoais e profissionais (pois muitos deles deixam de estudar), impossibilidade de autonomia financeira (gerando comportamentos delinquentes) e acima de tudo ausência de estruturas de apoio e encaminhamento após a saída forçada aos 21 anos para estes jovens. A técnica salienta a necessidade destes jovens terem acompanhamento após os 21 anos pois de um momento para o outro os jovens “deixam de ter o nosso apoio, deixam a instituição onde existiam regras, rotinas definidas, acompanhamentos sistemático de</p>

		<p>alojamento para vítimas de violência doméstica, estes jovens adultos quando saem da instituição também são vítimas a médio/longo prazo e não há nada, depois dos 21 anos deixa de haver apoio, não deixando de ser vítimas de violência, pois há vários tipos de violência, não é só física, foram vítimas no tempo em que estavam mais carentes e depois de repente são jovens adultos mas ainda assim vivem com o facto de terem sido vítimas e terem sido abandonadas em muitos casos e não há apoio no alojamento, na empregabilidade.”</p> <p>E3: ”Há uma proteção muito grande e excelente em relação aos jovens, maior que por vezes certas famílias de classe média. No entanto quando saírem, é quase certo que não terão essa mesma proteção. Por outro lado, há jovens que querem fazer os 18/21 anos para saírem da instituição, pois acham que o mundo lá fora vai ser melhor e mas depois “batem na parede.” Quando digo que as instituições levam os jovens na palma da mão, é preferível do que eles andarem por aí ao abandono, mas penso que deve haver um equilíbrio, e dizer “não” mostrando o porquê de ser não.”</p> <p>E4: ”Há aqui uma condicionante grande, a falta de competências cognitivas, logo a partida têm o acesso limitado. Competências pessoais, relacionais, reconhecimento e utilização dos recursos da comunidade, onde recorrer, para que? Eu até acho que eles não têm noção quanto custa um prato de sopa. Para eles o dinheiro se der para o telemóvel e roupa já está bem. A prioridade dos jovens é telemóveis, roupas de marca, a imagem é muito importante. Quando propomos por ex. em vez de comprar estas calças numa loja, comprar em outra que é mais barata, os jovens não gostam muito da ideia, pois a marca é importante.”</p> <p>E5: “Os jovens aos 21 anos têm de sair e depois não há apoio, voltam à família os que tinham, os que não tinham sofrem por vezes situações de sem-abrigo, delinquência. A realidade social tem piorado, os jovens que vivem em famílias estruturadas e até têm curso superior estão com dificuldades em autonomizarem-se e arranjar emprego e muitos deles estão até aos 30 anos em casa dos pais e muitos deles já saíram e já voltaram. Então e aqueles que não têm retaguarda familiar, quem lhes dá apoio? Estes jovens que estão</p>	<p>adultos e não se conseguem aguentar sozinhos lá fora”.</p> <p>O E2 caracteriza a saída da instituição como sendo ambivalente na perspectiva dos jovens, pois “por um lado sentimento de liberdade, mas por outro, a sensação de angústia por nunca voltarem a poder entrar na aquela que foi a casa deles durante anos e anos”. Tal como o E1, o E2 também reconhece a ausência de respostas e apoios a partir dos 21 anos ao nível de alojamento, empregabilidade, tendo em conta que estes jovens foram vítimas de abandono, negligência e continuarão a ser se não forem apoiados e encaminhados”.</p> <p>O E3 na sequência da sua opinião no que respeita aos outros tópicos, mantém a questão da demasiada proteção dada pelas instituições, na medida em que é essencial sim, mas “no entanto quando saírem, é quase certo que não terão essa mesma proteção”. Porém os jovens não reconhecem essa proteção, pois consideram que a vida lá fora será sempre melhor do que a da instituição, nas palavras do E3 “há jovens que querem fazer os 18/21 anos para saírem da instituição, pois acham que o mundo lá fora vai ser melhor e mas depois batem na parede.”, ou seja, a realidade não corresponde às expectativas dos jovens, acabando por gerar consequências graves (ex. homicídios).</p> <p>A opinião do E4 e do E5 complementam-se visto referirem-se aos mesmos jovens. O E4 percebe a transição para a vida adulta sem competências cognitivas, pessoais, relacionais, tendo à partida um acesso limitado na integração social. Os jovens não têm conhecimentos sobre os serviços e recursos da comunidade, a gestão financeira dele centra-se em bens materiais, pois nas palavras do E4 “até acho que eles não têm noção quanto custa um prato de sopa”.</p> <p>O E5, tal como os E1 e E2, reforça a ausência de apoios e recursos após a saída forçada dos 21 anos. Segundo E5 quando os jovens saem da instituição os caminhos possíveis são: o retorno à família de origem (os que têm), os que não têm, muitas vezes, vivem situações de sem-abrigo, delinquência.</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>a chegar agora às instituições a meu ver autonomizarem-se os 21 anos não é nada, pois não só têm menos competências que a maioria como também a sociedade tem menos produto para lhes oferecer. Por isso considero importante haver uma estrutura na pós-institucionalização, com várias vertentes, recursos. A maior parte dos jovens saem com grandes dificuldades cognitivas de integração. Antigamente prevalecia o modelo assistencialista: educar, criar, dar a comida, roupa, mas agora só isso não chega.”</p> <p>E6: “Nós tentámos proporcionar a estes jovens experiências básicas, para que eles não olhem para situações como algo desconhecido para que de alguma forma não se sintam inferiores, diferentes e até mesmo excluídos de algumas coisas, sendo que os meninos neste momento, não têm família, nós somos a família de coração, os técnicos que os acompanharam durante alguns anos, mas estes jovens têm muita coisa que os meninos da comunidade não têm. É essencial que os jovens sejam treinados para o mercado de trabalho e para a sociedade, porque efectivamente eles vieram de famílias difíceis, é um facto, onde não vinham habituados a regras, nem a ter grandes condições de vida, só que também não têm armas, nem estratégias para depois um dia lá fora não replicarem o modelo da família e sim outro modelo familiar. Nós estamos a criar crianças que acabam por ser novamente subsídio dependentes, ou que têm comportamentos delinquentes, pretendemos alterar os comportamentos destes jovens para que um dia eles não sejam uma réplica daquilo que os pais são.”</p>	<p>Importa salientar que os jovens que estão agora a integrar nas instituições de acolhimento padecem de menos competências que a maioria dos jovens, e conseqüentemente a sociedade tem menos ofertas para estes jovens. No prisma do E5 “a maior parte dos jovens saem com grandes dificuldades cognitivas de integração. Antigamente prevalecia o modelo assistencialista: educar, criar, dar a comida, roupa, mas agora só isso não chega.”</p> <p>No LIJ do E6 os técnicos tentam “proporcionar a estes jovens experiências básicas, para que eles não olhem para situações como algo desconhecido para que de alguma forma não se sintam inferiores, diferentes e até mesmo excluídos”.</p> <p>Na sua opinião é importante e essencial que estes jovens sejam capacitados e treinados para a sociedade que os espera, pois são crianças e jovens que provêm de famílias complexas e multiproblemáticas, “não vinham habituados a regras, nem a ter grandes condições de vida, só que também não têm armas, nem estratégias para depois um dia lá fora não replicarem o modelo da família”. É feito um trabalho na tentativa destes jovens não replicarem os modelos parentais caracterizados por comportamentos delinquentes e subsídio dependentes.</p>
<p>4. Contexto institucional</p>	<p>4.1. Quais as limitações, obstáculos sentidos pelos LIJ no desenvolvimento de competências nos jovens e no seu processo de autonomização?</p>	<p>E1: “O nosso desafio seria que todas as crianças /jovens tivessem oportunidade de experienciarem estas tarefas no seu dia-a-dia mas devido ao número de crianças e jovens que temos (são 44!) não é possível daí termos criado os projectos. Outra situação por exemplo é a elevada burocracia que nos é exigida e que nos retira tanto tempo (que deveríamos estar com os miúdos), o número reduzido de funcionários, o número elevado de utentes acolhidos no Lar, o edificado, o facto de não termos transportes públicos suficientes (os jovens não podem aceitar trabalho após as 19h porque depois não têm transportes para o Lar)... Também tenho de apontar a questão do perfil dos jovens e das suas características! As rotinas institucionais também não ajudam... pois não há muita margem para se trabalhar</p>	<p>No que respeita às limitações e obstáculos sentidos pelos técnicos são inumerados vários, tais como:</p> <p>E1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevada burocracia que exige muito tempo, tempo esse que devia ser empregue a trabalhar com os jovens as suas competências; - Número reduzido de funcionários; - Rotinas institucionais e o número elevado de crianças/ jovens acolhidos que impossibilitam fazer um trabalho individual); - O edificado (os jovens estão acolhidos numa estrutura antiga, que anteriormente funcionava como convento); - Perfil dos jovens e suas características (jovens com idades

		<p>individualmente. Mas penso que não nos podemos queixar aqui no lar.. todos os projetos de autonomia apresentados à direção foram aceites, temos o apartamento de autonomia... e não nos podemos esquecer o custo financeiro acrescido destes projetos! Vamos fazendo o que conseguimos. Existem constrangimentos impeditivos da aquisição de competências de autonomia no lar, nomeadamente, a admissão de jovens com idades mais avançadas e com um perfil mais complicado (delinquência e consumo de substâncias)... nestes casos tenta-se fazer alguma coisa mas o curto tempo de acolhimento e a falta de motivação muito grande que evidenciam não ajuda muito...”</p> <p>E2: “Falta de recursos humanos e por vezes as coisas acontecem em queda dupla, há dias terríveis na instituição como há em casa, multiplicando isto por várias crianças. Por exemplo, no mesmo dia pode um menino ter uma consulta e outro ter que ir ao tribunal, e outro ter que ir ao treino. Isto é uma limitação, pois por vezes há um volume de atividades e não há muito volta a dar, mas há sempre um outro dia, uma outra semana que se pode tentar realmente que a autonomização passe por rotinas, ainda que não sejam todas desenvolvidas pela instituição.”</p> <p>E3: “Uma limitação é a ausência de articulação entre a equipa técnica e equipa educativa, não há partilha entre ambas sobre os jovens, as poucas vezes que reunimos foi a pedido da direção e não foi para falar de casos específicos de jovens. Seria muito importante que as duas equipas reunissem e trocassem ideias, opiniões, partilhas sobre os jovens e os seus projectos de vida. Por ex.: eu tenho conhecimento que há um plano de autonomização para cada jovem, mas nunca o vi!, não há trabalho em equipa, muito menos de articulação entre as equipas.”</p> <p>E4: “Foram tantas as exigências pedidas numa só altura que até os próprios funcionários/educadores dizem-nos que por vezes não se sentem preparados, não sabem como reagir e têm receio daquilo que estão a fazer, e até mesmo nós as vezes questionamo-nos qual será a melhor forma. Estamos a falar de funcionários que têm escolaridade muito baixa, estas pessoas necessitam de formação e são as que menos têm, por ex.: nós agora estamos a tentar dinamizar uma formação, mas a nível de formação credenciada, o que é que</p>	<p>avançadas, desmotivados, com perfil de consumo de substâncias e comportamentos delinquentes);</p> <p>E2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de recursos humanos; - Volume de actividades (idas ao médico, idas ao tribunal, actividades extra curriculares) para poucos funcionários que consequentemente impossibilitam o treino de competências. <p>E3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pouca articulação entre a equipa técnica e a equipa educativa, que leva ao desconhecimento dos projectos de vida dos vários jovens. <p>E4:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A formação dos funcionários educadores está aquém das necessidades dos jovens “ os funcionários/ educadores dizem que por vezes não se sentem preparados, não sabem como reagir e têm receio daquilo que estão a fazer”. É importante investir na formação da equipa educativa, pois são pessoas com baixa escolaridade, mas que trabalham há muitos anos no LIJ. - O E4 conclui que é importante as instituições e os serviços adaptem-se às necessidades dos jovens, pois “se estes jovens não tiverem uma formação adequada a todos os níveis, e as instituições, as escolas e a saúde mental não estiver adaptada (...) estes jovens irão causar danos e vão acabar em prisões.” <p>E5:</p> <p>O E5 menciona como limitações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A inexistência de formação dos funcionários, trabalho terapêutico e individualizado; - Aumento de recursos humanos e técnicos; - Há ausência de articulação entre entidades que deviam trabalhar em conjunto - “cada um trabalho na sua quinta” - Os jovens são todos diferentes mas simultaneamente são iguais no desenquadramento social, profissional e escolar. <p>Na sua opinião o grande desafio das instituições de</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>acontece, as exigências têm que ter, há dois tipos de formação, ou seja 2 módulos de o nível 4 (mínimo 9 ano ou 6 ano). E as funcionárias que temos abaixo de 6.º ano não temos formação credenciada para elas. Nós queremos um módulo de 30h (gestão de conflitos) e pediram-nos 2000 euros. Mas depois conseguiu-se através de outra entidade formadora gratuitamente, através de fundos comunitários, mas é restrito consoante a escolaridade. As instituições no geral até podem ter 5/6 bons técnicos, mas o resto dos funcionários são pessoas com baixa escolaridade. Para se fazer um trabalho individualizado de acordo com as necessidades, fica muito caro financeiramente ao estado, mas também se estes jovens não tiverem uma formação adequada a todos os níveis, e as instituições, as escolas e a saúde mental não tiver adaptada, a segurança social não der respostas adequadas, o que vai acontecer é que estes jovens vão continuar a ser caros para a sociedade, irão causar danos e vão acabar em prisões.”</p> <p>E5: “A falta de formação dos técnicos é uma limitação para o desenvolvimento de competências de vida. As instituições estão condicionadas a fazer estas mudanças, exactamente a questão massificação acabou. Estas instituições com a evolução que tiveram não estão preparadas e então é necessário toda uma estrutura montada até a nível de segurança, formação dos funcionários, trabalho terapêutico para estes jovens conseguirem adquirir competências para serem integrados depois lá fora com sucesso, e estas instituições não estão preparadas para isto, basta ver o nosso regulamento interno que é elaborado com as orientações com a segurança social e medidas disciplinares é tipo a “escola primária”. As instituições não estão preparadas, pois os jovens são todos tão diferentes mas todos tão iguais no desenquadramento social, profissional, escolar e quase um adulto por jovem não dava! O grande desafio destas instituições é adaptar-se a esta nova realidade, em termos de recursos humanos, técnicos. O problema é não haver recursos, as limitações são muito internas à instituição dos recursos mas também externos, pois a nível da saúde mental e da escola é alarmante para estes jovens, que não são propriamente vítimas, mas sim agentes. Não é por falta de colaboração das partes (segurança social e tribunal), os tribunais também não têm estrutura de resposta. No entanto há ausência de</p>	<p>acolhimento é adaptar-se a nova realidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limitações externas à instituição; escassas respostas de encaminhamento (saúde mental). <p>E6:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipa educativa não ter uma formação adequada, embora contemplar 2 pessoas com licenciatura, no entanto a maioria dos funcionários são de baixa escolaridade, o que por vezes ao nível da assertividade e gestão de conflitos não são os mais adequados. - Inexistência de formação quando houve alteração de resposta (de CAT para LIJ), pois as necessidades também se alteraram, na medida em que antes as funções centravam-se se no dar banhos, dar de comer, neste momento é ouvir os jovens, gerir conflitos, desenvolver componente afectiva e “por vezes a equipa educativa não desenvolve essa disponibilidade acabando por não ter esta ligação afectiva”. - Limitações institucionais, organização da fundação, “pois os jovens não podem ir às compras, porque as compras vêm para o armazém da fundação, acabando por limitar o treino desta competência”.
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>articulação entre entidades que deviam trabalhar em conjunto, por exemplo saúde mental/ centro de saúde e o IDT, para jovens que têm um percurso de toxicod dependência. “cada um trabalho na sua quinta”.</p> <p>E6: ”Se a equipa técnica funciona muito bem e pensamos todos da mesma maneira, o mesmo não se pode dizer da equipa educativa, as pessoas acabaram por não ter uma formação adequada, embora neste momento tenhamos aqui 2 pessoas com licenciatura na equipa educativa (pois infelizmente o mercado de trabalho não está nada favorável) e acabamos por ter algumas pessoas, que digamos que os comportamentos acabam por gerar conflito com os jovens, que se o procedimento fosse de outra forma não geraria conflitos, isto não significa que os jovens não tenham de ser contrariados, atenção, significa que as vezes o comportamento não é, na minha opinião, o adequado face a uma situação, isto tem a ver com o facto destas pessoas, algumas serem mais velhas, não terem formação quando houve alteração de resposta, pois se antes uma função mais prática de dar banhos, dar de comer, neste momento é ouvir os jovens, porque todos eles merecem atenção e ser ouvidos, a parte do beijinho também é muito importante, de forma a fomentar essa parte afectiva, e por vezes a equipa educativa não há esta disponibilidade, não sei se me faço entender... têm outras funções... atenção... não é que elas não sejam boas pessoas e disponíveis, pois vão com os jovens ao cinema, à casa das artes, mas digamos que o trabalho delas acaba por não ser tanto nessa vertente e acaba por ser mais na outra e talvez por ser mais na outra acabam por não ter esta ligação afectiva. Portanto em termos de formação era necessário muito mais formação a nível de gestão de conflitos, ao nível da adolescência, das mudanças que ocorrem, a importância da linguagem correcta com os jovens. Se pudesse mudaria algumas coisas este momento, não a nível da equipa técnica nem a nível das pessoas na equipa educativa, mas sim a forma como as pessoas da E.E lidam com uma situação, sendo que também por parte dos jovens, acaba por haver um outro respeito pela equipa técnica que não há para a equipa educativa, porque acho que por vezes certos tipos de comportamentos da equipa educativa leva a isso. Surgem comentários do género: “A Dra X nunca me disse isto, isso não se diz”... quer dizer e nessa situação o jovem tinha razão. Depois a equipa técnica articula com a equipa educativa e chama</p>	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		<p>atenção, no entanto depende da situação, se é ou não reincidente do mesmo funcionário. A segurança social também, assim uma vez por ano, também dá uma formação muito ténue.</p> <p>Limitação institucional, organização da fundação, pois os jovens não podem ir às compras, porque as compras vêm para o armazém da fundação, acabando por limitar o treino desta competência. Os meninos que vão às famílias ainda vão tendo conhecimento desta realidade, bem ou mal, vão às compras, agora os jovens que não vão a família, por vezes, conseguimos articular com as voluntárias que quando vão fazer essas atividades para elas próprias, iam com 1 ou 2 jovens, (café, banco, finanças, supermercado).</p>	
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

